



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*AS RARIDADES DE AUCOURT E PADILHA*  
O maravilhoso e a literatura fantástica em Portugal no século XVIII

RAMON GUSTAVO BECKER

BRASÍLIA

2023

RAMON GUSTAVO BECKER

*AS RARIDADES DE AUCOURT E PADILHA*

O maravilhoso e a literatura fantástica em Portugal no século XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira

BRASÍLIA

2023

RAMON GUSTAVO BECKER

*AS RARIDADES DE AUCOURT E PADILHA*

O maravilhoso e a literatura fantástica em Portugal no século XVIII

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em:

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira (UnB)

---

Data

---

Prof. Dr. Luiz César de Sá (UnB)

---

Data

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta (UFMG/USP)

---

Data

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Professor Marcos Aurélio de Paula Pereira pela orientação e ajuda dada durante o curso de mestrado e produção da dissertação. Da mesma forma sou grato aos demais professores do PPGHIS – UNB, que durante meu curso contribuíram diretamente e indiretamente ao desenvolvimento. Devo aqui ainda expressar minha imensa gratidão ao meu pai, Sérgio Becker, que me deu total apoio e incentivo desde que decidi iniciar essa pós-graduação. Menciono ainda aqui o importante papel do CNPq durante a realização desta pesquisa, pois a bolsa cedida a mim durante pouco mais do que um ano e meio me permitiu total dedicação ao estudo e produção do presente trabalho. Por fim, porém de não menor importância, gostaria de estender meus agradecimentos a todos os amigos e companheiros de bar que mantive e colecionei durante minha estadia em Brasília, por sua amizade durante este período contextualmente conturbado em que desenvolvi meu estudo.

## RESUMO

A curiosidade e busca por explicações de fenômenos pouco conhecidos é um traço presente em grande parte das sociedades. Durante a História humana, diversos pensadores, filósofos, estudiosos, religiosos e até mesmo as “pessoas comuns” se indagaram sobre elementos místicos, simbólicos e naturais daquilo que consideravam “maravilhoso”. O resultado disto é um número significativo, se não gigantesco, de registros tratando sobre o tema, nos quais se encontram obras escritas, imagens, gravuras e outros relatos de toda sorte, inspirados pelo sentimento misto de curiosidade, maravilha e até mesmo medo. No presente estudo, analisamos a obra *As Raridades da Natureza e da Arte, Divididas pelos Quatro Elementos*, publicada em 1759 sob autoria do fidalgo português Pedro Norberto Aucourt e Padilha. Em um contexto em que o reino lusitano enfrentava um processo de mudança no cenário intelectual e político, ao mesmo tempo que lidava com o impacto social e material do Terremoto de Lisboa de 1755. Este autor, que previamente já tinha produzido outros escritos, buscou compilar alguns dos vários registros da cultura oral e escrita sobre monstros e maravilhas em uma obra extensa. Ao explorar as mais de 500 páginas do livro neste trabalho, demonstraremos não só as visões e discursos organizados e escritos por ele. Mas também entenderemos como o que a catástrofe de 1755, acompanhada de todo um contexto setecentista que favoreceu o estudo e a cultura escrita, proporcionaram um incremento no interesse dos portugueses em compreender não somente fenômenos ditos maravilhosos ou prodigiosos, mas a organização e funcionamento da natureza e do universo.

Palavras-chave: Maravilhas. Monstros. História de Portugal. Barroco. Século XVIII. Cultura Escrita. História da Ciência.

## ABSTRACT

The curiosity and the search for explanations of unknown phenomena is a trait present in a great part of the societies. Throughout human History, a vast number of thinkers, philosophers, scholars, religious people and even the “common people” asked themselves about the mystic, symbolic and natural elements of what they considered “wonderful.” The result is a substantial number, if not gigantic, of documents dwelling on the subject, in which are found written works, images, engravings and other accounts of all sorts, inspired by the mixed feeling of curiosity, wonder and even fear. In the present study, we analyze the book *As Raridades da Natureza e da Arte, Divididas pelos Quatro Elementos*, published in 1759 under the authorship of the Portuguese nobleman Pedro Norberto Aucourt e Padilha. It was published while the Lusitanian Kingdom faced changes in the intellectual and political scene, at the same time that they dealt with the social and material impact of the 1755 Lisbon Earthquake. This writer, which had already published other works, sought to compile some of the various accounts of the written and oral culture about monsters and wonders in one extensive work. While exploring the five hundred plus pages of the book, we seek to demonstrate not only the perspectives and discourses organized and written by the author. Our purpose is to understand how the tragedy of 1755, accompanied by the 18<sup>th</sup> century context that favored the study and the written culture, provided an increase in the interest of the Portuguese people to comprehend not only the marvelous and prodigious phenomena, but the organization and behavior of nature and the universe.

Keywords: Wonders. Monsters. History of Portugal. Baroque. 18<sup>th</sup> Century. Written Culture. History of Science.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1- Os Indivíduos, a Sociedade e a Escrita</b> .....	14
1.1 - O Autor .....	14
1.2 - O Editor e o ato de publicar em Portugal .....	19
1.3 - A Censura e o Contexto português do século XVIII .....	24
1.4 - Paratextos: intenções e preocupações .....	36
1.5 - As Autorizações: pareceres e interpretações .....	51
<b>CAPÍTULO 2 – As Raridades de Aucourt e Padilha</b> .....	57
2.1 - Ideia de normalidade, composição da natureza e os conceitos do maravilhoso .....	58
2.1.1 - Da <i>maravilha</i> como artifício da natureza e dos autores.....	65
2.1.2 - Prodígios na escrita de Padilha .....	74
2.2 - O mágico e o maravilhoso no discurso de Padilha .....	79
2.3 - Causas e explicações do “Raro” .....	82
2.3.1 - A “ciência”, suas variações e influências: simpatias, antipatias e magias .....	89
2.4 Fontes: Como saber sobre as Raridades? .....	96
2.4.1 - As Raridades de Padilha: O que é o “raro” para o autor? .....	106
<b>CAPÍTULO 3 – As Pessoas, as Ideias e as “Raridades” em Portugal</b> .....	107
3.1 - A herança de D. João V .....	108
3.2 - Os leitores portugueses .....	114
3.2.1 - O Terremoto de 1755 e o mercado editorial .....	118
3.2.2 - Livros e pessoas: comunicação e sociabilidade através dos escritos .....	122
3.3 - O Pensamento Português no século XVIII .....	128
3.4 - As disputas teóricas e práticas do pensamento .....	136
3.5 As “Raridades” lidas e compreendidas .....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

Tratar da questão do *Maravilhoso* é um tema amplo e complexo. A certo tempo o olhar historiográfico tem mudado em relação aos monstros e outros fenômenos fantásticos, deixando de lado abordagens que pensam estas narrativas através de uma perspectiva do “folclórico”, por assim dizer, e os inserindo como partes de um processo ontológico do mundo. Estudar os prodígios historicamente não deve somente levar em conta o papel que desempenham na cultura popular de uma determinada sociedade histórica, mas também refletir sobre as formas de escrita, compartilhamento e compreensão utilizadas nos diferentes contextos para a composição dos relatos. Em outras palavras, não é tão interessante pensar somente nos relatos dos monstros em si, mas sim sua gênese, a maneira em que as pessoas se relacionam com estas narrativas e até mesmo com a possibilidade da existência dos prodígios relatados.

É fato na atualidade que monstros não existem e muito provavelmente nunca existiram. Porém, questões narrativas, culturais, ontológicas, paradigmáticas e até mesmo científicas condicionaram muitas sociedades a acreditar, de uma forma ou outra, na existência do maravilhoso. Não nos cabe julgar estas pessoas por conta de sua crença no fantástico ou tratar se os relatos eram ou não verídicos. Nosso foco no presente estudo é explorar algumas das bases que permitiram que os monstros, prodígios e seus semelhantes, existissem dentro da visão de mundo dos indivíduos durante muito tempo, sendo parte integrante da compreensão do universo difundida entre as pessoas de determinada época.

Neste trabalho, compreendemos o *maravilhoso* como sendo todos aqueles fenômenos, objetos e criaturas incomuns que supostamente existem e aparecem em diversos relatos. Devemos deixar claro que estas entidades, não são somente raras ou dificilmente encontradas. Para poderem ser caracterizadas como “maravilhosas”, estas histórias devem estas envoltas em mistério, despertando curiosidade e o interesse nos indivíduos em compreender as origens, significados e propriedades daquilo que é inexplicado. Mais à frente explicaremos mais a fundo essa noção, para fins de melhor definir o que é o *maravilhoso* de maneira direta, apontamos a perspectiva de Lorraine Daston e Katerine Park, que definem que o maravilhoso não deve ser pensado tanto em relação a sua raridade de ser observado ou encontrado, mas mais precisamente no sentimento de “maravilhar-se”, de se surpreender com a existência (ou suposta existência) de tal<sup>1</sup>.

A falta ou escassez de provas concretas da existência destas entidades, as inerentes particularidades de cada um dos fenômenos relatados e seu caráter quase subversivo por

---

<sup>1</sup> DASTON, L. PARK, K. Wonders and the Order of Nature: 1150-1750. New York: Zone Books, 1998, P. 13.

desafiar tudo aquilo considerado normal, tornaram o maravilhoso uma questão que despertou a curiosidade de diversas pessoas e povos ao longo da história. Permanecendo como tema de interesse até meados do século XIX, onde o sucessivo aprimoramento dos métodos e a difusão da ciência moderna, cada vez mais desmistificariam estes antigos relatos. Devemos colocar aqui uma breve observação: mesmo que possamos dizer que a expansão científica acabou por promover uma diminuição na crença dos monstros e prodígios, novas temáticas narrativas surgem com o mesmo caráter fantástico e maravilhoso nos séculos seguintes. Como por exemplo, as especulações sobre os confins do espaço sideral e até mesmo as teorias da conspiração características do século XX, que também tratam de algo desconhecido e misterioso, ao mesmo tempo que exploram possibilidades do que pode ser real ou não.

Dado este panorama geral sobre o tema, passamos a pensar as questões do maravilhoso abordado no presente estudo. Em 1759, o fidalgo português Pedro Norberto Aucourt e Padilha publicou seu quinto escrito, intitulado *As Raridades da Natureza e da Arte: Divididas pelos quatro elementos*. Resultado de anos de estudo, o livro foi um esforço do autor em reunir em uma única obra todos os relatos de monstros, maravilhas, prodígios e outros fenômenos que ele considerou raros, que se tinha notícia até então. O resultado, um impresso com mais de 500 páginas é mais um exemplar dentro do que chamamos de literatura *maravilhosa*, uma designação generalizante utilizada para se referir ao conjunto obras desta temática produzidas através dos séculos.

Estabelecemos a literatura *maravilhosa* ou *fantástica* não como um gênero literário específico, visto que há uma pluralidade nas formas, discursos e narrativas nelas presentes. Mas agrupamos estes diversos documentos se baseando em sua temática e acima de tudo pelo sentimento de curiosidade e mistério que permeiam estes escritos. Em outras palavras, diferente de outros gêneros de obras escritas como o romance, comédia, tragédia, diário de viagem, não é possível traçarmos uma estrutura ou padrão na literatura *maravilhosa*. Portanto, o critério que utilizamos para pensar esta categoria advém dos temas abordados nestas obras, da relação que as pessoas possuíam com estes relatos. Assim como o próprio diálogo que os autores do *maravilhoso* estabelecem entre si por meio de suas obras, referenciando, concordando e refutando uns aos outros na medida em que constroem seus escritos.

Para estudar as relações desta obra com o contexto geral do maravilhoso e com a sociedade portuguesa, a pesquisa foi feita em três etapas, que se traduzem nos três capítulos em que o trabalho se divide. Apesar de não aprofundarmos especialmente na aplicação da

metodologia proposta, os critérios para esta divisão estão baseados nas ideias de John Pocock<sup>2</sup>. Em linhas gerais, o autor propõe que o historiador ao estudar uma obra escrita, se preocupe em pensar questões relacionadas a linguagem utilizada, assim como o contexto de produção, pensando em como os diálogos sobre o tema se estabelecem entre os indivíduos naquele contexto<sup>3</sup>.

Esta visão nos permite compreender a relação do ato de escrever e publicar com os debates e disputas travados no contexto do autor. Nesta perspectiva, se valoriza também a prática da escrita, como ato histórico, capaz de suscitar reações de terceiros, que eram intencionais ou não por parte daquele que expõe suas ideias<sup>4</sup>. Pesando nisso, compreender o ato de produzir uma obra envolve um esforço de: primeiro, apresentar intenções e motivos de seu autor; segundo, analisar o resultado deste esforço; e terceiro, compreender a repercussão que tal escrito provocou após a publicação<sup>5</sup>. Como mencionado, apesar da incorporação de outras metodologias no presente estudo, estes preceitos foram as bases para a organização da linha dissertativa e a problemática que nortearam a escrita desse trabalho.

Sendo assim, a primeira parte da pesquisa explora questões relacionadas ao contexto de produção da obra. Através das ideias de autores como Roger Chartier<sup>6</sup>, Donald Mckenzie<sup>7</sup> e Robert Darnton<sup>8</sup> buscamos compreender a dimensão social e prática de se escrever um livro no Antigo Regime. Aqui tratamos de apresentar as dinâmicas da produção de obras escritas em Portugal no século XVIII, abordando questões tecnológicas, materiais e até mesmo institucionais, como no caso da censura. Da mesma forma que nos preocupamos em saber sobre o processo de escrita e publicação, buscamos contextualizar os indivíduos envolvidos no processo.

Se um livro é uma produção social que mobiliza sociabilidades, é inerente que analisemos quem eram estas pessoas e com quem elas dialogavam. Portanto, no Capítulo 1 – Os Indivíduos, a Sociedade e a Escrita, investigamos autores e editores, com destaque para Pedro Norberto Aucourt e Padilha, que escreveu a obra principal deste estudo. Para atingirmos

---

<sup>2</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo: EDUSP, 2003.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>6</sup> CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do Editor*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014; *Id. A História Cultural: Entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

<sup>7</sup> MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y Sociología de los textos*. Madrid: Ediciones AKAL, 2005.

<sup>8</sup> DARNTON, R. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; *Id. What is the history of books?* *Daedalus* 111(3), 1982, pp. 65-83; *Id. "What is the history of books" revisited*. *Modern Intellectual History* 4(3), 2007, pp. 495-508; *Id. Pirataria e Publicação: O comércio de livros na era do Iluminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2021,

tal objetivo, estudamos os textos e paratextos que estão presentes na obra, pensando o contexto e posição social do autor, as relações estabelecidas através de menções, agradecimentos e dedicatórias, assim como a própria materialidade do livro, que nos dá importantes informações sobre os usos que o escrito supostamente teria. Neste objetivo é que também introduzimos uma questão chave no contexto de produção da obra: o Terremoto de Lisboa de 1755, que para além das perdas materiais, ocasionou um forte medo e terror não só nos portugueses, mas em várias outras sociedades europeias da época.

Feita esta delimitação do contexto de produção da obra, passamos a análise de seu conteúdo. No segundo capítulo, intitulado “As Raridades de Aucourt e Padilha”, tratamos da questão do monstruoso e do maravilhoso conforme escrito por Padilha, tomando como referências estudos de Lorraine Daston<sup>9</sup> e Katerine Park, John B. Friedman<sup>10</sup> e Claude Kappler<sup>11</sup>. Com o olhar totalmente voltado a obra *As Raridades da Natureza e da Arte*, buscamos em um primeiro momento tratar de questões conceituais e paradigmas de pensamento. Levantando assim discussões sobre a visão de natureza, os elementos que a compõe e as noções de “normalidade”, e principalmente de “raridade”, conceito utilizado pelo autor para designar os fenômenos, objetos e criaturas relatados na obra.

Para além de apresentar as ideias expostas pelo autor, buscamos investigar as bases que formam o estudo e raciocínio de Padilha. Conforme mencionado, o texto é uma compilação de narrativas que ele teve contato, o que resulta em uma variedade tipológica de discursos presentes na obra. O tema do maravilhoso não era algo novo no século XVIII, sendo assim, no livro de Padilha é possível encontrar relatos produzidos por autores da antiguidade clássica até rumores que circulavam durante o período moderno. Portanto, durante esta análise tratamos de pensar uma breve contextualização de certas visões de mundo que resultam em diferentes formas de se pensar e analisar os relatos fantásticos. Da mesma forma que há uma pluralidade de compreensões sobre o assunto, há uma diversidade de linguagens empregadas na produção destas narrativas, fato que também levamos em conta ao investigar o conteúdo da obra.

Como conclusão desta etapa, tivemos o objetivo de traçar em linhas gerais o posicionamento de Padilha sobre o tema, entendendo em certa medida como o autor lia estes relatos e como compreendia a questão do maravilhoso no plano ontológico do universo. Além

---

<sup>9</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit.

<sup>10</sup> FRIEDMAN, J. B. *The Monstruous Races in Medieval Art and Thought*. Syracuse: Syracuse University Press, 2000.

<sup>11</sup> KAPPLER, C. *Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

de pensar um pouco a respeito da categoria “raridade”, um conceito não muito comum dentro da literatura fantástica.

Tendo em mente as informações referentes a produção da obra e seu conteúdo, partimos para a terceira parte do estudo, que é pensar o impacto e repercussão da obra *As Raridades da Natureza e da Arte*. Devido ao fato de não existirem comentários ou críticas da época disponíveis para podermos evidenciar as leituras e interpretações feitas pelos leitores de Padilha (com exceção dos pareceres dos censores), neste capítulo optamos por uma análise muito mais conjectural a partir de nossas leituras e impressões sobre o documento. Para conseguir inferir as possíveis opiniões suscitadas pela obra e voltamo-nos mais uma vez para um trabalho de contextualização, baseados em autores da historiografia que investigaram a questão intelectual e ilustrada em Portugal<sup>12</sup>. Porém, diferente do primeiro capítulo, neste momento nosso olhar deixa de lado indivíduos e passa ter foco na sociedade portuguesa, mais especificamente no ambiente de leitura e sociabilidade intelectual do reino lusitano durante o século XVIII.

O principal mote deste terceiro capítulo, chamado “As Pessoas, as Ideias e as “Raridades” em Portugal”, é pensar os paradigmas de pensamento e visões de mundo que existiam dentro do contexto português setecentista. Época na qual o Reino ainda conservava muitas estruturas tradicionais, especialmente católicas, que por meio de instituições como a Companhia de Jesus, dominavam a produção e disseminação do conhecimento. Ao mesmo tempo, o fim do século XVII e inícios do XVIII foi marcado pelo desenvolvimento das academias, uma tendência que floresceu em diferentes cidades europeias, incluindo as portuguesas. Estes novos espaços de sociabilidade acadêmica disseminaram os preceitos da nascente “ciência moderna”, como o experimentalismo.

No centro deste movimento de “renovação do pensamento português”, por assim dizer, estavam os chamados “estrangeirados”. Uma categoria história muito debatida<sup>13</sup>, mas que em linhas gerais é utilizada para designar aqueles portugueses que tiveram contato com

---

<sup>12</sup> Para citar alguns dos autores utilizados neste capítulo: ARAÚJO, A. C. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003; CARVALHO, F. R. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2007; CUNHA, N. F. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001; KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004; MOTA, I. F. da. *A academia Real da história: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003; PEREIRA, Marcos. A. *Vivendo entre cafres: A trajetória do conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Editora Prismas, 2016; VILLALTA, L. C. *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censuras e Contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015; FURTADO, J. F. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>13</sup> Para compreender o conceito de “estrangeirado”: MACEDO, J. B. *Estrangeirados: um conceito a rever*. Lisboa: Edições Tempo, 1979.

pensamentos iluministas que eclodiam especialmente na França. Como descreveremos, estes esclarecidos, por conta de todo um contexto social e das políticas de D. João V, desenvolveriam em Portugal uma ilustração diferente da observada em outros lugares, constituindo assim um “iluminismo à portuguesa”, que também investigaremos nesta etapa do estudo. Afinal, por mais “modernos” ou “esclarecidos” que estes grupos fossem, todo o contexto português apontava para a existência de uma cultura essencialmente barroca<sup>14</sup>, que moldaria as formas de pensar e agir destes indivíduos.

A reconstrução deste contexto de debates intelectuais, alinhada a compreensão das formas de comunicação e sociabilidade de conhecimentos e informações, bem como as diferentes visões de mundo defendidas por grupos distintos, nos permite compreender melhor o ambiente de leitura português. Partindo disso, fechamos o capítulo com uma reflexão sobre como o livro de Padilha se relaciona com estas diferentes formas de pensar, o apelo da obra aos diferentes públicos e quais usos e leituras certos grupos fariam do escrito baseado em seu modo de pensar.

A combinação destas três perspectivas de estudo nos permitiu investigar desde as raízes do pensamento e visão de mundo do fidalgo Pedro Noberto Aucourt e Padilha, até a maneira com que o público letrado possivelmente olhou para este escrito. Ao mesmo tempo, investigamos uma história do livro que vai além das ideias escritas, compreendendo a complexa sociabilidade do processo de escrita, editoração, impressão, difusão e leitura. Demonstrando que publicar um livro é acima de tudo um ato histórico e social. Por meio da comunicação de informações são suscitadas reflexões e ações, ao mesmo tempo que o registro escrito preserva a mensagem, demonstrando aspectos do contexto e da sociedade da época em que foi produzido.

---

<sup>14</sup> Sobre o barroco: ARGAN, J. C. *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; BEBIANO, R. D. *João V: poder e espetáculo*. Aveiro: Livraria ESTANTE, 1987; FILHO, R. B. *Tradição e Artificio: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000; MARAVALL, J. A. *A cultura do Barroco*. São Paulo: EDUSP, 2009.

## CAPÍTULO 1- Os Indivíduos, a Sociedade e a Escrita

### 1.1 O Autor

Para iniciar a investigação sobre o contexto de produção da obra *As Raridades da Natureza e da Arte*, é necessário fazer uma análise de seu autor, Pedro Norberto de Aucourt e Padilha. Mesmo que no século XVIII a concepção de autoria e copyright já estivessem sendo discutidas, principalmente na Inglaterra, livreiros e editores de grande parte das outras nações europeias continuavam operando baseados no direito de impressão. Sendo assim, quando um autor vendia sua obra para um profissional da impressão, perdia, em certa medida, o controle sobre a obra, uma vez que o editor poderia alterar certos elementos do manuscrito original feito pelo autor, promovendo mudanças na estrutura, organização e até mesmo conteúdo do livro impresso<sup>15</sup>.

Ainda que tenhamos estas considerações em mente, que neste contexto o autor não possuía um controle pleno sobre o livro que seria impresso, é ele que inicia o ciclo de vida do livro<sup>16</sup>, concebendo a ideia e redigindo o manuscrito original, logo, compreender a posição social, econômica que este ocupa, as relações que estabelece enquanto indivíduo e autor, bem como suas concepções, formações e trajetória, nos proporciona um ponto de partida para entender a história do livro.

Pedro Norberto Aucourt e Padilha nasceu em Lisboa no ano de 1704, sua data de falecimento é desconhecida. Inocêncio Francisco da Silva, ao escrever o Dicionário Bibliográfico Português sobre Padilha, na falta deste mesmo dado, apenas relatou que o autor se encontrava vivo ainda no ano de 1759<sup>17</sup>, possivelmente baseado no fato de que este fora o ano de sua última publicação. Entretanto, arquivos preservados<sup>18</sup> no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, datados após 1759, mencionam Padilha, sendo o último em 1772, nos permitindo estender por mais alguns anos a estimativa do tempo de vida do autor.

Padilha descendia de uma família bem relacionada com a aristocracia portuguesa, dando ao autor a possibilidade de ter o título de “Fidalgo da Casa de S. Majestade”. A posse do título de Fidalgo significava que tal indivíduo possuía privilégios dentro do reino português como por

---

<sup>15</sup> Esta constante manipulação das obras impressas pelos editores e impressores faziam com que os textos impressos variassem conforme as edições e versões (CHARTIER, R. A mão do autor e a mente do Editor. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014, P.107).

<sup>16</sup> Robert Darnton chamou de ciclo da vida do livro o conjunto dos processos de escrita, impressão, comércio e leitura pelo qual uma obra escrita impressa passa. (DARNTON, R. What is the history of books? Daedalus 111(3): 65-83, 1982).

<sup>17</sup> SILVA, I. F. da. Dicionário Bibliográfico Português. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 6, 1862, P. 436.

<sup>18</sup> Vale lembrar que estes registros não se encontram tratados arquivisticamente, nem disponíveis para acesso digital, impossibilitando assim uma consulta e análise pormenorizada, porém, a leitura dos títulos nos dá a entender que são documentos referentes ao exercício de Padilha enquanto funcionário do Desembargo do Paço.

exemplo cargos na administração do governo, benesses durante julgamentos e condenações na justiça, isenção de certos deveres, entre outros<sup>19</sup>. Além disso, Pedro Norberto Aucourt e Padilha era Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, que segundo Luiz da Silva Pereira Oliveira, tal ordem era “a principal do Reino, a mais rica e mais privilegiada de todas”<sup>20</sup>.

Mesmo que as palavras de Pereira Oliveira sobre a ordem possam ser consideradas exageradas, uma vez que este também era um Cavaleiro da Ordem de Cristo, tais títulos concediam a Padilha uma posição social mais elevada, proporcionando não somente as vantagens e privilégios, mas também um relacionamento próximo com indivíduos da aristocracia portuguesa. Não temos acesso aos documentos que nos permitem reconstruir toda a rede de relações do autor com a elite portuguesa. Entretanto uma breve leitura dos paratextos<sup>21</sup> de certas obras escritas por Padilha, nos passam a dimensão do trânsito e bom relacionamento do autor com certos indivíduos importantes, como por exemplo, a biografia da D. Isabel escrita por ele. Este foi o primeiro estudo feito pelo autor, porém publicado só em 1748, intitulado “Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa, que foi jurada Princesa destes Reinos de Portugal”, onde ao descrever as fontes e os colaboradores consultados em seu estudo, traz indivíduos com títulos e cargos importantes dentro da coroa portuguesa:

O Ilustríssimo e Excelentíssimo Duque Estribeiro mór D. Jayme de Mello, por sua especial benevolência me participou as instruções, que a Sereníssima Rainha D. Maria Francisca deixou à Sereníssima Princesa sua filha.  
Dom Luiz da Cunha, Embaixador da nossa Coroa, achando-se em Paris, e o Conde de Mafey, Embaixador na mesma corte da de Saboya, me comunicaram muito do que digo sobre a negociação dos casamentos desta Senhora.  
Os Doutíssimos Padres D. José Barbosa e D. Antônio Caetano de Sousa me deram alguns papéis, que enriquecem bastantemente esta minha Obra.<sup>22</sup>

Trazer tais nomes importantes para esta seção da obra tinha como principal objetivo dar crédito e confiabilidade para a narrativa escrita pelo autor, visto que, se baseando em relatos de pessoas de confiança e assegurando o compromisso com a verdade ao afirmar “seguirei pontualmente a doutrina de Cícero, de não ocultar a verdade, nem adotar fingimento”<sup>23</sup>, Padilha tentava se proteger das possíveis críticas negativas de terceiros. O que como veremos mais a frente, era uma preocupação constante do autor. Por ora, estes diálogos nos revelam a existência

---

<sup>19</sup> OLIVEIRA, L. da S. P. Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

<sup>20</sup> Ibid., P.291.

<sup>21</sup> Em linhas gerais, Gérard Genette define como paratextos os elementos que circundam texto principal em uma obra escrita, dentre estes elementos podemos citar título, prefácios, prólogos, cartas ao leitor/editor/autor, agradecimentos, posfácios, epílogos, entre outros. (GENETTE, G. Paratextos Editoriais. Cotia(SP): Ateliê Editorial, 2009, P.9).

<sup>22</sup> PADILHA, P. N. A. Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa, que foi jurada Princesa destes Reinos de Portugal. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1748, P.14.

<sup>23</sup> Ibid., P.15.

de uma proximidade de Padilha com estes indivíduos bem-posicionados dentro da sociedade portuguesa. Além disso, ainda ao tratar das fontes, Padilha destaca que incorporou em seu estudo uma carta sobre a princesa D. Isabel, que seus avós teriam recebido de presente da Madame Real de Saboya<sup>24</sup>, demonstrando o bom relacionamento da família de Padilha com a nobreza.

Para além da obtenção de fontes e instrução para escrita de suas obras, Padilha também consultou muitos destes indivíduos após a escrita do manuscrito original, levando suas obras a “pessoas sábias”, para que emitissem suas opiniões. Segundo o próprio autor, foi um destes indivíduos que o convenceu a publicar seu primeiro livro impresso “Memórias Históricas, Geográficas e Políticas, observadas de Paris a Lisboa” em 1746:

Uma pessoa bem conhecida por sua grande capacidade e erudição desejou ler a minha jornada, e depois com grande eficácia me persuadiu, que eu a desse à imprensa, sem ofender o sincero de seu ânimo, nem o crédito do seu voto, ouvi com lisonjas suas persuasões, porém repetindo suas instancias, e eu tendo igualmente as aprovações de outras pessoas sábias, me resolvi a desprezar o temor da crítica de que ainda as mais consumadas obras não estão isentas.<sup>25</sup>

Mesmo que no prólogo não seja mencionado o nome da pessoa que convenceu o autor a se aventurar na publicação através de sua opinião positiva sobre o escrito, em outros momentos são incluídas menções diretas a estes pareceres. Como no caso da incorporação de transcrições de cartas enviadas de outros leitores para Padilha, que elogiavam o manuscrito original, ressaltando as qualidades do método de escrita em narrativa utilizados.

Porém o principal ponto que nos interessa são os autores das cartas. O primeiro leitor é Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, Moço Fidalgo da Casa Real e Comendador de Santa Marinha de Lisboa da Ordem de Cristo. Diogo foi um dos que convenceu Padilha a imprimir sua primeira obra, já mencionada acima, que tratava de suas observações durante uma viagem à Paris. Segundo o leitor, que se assina como sendo “Tio Amigo e Criado” do autor, “Parece-me este livro digníssimo de que v. m. dê ao prelo, não só para recreação e utilidade pública, mas também para maior crédito das grandezas que se incluem na Monarquia da França”<sup>26</sup>.

Na sua segunda publicação, sobre a Princesa D. Isabel, o comentário foi feito por Francisco de Pinna e de Mello, Moço Fidalgo da Casa de S. Majestade, o qual refere-se a Padilha como amigo. Francisco traz várias considerações e elogios ao estudo histórico da vida

---

<sup>24</sup> Ibid., P.15.

<sup>25</sup> Id. Memórias Históricas, Geográficas e Políticas, observadas de Paris a Lisboa. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1746, P.19.

<sup>26</sup> Ibid., P.24.

da princesa feito pelo autor, por fim, marca a importância da publicação, que enriquece a imagem e as virtudes da monarquia portuguesa:

E para acabar de expor meu juízo, digo finalmente que este livro é não só um diáfano elogio da Sereníssima Senhora D. Isabel, mas da Casa Real e de toda nossa Monarquia, pois com o assunto representa as excessas virtudes que influem na educação dos nossos Príncipes, e com a elegância o talento dos portugueses.<sup>27</sup>

O contato de Padilha com outros fidalgos do reino português não estava somente relacionado com seus títulos e honrarias, mas também com o cargo que o autor ocupou no Desembargo do Paço. Nas primeiras publicações, dos anos de 1746 e 1748, Padilha é descrito como Secretário da Mesa do Desembargo do Paço, mais tarde, provavelmente na década de 1750, o autor foi promovido, e em sua última publicação, em 1759, é colocado como sendo Escrivão da Câmara do Desembargo do Paço. É provável que este tenha sido o ambiente de trabalho que colocou Padilha em contato com os dois interlocutores supracitados, uma vez que Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque e Francisco de Pinna e de Mello eram designados Moços Fidalgos da Casa de S. Majestade, que segundo Pereira e Oliveira, o título de Moço Fidalgo se referiam à aqueles que exerciam funções no Paço<sup>28</sup>.

Porém as menções de contato com importantes aristocratas não se limitam somente aos comentários das cartas. No texto do livro *As Raridades da Natureza e da Arte*, em vários relatos o autor menciona que escutou certas histórias em diálogos com outros indivíduos não só da elite portuguesa, mas também de outros países europeus. Um bom exemplo disto é no trecho onde o autor trata do basilisco, ao explanar a relação da criatura com os ovos, menciona uma experiência ocorrida na casa do Conde Barão da Boa Vista, junto ao Cônsul Francês, Monsieur Montagnac<sup>29</sup>. Além destas personalidades, o autor cita encontros e diálogos com outras personalidades importantes como: o Duque D. Jaime<sup>30</sup>, o francês Monsieur d'Erman<sup>31</sup>, o comendador da marinha portuguesa Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque<sup>32</sup>, e o Desembargador Vereador do Senado Manoel Campos e Souza<sup>33</sup>. Estes são só alguns dos vários indivíduos da elite portuguesa e europeia que o autor teve contato, demonstrando o trânsito que este possuía nestes espaços socialmente elevados.

---

<sup>27</sup> Id, 1748, P.24.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, L. da S. P, Op cit, P.230.

<sup>29</sup> PADILHA, P. N. A. *As Raridades da Natureza e da Arte*, divididas pelos Quatro Elementos. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759, P. 41.

<sup>30</sup> Ibid., P. 32.

<sup>31</sup> Ibid., P. 33.

<sup>32</sup> Ibid., P. 65.

<sup>33</sup> Ibid., P. 176.

Voltando a tratar das ocupações do autor, Padilha conciliava com suas atribuições no Desembargo do Paço a atividade literária, sendo leitor de clássicos como Aristóteles, Cícero, Plínio, Homero, assim como de Epístolas, jornais e outros livros sobre história. Além da leitura, com o tempo Padilha passou a se dedicar a escrita, seu primeiro estudo foi o já mencionado “Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa”. Provavelmente produzido no início da década de 1740<sup>34</sup> e publicado em 1748. Apesar deste ser o primeiro escrito de Padilha, não foi imediatamente impresso e publicado. Seguido desta obra, o autor organizou suas observações feitas durante uma viagem de Lisboa a Paris, o que se tornaria sua primeira publicação, o já citado “Memórias Históricas, Geográficas e Políticas, observadas de Paris a Lisboa”, publicado em 1746.

O terceiro livro escrito por Pedro Norberto Aucourt e Padilha foi “Efeitos raros e formidáveis dos quatro elementos”<sup>35</sup>, publicado em 1756 sendo uma “obra escrita para confortar os ânimos aterrados com os efeitos do terremoto do 1º de novembro antecedente”<sup>36</sup>. Nesta obra Padilha demonstra o início de seu interesse sobre os temas relacionados a história e filosofia natural, em um movimento semelhante a outros letrados portugueses, conforme explanaremos com mais detalhes no terceiro capítulo.

Neste mesmo ano o autor também publicou um breve folheto de 16 páginas chamado “Carta em que se mostra falsa a profecia do terremoto do 1º de Novembro de 1755”. Mesmo que o texto não mencione o nome de Padilha, a autoria de tal impresso é atribuída a ele, que assina o escrito com o pseudônimo “Epicureo Alexandrino”. Neste folheto, o autor foca em refutar um profeta que supostamente teria tido um presságio sobre um grande acontecimento que ocorreria no Dia de Todos os Santos. Este evento, segundo a profecia, marcaria a volta do Rei D. Sebastião para assumir o trono e liderar Portugal a uma era de abundância e glória. Tal crença no retorno do Rei estava ligada ao mito do encoberto e ao grupo chamado de sebastianistas, presentes no reino lusitano desde o período medieval e que ganharam força no contexto pós terremoto, como veremos mais à frente<sup>37</sup>.

O quarto livro publicado é o objeto principal do presente estudo “As Raridades da Natureza e da Arte, Divididas pelos Quatro Elementos”, publicada em 1759. Onde o autor compilou diversos relatos de acontecimentos maravilhosos em uma extensa obra, tratando não

---

<sup>34</sup> Tal afirmação se baseia no fato de que a carta de Francisco Pinna de Mello com as considerações sobre a obra é datada de 07 de julho de 1744.

<sup>35</sup> Esta obra não será incorporada no presente estudo pois não se encontra digitalizada e disponível online, impossibilitando assim a consulta e acesso no atual contexto.

<sup>36</sup> SILVA, I. F. da. Op cit, P. 436.

<sup>37</sup> A questão das crenças milenares, do contexto do pós-terremoto, bem como a análise do folheto referente profecia serão abordadas no item 1.3.

somente das curiosidade produzidas pela natureza, mas também aquelas concebidas e construídas pela humanidade.

Após a publicação desta obra não houve outros escritos ou impressos atribuídos à Padilha, sugerindo que as aspirações do autor ao ingressar na república das letras foram atingidas ou que ele desistiu de lidar com as práticas do mercado editorial. Ainda que confirmar alguma destas duas hipóteses seja uma tarefa praticamente impossível, cabe aqui algumas reflexões acerca da produção de impressos no Antigo Regime e também das intenções expressas por Padilha em suas obras, para melhor compreender a sua trajetória enquanto autor.

## 1.2 O Editor e o ato de publicar em Portugal

Como já apontamos no item anterior, a figura do editor no Antigo Regime é tão importante quanto, ou até mesmo de maior destaque, que a figura do escritor. O autor escrevia o manuscrito original, entretanto é no processo de editoração que o livro é realmente criado, após passar pelas mãos de um escriba que corrigia o manuscrito original. Cabia ao editor ou livreiro coordenar todo o processo de produção do livro, escolhendo as questões relativas à materialidade, tais como o tipo de papel a ser usado, as dimensões da obra (se esta seria impressa in folio, in quarto), assim como a tiragem de impressões, o processo legal para publicação e circulação<sup>38</sup>.

De modo geral, o editor é o responsável por construir o livro da maneira que conhecemos, transformando a ideia original concebida pelo autor no formato adequado e correto de acordo com o público de leitores que o livro se destina, bem como os usos que o livro terá. Para melhor compreender tal processo de produção, vejamos a perspectiva sobre o trabalho dos editores proposta por Francisco Rico e apresentada por Roger Chartier:

Para ele [Francisco Rico], todo editor moderno tem uma tarefa dupla: ele é responsável por mobilizar todos os campos de especialidade (filológico, bibliográfico, histórico) que ajudem a relacionar a composição e a publicação de um texto com suas condições de possibilidade, evitando, assim, anacronismos factuais e fantasias interpretativas. Por outro lado, deve propor um texto que respeite o que pode ser conhecido dos desejos do autor e que seja legível para um leitor contemporâneo que não seja nem filólogo nem bibliógrafo<sup>39</sup>.

Este trabalho que o editor desempenha leva em conta diversas questões que são específicas de cada contexto. Sendo assim, a cada diferente edição e forma que um mesmo texto é apresentado, possui sua própria historicidade, refletindo opções editoriais definidas

---

<sup>38</sup> CHARTIER, R. A mão do autor e a mente do Editor. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014, P.40.

<sup>39</sup> Ibid., P.266.

historicamente<sup>40</sup>. As escolhas feitas durante este processo levam em conta questões da prática da produção e circulação de livros, como o perfil editorial do editor. Bem como o próprio mercado de livros (uma vez que era comum que o papel de editor fosse desempenhado pelo próprio livreiro), que definiam a maneira que a obra era impressa.

Pedro Norberto Aucourt e Padilha publicou suas obras através de três impressores/editores localizados na cidade de Lisboa. O primeiro foi Ignácio Rodrigues, responsável pela primeira publicação de Padilha “*Memórias Históricas Geográficas e Políticas observadas de Paris a Lisboa*”, datada de 1746. A segunda obra “*Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa*” de 1748, foi publicada por Francisco da Silva. Os demais escritos, impressos em 1756 e 1759 foram publicados por Francisco Luiz Ameno. A partir de um levantamento das obras disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal publicadas pelos três impressores, é possível perceber que o perfil editorial deles é semelhante, sendo constituído tanto por livros extensos, bem como pequenos impressos, como folhetins. Em relação as temáticas destes impressos, os assuntos variavam entre obras históricas, teológicas, livros de oração, de filosofia, tratados sobre costumes, direito, relatos de feitos políticos e militares, vidas de santos, memórias, genealogias e assim por diante, sendo estas escritas em sua maioria por fidalgos, militares, aristocratas e clérigos.

A principal diferença que é possível perceber neste levantamento é a quantidade, Ignácio Rodrigues e Francisco da Silva possuem números semelhantes, onde encontram-se disponíveis, respectivamente, 20 e 26 obras preservadas no arquivo, enquanto sob o nome de Francisco Luiz Ameno podem ser encontradas mais de 280 publicações. Vale lembrar que estes dados não representam totalmente a quantidade de impressos produzidos por estes, nem mesmo a capacidade de edição e impressão das oficinas. Uma vez que o levantamento tomou como base a lista de obras preservadas em arquivo. Sendo assim, este número representa somente uma fração do produto das oficinas dos três impressores.

Entretanto, cabe aqui, ainda que de forma breve, uma reflexão sobre as possíveis causas para tal discrepância nos números. Uma primeira hipótese, é que talvez, Ignácio Rodrigues e Francisco da Silva tinham como maior foco a produção dos chamados impressos efêmeros e não livros. Portanto, imprimiam principalmente folhetos, panfletos, cartazes, entre outros, ou seja, obras com vida útil menor, sendo mais facilmente destruídos, diferente dos livros que em muitos casos acabavam preservados em bibliotecas e coleções. Esta prática não era incomum, como aponta Chartier, entre os séculos XVI e XVIII, estes textos menores eram a principal

---

<sup>40</sup> Ibid., P.268.

produção das gráficas e tipografias<sup>41</sup>. A segunda hipótese é o simples fato de que estas obras se perderam com o passar do tempo por não terem sido de grande circulação, produzidas em uma tiragem pequena, ou sendo destruídas intencionalmente, bem como por acidentes, como no caso do Terremoto de Lisboa de 1755, que atingiu e destruiu muitas coleções e bibliotecas na região, conforme apontaremos mais à frente.

Outras duas questões a serem apontadas sobre os editores é que Francisco Luiz Ameno, o impressor responsável pelas últimas obras de Padilha, tinha uma ligação próxima com o clero lisboeta, aparecendo em muitas obras eclesiásticas como Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa. Além disso, Francisco Luiz Ameno, aparece como autor de obras sobre filosofia, tal como “*Consolação de Aflitos e Alívio de Lastimados: Dialogo entre dois Filósofos Vacrisso e Pontonio*” (1742), bem como compilações e coleções, algumas até mesmo publicadas pela Academia Real, como por exemplo “*Coleção de Algumas Obras Póstumas, que em prosa, e verso deixou Joseph De Sousa, cego desde o berço, acadêmico anônimo de Lisboa*” (1746), mostrando que este indivíduo não desempenhava somente a tarefa de editor e impressor, mas também de autor, assim como as ligações deste com a Academia Real, importante instituição intelectual neste contexto.

Voltando a tratar sobre o processo editorial, vale lembrar que diferentes maneiras que o livro é construído, bem como sua materialidade, influenciam diretamente no modo que seus leitores as leem e compreendem seu conteúdo. A realização destas escolhas editoriais que buscavam moldar as possíveis leituras de determinada obra é o que Roger Chartier chamou de imposição da ortodoxia dos textos<sup>42</sup>, onde o editor adequava o conteúdo dos livros de acordo com as intenções pretendidas com a publicação, bem como colocar a obra dentro das normas estabelecidas pelo contexto. No caso do Antigo Regime, as obras impressas sofriam grande regulamentação através do aparato censório. Como o contexto e as diretrizes de publicação passavam por constantes mudanças, os editores também necessitavam atualizar e reorganizar os conteúdos das obras a cada certo período de tempo, entretanto, na maioria das vezes tal tarefa era feita sem consultar o autor.

Esta mobilidade e variabilidade do sentido em cada versão publicada, dava aos livros impressos uma certa imagem negativa, visto que a interferência de um editor pouco atento ou capacitado para promover mediação do texto escrito pelo autor e aquele que chegaria à mão do leitor, poderia resultar em uma distorção tão grande que comprometia a ideia original e

---

<sup>41</sup> Ibid., P.104.

<sup>42</sup> CHARTIER, R. A História Cultural: Entre práticas e representações. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002, P.123.

corrompia a mensagem da obra final<sup>43</sup>. Para melhor compreender este processo é interessante que analisemos mais de perto o processo de produção de obras escritas no chamado Antigo Regime Tipográfico, que ocorreu durante o período moderno, entre os séculos XVI e XVIII<sup>44</sup>.

De modo geral, apesar das particularidades de cada local de impressão e publicação, o processo editorial no Antigo Regime passava por etapas semelhantes em toda Europa Ocidental. Tomando como exemplo apresentado por Chartier, na produção de livros em Castela, onde o primeiro passo para a publicação era submeter o escrito original à um escriba, que transformava o “papel ilícito” escrito pelo autor, em uma “cópia justa”, uma versão do texto corrigida que era avaliada pelo Conselho Real, que concedia ou não o direito de imprimir, bem como demandava alterações na obra quando necessário<sup>45</sup>. Seguido disso, o escrito passava para mão do editor, que como foi descrito, planejava e organizava a forma do livro a ser impresso, depois cabia ao revisor fazer as últimas correções na obra, principalmente as relacionadas à gramática e a pontuação. Por fim, a última etapa era a impressão, onde o impressor ou tipógrafo montava as chapas e folhas para imprimir a obra, bem como a montagem das folhas no livro final<sup>46</sup>.

Ao analisarmos este longo processo pelo qual a obra passa desde sua concepção até o livro, é possível perceber que não era uma produção individual do autor, mas sim fruto de uma combinação de ações e relações sociais de diferentes indivíduos. Robert Darnton ao falar sobre a história dos livros propôs um esquema que nos permite pensar sobre ciclo de relações na trajetória do livro:

Livros impressos geralmente passam pelo mesmo ciclo de vida. Pode ser descrito como um circuito de comunicações que passa do autor para o editor (caso o livreiro não assuma este papel), para o impressor, para o transportador, para o livreiro e para o leitor. O leitor completa o ciclo, porque ele influencia o autor antes e depois do ato da composição. Autores também são leitores. Ao ler e se associar com outros leitores e escritores, eles formam noções de gênero e estilo e um senso geral de empreendimento literário<sup>47</sup>.

Como evidenciado no trecho, Darnton amplia a questão social do livro, uma vez que para além de considerar os indivíduos que interferem diretamente no conteúdo (como o autor, o escriba, o editor, o revisor), também são destacados atores históricos que influenciam indiretamente no processo de produção da obra. Assim, o estudo da história dos livros deve levar em conta todo o contexto de produção e difusão, visto que questões sociais, econômicas,

---

<sup>43</sup> Id, 2014, P.110.

<sup>44</sup> Ibid., P.237.

<sup>45</sup> Ibid., P.137-138.

<sup>46</sup> Ibid., P.138.

<sup>47</sup> DARNTON, R. What is the history of books? *Daedalus* 111(3): 65-83, 1982, P.67. (Tradução Nossa)

culturais, políticas, entre outras, tensionam as relações de comunicação, que por consequência moldam o processo de constituição de um escrito.

Pensando no caso da presente pesquisa, o Francisco Luiz Ameno exerceu o papel de editor da obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, entretanto, ao editar o conteúdo escrito da obra não se limitou a fazer somente adequações relativas à leitura, formato e correções na grafia a fim de tornar a obra adequada a leitura. Muito provavelmente, Ameno incorporou outras mudanças baseadas em suas próprias concepções, que advém tanto de sua experiência como impressor e editor, mas também de suas leituras e prática como escritor, assim como outros elementos derivados de sua vivência, experiência e formação.

Uma perspectiva semelhante para o estudo dos livros foi proposta por D. F. Mckenzie. Segundo o autor, a análise deve ser feita partindo de uma bibliografia histórica, pensando os textos como formas registradas, sendo assim, tendo grande interesse em compreender as condições de produção, difusão e recepção das obras impressas<sup>48</sup>. Porém, Mckenzie destaca que tal estudo deve ir além da obra impressa e das questões técnicas que envolvem este processo, apesar da importância da materialidade destes aspectos, o estudo dos livros deve levar em conta outros aspectos sociais e do contexto, bem como diferentes formas que o mesmo texto e seus significados são transmitidos entre os indivíduos<sup>49</sup>. A combinação do estudo destes elementos resulta no que o autor chamou de “Sociologia dos Textos”, que nos permite uma reflexão ampla sobre a história do livro:

De um lado, uma sociologia dos textos nos lembra de toda gama de realidades sociais que a imprensa tinha que servir, desde os livros de recibo até as bíblias. Mas, por outro lado, também nos leva a considerar os motivos e interações humanas que os textos carregam em cada uma das etapas de sua produção, transmissão e consumo. Nos alerta sobre o papel das instituições, e de suas próprias estruturas complexas, em afetar as formas de discurso social, passado e presente<sup>50</sup>.

Para perceber estes elementos é necessário a compreensão das formas de transmissão. Tendo em vista a perspectiva de que a definição de “texto” é plural, os enunciados do autor podem se apresentar de maneiras distintas. Quer seja nas diferentes materializações durante as etapas de escrita, edição, publicação e reimpressões subsequentes, ou na comunicação oral destas ideias, o formato e o contexto em que estas informações são transmitidas, sempre irão ditar as regras e convenções que moldam o texto. Em outras palavras, a variação dos cenários de apresentação das ideias, produzem diferentes formas de se transmitir a mesma mensagem.

---

<sup>48</sup> MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y Sociología de los textos*. Madrid: Ediciones AKAL, 2005, P. 30.

<sup>49</sup> *Ibid.*, P.30-31.

<sup>50</sup> *Ibid.*, P.32. (Tradução nossa)

Portanto, para compreender um livro, ou qualquer outro texto, devemos nos atentar as estruturas que regulam a forma e significado dos textos, pois elas não só interferem no processo de composição, mas também no processo de leitura e compreensão<sup>51</sup>. Tendo isso em mente, é a partir da reconstrução das condições e convenções estabelecidas no contexto do livro que conseguimos melhor compreender as intenções e significados presentes na obra, uma vez que somente ler a obra sem esta devida preocupação nos traz uma visão limitada, visto que:

Não se pode recuperar a voz do autor, ou um suposto significado, a partir de seus registros impressos ou escritos. Ficamos somente com as estruturas sincrônicas e as convenções que regulam seu significado quando lemos. Se conclui, evidentemente, que se o significado que lemos é inteiramente uma função das relações estruturais dentro do sistema de sinais verbais que constitui um texto, não é algo inerente que pode ser expressado de alguma maneira. Significado não é o significa, mas o que hoje estamos de acordo em inferir que significa<sup>52</sup>.

A obra que temos acesso não representa totalmente as ideias do autor, e sim um conjunto de enunciados que partem de seus pensamentos. Por sua vez, estes são mediados por questões linguísticas, referente a própria gramática do idioma, por questões materiais, como a forma que o texto foi impresso, escrito, difundido e lido, pelas estruturas de significado que proporcionaram as interpretações do conteúdo da obra. Além disso, existem influências diretas de outros indivíduos, como os editores, revisores. Sem falar ainda da interferência de instituições ligadas com a regulamentação e controle da produção editorial, como os diferentes aparatos e formas de censura, presentes em grande parte das nações do Antigo Regime.

Sendo assim, estas questões se tornam a base para o estudo do livro, dado que a contextualização nos permite compreender de forma mais aproximada os reais significados tanto do texto escrito como dos atos de escrever, publicar e ler no período que a obra foi feita. Partindo deste princípio, vejamos agora um pouco sobre como se organizava a produção de obras impressas em Portugal nos tempos que Pedro Norberto Aucourt e Padilha publicou suas obras.

### **1.3 A Censura e o Contexto português do século XVIII**

Desde o século XVI até 1768, o aparato censório português era composto por três esferas, as duas primeiras mesas censórias foram instauradas a partir da Igreja Católica, tendo como principal objetivo o combate da heresia nas obras portuguesas. Sendo estas instituições o Conselho Geral do Santo Ofício, que operava segundo os interesses papais, e o Ordinário da

---

<sup>51</sup> Ibid., P.36.

<sup>52</sup> Ibid., P.50-51.

Diocese, que avaliava as obras segundo os interesses episcopais. A partir de 1576, os livros passaram a também serem avaliados pela mesa censória do Desembargo do Paço, que tinha como foco combater tanto as obras com teor herético, mas também obras que fossem consideradas sediciosas e opositoras à monarquia<sup>53</sup>. Estas instituições faziam parte do que pode ser chamada de “Censura Prévia”, ou seja, avaliavam o conteúdo das obras antes delas serem publicadas, para que então fosse concedida a licença para impressão, sugeridas alterações para tornar a obra apta para a licença, ou a proibição total da impressão e circulação.

Outra maneira de controlar as obras que circulavam em Portugal era através da chamada “Censura Repressiva”, que consistia no controle alfandegário, feito nas fronteiras e nos portos através da inspeção das cargas que continham livros, além da fiscalização de bibliotecas e dos estoques dos livreiros. Estas vistorias se pautavam nos índices de livros e autores proibidos<sup>54</sup> que eram elaboradas pelos censores, então cabia ao fiscal averiguar se dentro destas coleções e carregamentos existiam obras ilegais.

De modo geral, as diferentes instâncias da censura portuguesa atendiam interesses de instituições e indivíduos que detinham poder dentro da sociedade portuguesa. Logo, o principal intuito de controlar quais conteúdos e informações difundidos nas obras escritas era impedir a circulação de qualquer ideia ou teoria que colocassem em risco a estrutura social. Para além disso, os censores exibiam uma preocupação com as mudanças na epistemologia, cultura e costumes que certas publicações poderiam trazer. Não nos cabe aqui uma extensa reflexão sobre os principais critérios que pautavam a aprovação ou reprovação de um escrito em Portugal, entretanto, é interessante discutir brevemente certos paradigmas epistemológicos e formas de pensar que baseavam a análise dos censores.

Luiz Carlos Villalta destaca alguns pontos sobre o pensamento em Portugal no século XVIII, o primeiro deles é a predominância dos preceitos da Segunda Escolástica ou Neo-escolástica, principalmente as teorias corporativas de poder, que se pautavam nos escritos de São Tomás sobre as leis hierárquicas que regiam o universo e todos seus elementos<sup>55</sup>. Estas concepções, extremamente ligadas a Teologia, foram importantes referências no pensamento e organização política em Portugal, permanecendo presentes até o final do século XVIII, se mantendo relevantes até mesmo durante o período pombalino.

---

<sup>53</sup> RODRIGUES, G. A. Breve História da Censura Literária em Portugal. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, P.14-15.

<sup>54</sup> Ibid., P.20.

<sup>55</sup> VILLALTA, L. C. Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censuras e Contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, P. 30.

O segundo ponto é uma forte oposição aos saberes científicos que predominou em Portugal durante o período moderno. O anticientificismo é sempre ligado ao “atraso cultural” que o Reino sofria quando comparado com as demais nações ocidentais europeias. Enquanto muitas destas nações no século XVIII passavam por um processo de secularização e um grande triunfo no desenvolvimento da ciência moderna, Portugal se mantinha católica, mantendo uma forte interferência religiosa nas formas de se pensar, sobretudo no ensino e prática científica.

Apesar deste sentimento contrário aos novos conhecimentos científicos, seria errado afirmar que tais preceitos e fundamentos não tiveram espaço dentro do reino lusitano. Os jesuítas, responsáveis por controlar boa parte das instituições de ensino em Portugal, mantinham os conteúdos e práticas ensinados nas faculdades orientados pelos preceitos da filosofia aristotélica, não sendo muito simpáticos aos novos avanços da ciência moderna, principalmente nas ciências exatas e naturais. Por outro lado, nos círculos mais privados e limitados, os jesuítas possuíam e acessavam obras da revolução científica setecentista, estavam a par das novas teorias e métodos, demonstrando uma certa abertura para tais descobertas. Villalta propõe que esta tolerância advinha da incorporação de certos preceitos do probabilismo, que pode ser definido como:

Doutrina casuística cujo advento pode se situado na segunda metade do século XVI, o probabilismo discorre sobre as situações particulares em que existe uma incerteza sobre a aplicação de regras morais, estabelecendo que, nesses casos, para não errar, seria suficiente seguir uma opinião provável, ainda que não fosse a mais recomendável em termos de estrita doutrina. Assim, ao pecador, para não ser faltoso, bastaria agir de acordo com uma opinião plausível e que contasse com defensores respeitáveis, mesmo que ela fosse menos provável do que a opinião contrária<sup>56</sup>.

Esse espaço para novos conhecimentos não significava uma adesão plena dos jesuítas aos preceitos da revolução científica. Sobretudo nos estudos sobre a natureza e o universo, temas que suscitaram interessantes posicionamentos de certos jesuítas, como padre Cristóvão Bruno e o Padre Antônio Vieira, que buscaram uma certa conciliação entre as descobertas de Galileu Galilei e Nicolau Copérnico com os pressupostos da escolástica<sup>57</sup>.

A ciência moderna ainda ganharia espaço para se desenvolver em Portugal através das cortes, sobretudo sob o reinado de D João V. Durante o período chamado de “Luzes Joaninas”, o rei D. João V promoveu incentivos para o desenvolvimento cultural e científico em Portugal. Abordaremos este processo com mais detalhes no terceiro capítulo, por ora vale destacar que tal empreitada possuía dois intuitos principais. Um mais geral que se tratava de criar uma

---

<sup>56</sup> Ibid., P. 49.

<sup>57</sup> Ibid., P. 50.

imagem de um reino tão desenvolvido e atualizado culturalmente quanto as demais nações europeias ocidentais, desconstruindo a ideia do suposto “atraso” e de que Portugal era o “Reino da Estupidez”. O segundo objetivo era justamente o gosto pelas ciências e experimentos como espetáculos, apresentados aos grupos das elites nos salões dos palácios e durante eventos importantes da coroa. Para além disso, devemos destacar o valor simbólico que a ostentação de gigantescas coleções de livros sobre ciências, bem como, mapas, obras de arte, entre outros artefatos possuíam, enaltecendo a figura do monarca.

O maior símbolo deste período foi justamente a “*Biblioteca Real Portuguesa*”, que continha um dos maiores e mais completos acervos da Europa em sua época. Acompanhado da aquisição de diversos exemplares e coleções sobre ciências, filosofia, literatura, arte, entre outros, para a composição da biblioteca, D. João V ainda investiu na produção de livros, atuando como mecenas de diversos estudos, bem como instituindo a Livraria Real, para impressão e tradução de obras.

Partindo destes princípios fica claro que o anticientificismo português pode ser considerado muito mais como uma forma de controle do pensamento e dos conteúdos, do que propriamente uma real oposição aos princípios postulados pela revolução científica. Nem a coroa, nem os Jesuítas fecharam totalmente as portas para a ciência moderna. Pelo contrário, incorporaram os elementos que os interessavam em suas práticas, porém, isso não significou uma ampla aceitação, muito pelo contrário, o acesso a estas obras se limitava a espaços reservados a certos indivíduos. Ou seja, grande parte da sociedade portuguesa era privada e impedida de acessar tais saberes. Estes grupos, por meio da censura, impediam que estes livros saíssem destes ambientes restritos, bem como, proibiam menções diretas a estas obras. Oficialmente estas ideias só apareceriam em um formato extremamente mediado e alterado, como em alguma obra escrita por um padre jesuíta, ou simplesmente não apareciam. Entretanto, a realidade era um tanto mais complexa, mesmo que muito bem-organizada e aparelhada, a censura não conseguia controlar totalmente a circulação de livros.

Como aponta Cláudio DeNipoti, havia uma grande circulação de livros estrangeiros em Portugal no século XVIII<sup>58</sup>, principalmente edições francesas, uma vez que os livreiros franceses dominavam uma grande parcela do mercado editorial neste período. Estas obras chegavam ao reino de diferentes maneiras, as mais comuns eram através de viajantes e

---

<sup>58</sup> DENIPOTI, C. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou Quando os Ingleses atiraram livros ao mar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, nº 56, p. 431-448, 2008, P. 433.

diplomatas portugueses<sup>59</sup> que passavam um período em outras nações, bem como através do contrabando feito pelos livreiros lusitanos. Principalmente no caso do contrabando, os indivíduos empregavam técnicas para burlar a censura, através do suborno de fiscais da alfândega e a ocultação das obras proibidas nas livrarias, apenas concedendo acesso para os “clientes de confiança”<sup>60</sup>.

O fácil acesso a estas obras, principalmente as escritas pelos pensadores iluministas e cientistas modernos, e o constante trânsito da aristocracia portuguesa entre outras cortes europeias fez com que se desenvolvesse na elite lusitana um grupo de indivíduos ilustrados. Estes “estrangeirados” não eram totalmente iluministas, porém, simpatizavam com muitos preceitos defendidos pelos pensadores do movimento, incorporando a seus posicionamentos e ações<sup>61</sup>.

O quarto ponto que Villalta descreve em seu estudo sobre os livros, é a presença de correntes messianistas e milenaristas na sociedade portuguesa. Apesar das diferenças das duas crenças, ambas acreditavam que em um futuro haveria um momento de felicidade, tranquilidade e prosperidade para todos os “escolhidos”<sup>62</sup>. Para os milenaristas esta mudança aconteceria com a queda dos reinos existente e o início de uma nova era através instauração do reino dos escolhidos. Para os messianistas, como o próprio termo aponta, esta transição seria guiada por um messias que estaria a caminho para salvá-los. Estas crenças, ou seitas, estavam presentes na Europa desde o período medieval e se organizavam em diferentes grupos, cada qual apresentando e defendendo uma interpretação própria do que aconteceria.

A principais correntes milenaristas e messiânicas em Portugal foram o Joaquimismo no século XIV, e durante os seguintes séculos XVI, XVII e XVIII, proliferaram-se várias outras crenças proféticas. No geral, a principal a ideia era que se ergueria um Quinto Império controlado pelos portugueses<sup>63</sup>, porém, a crença predominante no reino português era a do mito do Encoberto. Para os judeus e cristãos novos, o encoberto era a personificação do messias que a religião judaica prega estar vindo, para os católicos, era o retorno de Jesus Cristo ou um enviado de Deus que seria uma espécie de “vice Cristo”<sup>64</sup>. Apesar das diferentes especulações

---

<sup>59</sup> Durante o período das “Luzes Joaninas” o próprio Rei requisitava que os diplomatas adquirissem e trouxessem coleções e obras para compor o acervo real.

<sup>60</sup> DENIPOTI, C. Op cit, 2008, P. 438-439.

<sup>61</sup> No capítulo 3 faremos uma análise mais aprofundada das complexidades deste vasto movimento de estabelecimento de um “iluminismo à portuguesa”.

<sup>62</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 52.

<sup>63</sup> Ibid., P. 57.

<sup>64</sup> Ibid., P. 68.

sobre a identidade do encoberto, em certa medida, todos os grupos concordavam que este seria um monarca português e lideraria o império e os súditos à uma nova era.

Devemos apontar aqui que estas formas de pensar presentes em Portugal no século XVIII apesar de terem sido introduzidas e incorporadas nos discursos defendidos por diferentes grupos, não se pode dizer que os indivíduos estavam estritamente limitados a somente um paradigma. Conforme exploraremos com mais detalhes no capítulo 3, ao investigar o ambiente de leitura em Portugal, veremos que não existe uma linha que delimita o pensamento em cada grupo. Grande parte dos autores incorporava elementos de diferentes formas de pensamento em suas obras, bem como, raramente manifestava apoio total a certo paradigma, sendo assim, marcar um posicionamento específico de cada indivíduo é uma tarefa complexa.

Para finalizar esta breve contextualização de Portugal no século XVIII não podemos deixar de tratar do Terremoto de Lisboa, ocorrido em 1º de novembro de 1755, resultando na destruição de boa parte da capital do Império lusitano. Primeiramente a região foi atingida por um sismo, que em seguida gerou um maremoto no rio Tejo. Por fim, em meio a toda confusão, ainda se iniciou um incêndio que se alastrou pelas construções, contribuindo ainda mais para a destruição. Milhares de portugueses perderam a vida devido à catástrofe, com números que variavam entre 6 mil, 40 mil e até 100 mil em algumas contabilizações<sup>65</sup>, além dos muitos outros que ficaram desabrigados e sofreram grande falta de mantimentos que aconteceu posteriormente por conta da destruição.

O impacto do terremoto atingiu os portugueses e os europeus como um todo, primeiramente, escritores, filósofos, cientistas, clérigos e muitos outros indivíduos se ocuparam da tarefa de compreender o acontecimento, investigando as causas do sismo e o significado do acontecimento, gerando plurais interpretações sobre a catástrofe. No contexto europeu, iluministas como Montesquieu, Voltaire e Rousseau abordaram a questão após o sismo, onde os dois últimos travaram um intenso debate acerca do otimismo, bem como sobre a existência e vontade divina<sup>66</sup>.

A mesma temática foi explorada em três ensaios escritos pelo jovem Immanuel Kant para o jornal de Königsberg em 1756. Neste escrito, diferente dos autores franceses citados, o fenômeno foi interpretado através da ciência natural e os escritos se preocupavam em demonstrar que tal catástrofe não aconteceria na Prússia, como uma forma de acalmar os ânimos dos seus conterrâneos que se encontravam assustados com a recente tragédia

---

<sup>65</sup> SCHWARCZ, L. M. A longa viagem da biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, P.21.

<sup>66</sup> Ibid., P. 28-29.

acontecida em Lisboa<sup>67</sup>. Até mesmo Goethe incorporou mais tarde em seus escritos referências ao sismo, que havia ocorrido quando o autor ainda possuía seis anos, porém que ainda guardava lembranças de todo terror disseminado na Europa no contexto pós-terremoto<sup>68</sup>.

Já em Portugal por exemplo, os sebastianistas, um grupo de messianistas que acreditavam no mito do Encoberto, interpretaram que o terremoto foi um presságio de que o Rei D. Sebastião, que desapareceu em 1578 em uma cruzada no Marrocos, estaria retornando e subiria ao trono e guiaria o Império Português a uma era de prosperidade<sup>69</sup>. Católicos e clérigos, como padre Malagrida, defendiam que a destruição era um castigo divino devido aos pecados dos portugueses, sendo assim, a principal preocupação dos sobreviventes deveria ser rezar e pagar penitências, em busca da piedade de Deus.

Para o então secretário Sebastião José Carvalho Melo, a prioridade era “enterrar os mortos e alimentar os vivos”<sup>70</sup>, dando maior importância às questões práticas da reconstrução de Lisboa, deixando de lado em certa medida o misticismo relacionado ao ocorrido. Além disso, para Pombal o processo de reconstrução de Lisboa e de recuperação do reino português, bem como a crise política que se desenvolveu<sup>71</sup>, seriam uma ótima oportunidade de colocar em prática os ideais que buscavam uma modernização da sociedade e política de Portugal.

A busca pela compreensão do terremoto e a grande quantidade e variedade de interpretações propostas, que não se limitam somente às mencionadas anteriormente e sim compõem uma ampla gama de teorias e obras sobre o tema, demonstra o impacto e o trauma que a catástrofe gerou na sociedade europeia. Entretanto, não foi somente nas esferas das ideias e da política que este acontecimento impactou a questão literária.

Quando se investiga as relações entre o terremoto de Lisboa de 1755 e a produção literária, a primeira questão que aparece é justamente como nos anos seguintes ao sismo houve um aumento considerável na quantidade de livros, folhetos e outros escritos tratando sobre terremotos, maremotos e outros desastres naturais<sup>72</sup>. O próprio Pedro Norberto Aucourt e Padilha entrou nesta “onda” de obras<sup>73</sup>, publicando em 1756 o livro “Efeitos raros e formidáveis dos quatro elementos”, que embora não foque somente na questão dos terremotos, apresenta

---

<sup>67</sup> NEIMAN, S. O Mal no Pensamento Moderno. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2003, P. 240.

<sup>68</sup> SCHWARCZ, L. M. Op cit, P. 28.

<sup>69</sup> Ibid., P. 23.

<sup>70</sup> NEIMAN, S. Op cit, P. 243.

<sup>71</sup> SUBTIL, J. O Terramoto Político (1755-1759). Lisboa: EDIUAL, 2006.

<sup>72</sup> AMADOR, F. O Terramoto de Lisboa de 1755: coleções de textos do século XVIII. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol. 14, núm. 1, p. 285-323, janeiro-março, 2007.

<sup>73</sup> Esta tendência temática e literária é explorada com mais detalhes no item “3.2.1 - O Terremoto de 1755 e o mercado editorial” do terceiro capítulo.

questões sobre estes acontecimentos, além do fato que a obra foi vista como uma forma de “acalmar os ânimos” dos portugueses no contexto pós-terremoto. Até mesmo na obra “As Raridades da Natureza e da Arte” de 1759, o autor ainda manifesta os impactos do terremoto na produção de seu livro, como veremos em mais detalhes no próximo item.

Além de tratar transversalmente sobre o tema do terremoto nestes dois livros, vale ressaltar outra publicação do autor datada de 1756: O panfleto intitulado “Carta em que se mostra falsa a profecia do terremoto do 1º de novembro de 1755”. Este escrito, assinado pelo pseudônimo “Epicureo Alexandrino”, apresenta importantes traços da cultura portuguesa da época. Como próprio título deixa claro, o principal objetivo deste texto era informar sobre as profecias do terremoto e refutar um suposto profeta, que no ano de 1752 havia tido um presságio relacionado a um acontecimento que ocorreria no dia 1º de novembro:

Em 1752 houve quem disse, que em dia de todos os Santos sucederia um caso em grande prelúdio ao desembarque, que antes da Quaresma faria ElRey D. Sebastião em Cassilhas, e a entrada, que em dia de S. João daria em Lisboa. Faltou tudo no dito ano, prometeu-o para 1753; igualmente lhe saiu errado; tornou assiná-lo para 1754, que na mesma forma se enganou, (como se enganará até o fim do mundo,) e eis que se não quando em dia de todos os Santos de 1755 se sucede o terremoto, e sem se olhar para as partes que faltaram, e para os quatro anos que não sucedeu, dizem todos *grande Profeta!* Como se não fora maior milagre deixar em tão largo tempo de suceder nesse dia em qualquer lugar de Portugal algum caso, a que se pudesse acomodar a profecia; pois não se individou o que havia de suceder, nem o sítio em que sucederia.<sup>74</sup>

Dois pontos relacionados ao contexto e cultura portuguesa devem ser destacados nessa publicação. Primeiramente é o posicionamento do autor sobre as profecias. Neste texto, Padilha busca desacreditar um profeta em específico e não se opor a crença nos presságios como um todo. A argumentação do autor se pauta na caracterização e crítica aos falsos profetas, que segundo ele, acabam tirando crédito das profecias verdadeiras<sup>75</sup>. Como apontado no trecho anterior, o principal ponto que refuta esta suposta profecia do terremoto é justamente sua falta de especificidade. Sendo que o profeta apenas disse que na data de 1º de novembro haveria um grande acontecimento, não revelando detalhes ou pormenores do fato e nem mesmo dizendo em qual ano isso ocorreria, possibilitando uma ampla interpretação do presságio. Seguindo este pensamento, o autor cita exemplos diversas previsões ao longo da história, que eram consideradas verdadeiras por ele, onde os eventos aconteceram de forma idêntica aos presságios, como no seguinte excerto:

A Domiciano não só prognosticaram a morte, que lhe deram, mas a hora a que se lhe deu. O presságio, que à Agrippina fizeram, de que seu filho Nero seria Imperador, e a mataria, bem o acredita a sua resposta: *Com tanto que reine, não importa que me mate.*

---

<sup>74</sup> ALEXANDRINO, E. Carta que se mostra falsa a profecia do terremoto de primeiro de novembro de 1755. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1756, P. 6-7.

<sup>75</sup> Ibid., P.15.

Meseray refere, que Catarina de Medices instara com Henrique II não fosse ao Torneio, por ter sonhado o vira nele com a cara cheia de sangue, como desgraçadamente veio a suceder com a lança de Mr. de Montgomery. Com Henrique IV sucedeu o mesmo, quando a Rainha Maria acordou gritando, e cheia de lágrimas lhe disse o via matar a punhaladas, o que executou com o detestável atrevimento o sempre abominável Revalhac.<sup>76</sup>

A argumentação sobre as profecias não se limita a somente em trazer exemplos de profetas verdadeiros e profetas falsos. O autor levanta uma série de questões sobre a crença e da forma que os presságios se manifestam, relacionando isso com o fenômeno do surgimento dos falsos profetas. Para ele, o fato de grande parte dos portugueses serem suscetíveis a acreditar nestes testemunhos, abria espaço para a popularização de premonições falsas. Dado que “o povo tudo crê”<sup>77</sup>, segundo o autor era difícil as pessoas desenvolverem um discernimento capaz de separar as profecias falsas das verdadeiras.

Para além desta certa predisposição que os portugueses tinham em acreditar nestas previsões, o autor apresenta causas que acabam por gerar falsos profetas. Na visão dele, um fato importante neste processo era a relação destes com os sonhos, principalmente na forma que as visões eram interpretadas, assim como uma falta de análise crítica sobre elas. Partindo das observações de Plutarco e Plínio, Padilha discorre sobre como os sonhos podem ser influenciados por fatores externos, o que deturparia as visões e presságios que possivelmente estes poderiam trazer:

Diz Plutarco, que os sonhos do Outono não são certos, por causa do muito suco dos frutos, de que a gente se nutre nesta estação; eu creio, que mais incertos os há de fazer o sumo da uva; se bem, que o mesmo Plínio no liv. 2, cap. 93 assenta, que os vapores da terra embebedam, e naturalmente fazem vaticinar; e aqui temos texto, que nos prova haver profecias de borracheiras, até em quem não frequenta os templos de Baco, e observa no copo os ritos de Mafoma. Mas o certo é, que os melhores sonhos são os do entrudo, só estes são verdadeiros e não implica serem desse tempo os mentirosos com que nosso dorminhoco nos pregou algumas peças<sup>78</sup>.

Da mesma forma que Padilha constrói um argumento contrário a certas premonições através de escritos que colocam em desconfiança os sonhos, dadas as fortes interferências que estes podem sofrer de acordo com o meio em que o indivíduo se encontra. O autor também se volta para uma crítica da própria interpretação destes, trazendo primeiramente uma citação de Cícero, um importante pensador clássico, que como veremos mais a frente, foi uma importante referência para Padilha em sua reflexão e escrita. Para este filósofo romano, as interpretações dos sonhos eram nada mais que “uma superstição sem sabor, que tanto se tem apoderado do

---

<sup>76</sup> Ibid., P. 5, grifos do autor.

<sup>77</sup> Ibid., P. 8.

<sup>78</sup> Ibid., P. 9.

entendimento dos homens<sup>79</sup>”. Sendo assim, o autor parece apresentar um posicionamento que busca também desacreditar e desestimular a própria prática de interpretação dos sonhos, uma vez que estes, além de estarem sujeitos a influências, não possuíam uma ligação com os acontecimentos futuros. Para complementar o posicionamento de Cícero e reforçar o argumento central da publicação, ou autor ainda lembra que o ato de prever o futuro por conta própria era algo condenado pela Igreja Católica:

Assentemos, que ainda que houve profecias, e sonhos inspirados por Deus, a mesma Escritura condena severamente toda a arte de predizer o futuro e de interpretar os sonhos. O mesmo nos confirma o Eclesiástico no cap. 34 pelos termos seguintes: *As adivinhações, os agouros, e os sonhos tudo é uma quimera, e são efeitos da imaginação: não façais caso destas coisas, se não for Deus quem vo las mande*<sup>80</sup>.

A justificativa cristã era ainda mais um motivo para repudiar os falsos profetas, e no caso de Padilha, mais um argumento contrário a profecia do terremoto. Partimos agora para um segundo ponto de análise desta publicação, que é pensar sobre os interlocutores do autor, ou seja, quem era o suposto vidente que previu o terremoto de 1755. Não há uma clareza de quem era este indivíduo, uma vez que seu nome não é mencionado diretamente no texto. Entretanto o autor o caracteriza o profeta como sendo um sebastianista, grupo baseado na crença milenar do mito do encoberto que possuía significativo número de adeptos no contexto do terremoto, conforme mencionamos anteriormente. O que merece destaque em nosso estudo o posicionamento contrário e negativo de Padilha perante estes indivíduos que é descrito no folheto:

Façamos justiça: [o profeta] é louco ou Sebastianista, se acaso tudo não é o mesmo. Eu ambas as cousas suponho muito prejudiciais à República. Com os privilégios da loucura se conciliaram forças para matar todos os Franceses nas Vésperas Sicilianas; e com a mania de Sebastianista se comete uma traição, porque quem jurou fidelidade ao seu Soberano, não pode, sem inconfidência, esperar outro Rei; e que o espera, poderá também esperar o Messias, e com grande facilidade passar da casa dos orates para os cárceres do Santo Ofício<sup>81</sup>.

Partindo deste posicionamento, fica claro que para o autor, acreditar em uma falsa profecia não é uma mera superstição, é um erro muito mais grave que pode, em certa medida, levar ao questionamento de preceitos que são base das estruturas e da organização social. Tomar o mito do encoberto como verdadeiro é ao mesmo tempo heresia e traição, pois contraria preceitos bíblicos católicos, assim como abre a possibilidade de reconhecimento de um possível outro rei, que por sua vez questionaria a legitimidade do monarca que governava naquele momento. Ponto interessante é pensar sobre os motivos por trás deste posicionamento

---

<sup>79</sup> CÍCERO apud ALEXANDRINO, E. Ibid., P.10.

<sup>80</sup> Ibid., P.10-11, grifos do autor.

<sup>81</sup> Ibid., P.11-12.

extremamente negativo de Padilha sobre o profeta e os sebastianistas, onde além de chamá-los de loucos e traidores, o autor chega a propor castigos físicos por seus crimes, dizendo: “Receito-lhe medicalmente açoites por mézinha, suposto que tenha morte pela lei”<sup>82</sup>. Para além disso, ao se despedir do interlocutor, o autor ainda faz um pedido a Deus, reforçando a ideia que esta crença e seus seguidores representavam ao império: “Ele [Deus] guarde a V. m., e nos livre dos Sebastianistas, para o sossego da República, crédito da Pátria, Respeito ao Trono. Cintra, 8 de outubro de 1756”<sup>83</sup>.

Não é possível a partir das fontes disponíveis definir com clareza a gênese desta oposição do autor a estes indivíduos, entretanto podemos levantar algumas hipóteses. É provável que este posicionamento descrito no folheto possa ter vindo como uma forma de desacreditar estes indivíduos quer seja por questões pessoais do autor, onde ele como um grande súdito do rei e leal a Igreja Católica se sentira incomodado ao ver os “hereges” e “traidores” se manifestando, e então decidiu tecer e divulgar estes comentários. Por outro lado, é possível que este posicionamento tenha sido imposto ao autor, o que poderia ocorrer de diversas maneiras. Padilha poderia ter construído tal opinião sob influências externas diretas, podendo estar sofrendo coerção destas instituições que supostamente os sebastianistas contrariava. Da mesma forma, o folheto pode ter sido encomendado ou patrocinado por estes grupos, colocando um certo controle sobre o conteúdo do texto.

Além disso, vale lembrar que o formato do impresso é de carta, onde o autor logo no início deixa transparecer que foi escrita como uma resposta a outra pessoa não mencionada: “Meu amigo, e Senhor. Quer V. m. que eu o informe das chamadas profecias do primeiro de novembro, e da opinião que faço de sonhos, e vaticínios”<sup>84</sup>. Não podemos deixar de lado a hipótese de que esta foi realmente uma carta escrita por Padilha a algum conhecido, e que mais tarde decidiu-se transformá-la em um impresso, visto que no contexto pós terremoto havia um grande interesse em obras deste tema e houve um grande volume de publicações abordando o sismo, como veremos a seguir. Esta interlocução pessoal também pode ter acarretado as mesmas interferências já citadas, uma vez que o destinatário da carta poderia tanto deixar o autor livre para tratar do assunto, demonstrando seus argumentos e opiniões pessoais, assim como coagi-lo a elaborar uma narrativa pautada em um posicionamento alinhado ao do destinatário.

Voltando a questão do interesse temático referente ao terremoto, esta tendência também pode ser observada na lista de obras publicadas por Francisco Luiz Ameno, responsável pela

---

<sup>82</sup> Ibid., P.13.

<sup>83</sup> Ibid., P. 16.

<sup>84</sup> Ibid., P.1.

impressão dos escritos de Padilha na época. Partindo do levantamento feito das obras localizadas na Biblioteca Nacional de Portugal, dos oito impressos datados de 1756 que se encontram preservados, seis tratam de temas relacionados a catástrofe de 1755, onde cinco delas tratam diretamente do tema do terremoto. Ainda nos anos seguintes, em 1757 e 1758, ainda podem ser observadas obras mencionando o terremoto, bem como, obras relacionadas a natureza e os fenômenos naturais.

Porém o interesse temático suscitado pelo terremoto não se limitou somente ao império lusitano. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, o impacto do sismo ecoou por toda Europa, onde diferentes letrados trataram de abordar o tema a partir de diferentes pontos de vista<sup>85</sup>. Isto resultou em interpretações que iam desde narrativas místicas e religiosas, nas quais podemos enquadrar os já mencionados sebastianistas, as interpretações que a catástrofe foi um castigo divino pelos pecados dos portugueses, como por exemplo defendia o padre Malagrida em Portugal<sup>86</sup>. Devemos ainda destacar o posicionamento dos janseanistas, que acreditavam que o terremoto era um sinal de que Deus não concordava com a presença jesuíta no reino e desejava “esmagar a Inquisição”<sup>87</sup>. Da mesma forma, porém em contraponto aos janseanistas, os Jesuítas apontavam que o castigo divino teria sido lançado pois a Inquisição “havia se tornado frouxa demais”<sup>88</sup>.

Entretanto, para além dessa onda de publicações, que voltaremos a tratar no terceiro capítulo, o terremoto abalou as questões práticas do exercício literário, principalmente no acesso aos livros. Como aponta DeNipoti ao analisar os relatos de viajantes sobre as práticas literárias em Portugal, no contexto do pós-terremoto o acesso a obras escritas foi dificultado, uma vez que tanto o sismo como os incêndios destruíram inúmeras bibliotecas e coleções, tanto as públicas como as privadas. Além disso, houve um aumento no preço dos livros<sup>89</sup>. Apesar dos viajantes não mencionarem este fato, não seria totalmente incorreto inferir que a destruição também tenha atingido as tipografias lisboetas. Assim como uma falta de matéria prima para os impressores, dificultando a produção de novas obras impressas.

Partindo dos pontos levantados até aqui, em relação ao processo de produção das obras no Antigo Regime, bem como o contexto social que os diferentes indivíduos envolvidos na produção do livro estão inseridos, fica claro que o livro é uma construção coletiva, que

---

<sup>85</sup> SCHWARCZ, L. M. Op cit, P. 28.

<sup>86</sup> NEIMAN, S. Op cit, P. 244.

<sup>87</sup> Ibid., P. 239.

<sup>88</sup> Ibid., P. 239.

<sup>89</sup> DENIPOTI, C. Viajantes e livros; leitura, posse e comércio de livros em Portugal no século XVIII. *Locus: Revista de história, Juiz de Fora*, V. 25, N°1, P. 37-61, 2019, P.47.

incorpora diversos elementos e não se resume somente a uma descrição das ideias do autor. Entretanto, um fato é reconhecer a existência das influências dos indivíduos e do contexto, porém apontar e identificar como estas se manifestam no texto final é outra questão. Para tal feito, partiremos agora para uma análise dos paratextos presentes na obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”.

#### **1.4 Paratextos: intenções e preocupações**

Iniciamos este item com uma definição do que compreendemos como paratextos de um livro. Segundo Gérard Genette, paratextos são os elementos que estão presentes ao redor e junto de um texto na composição do livro<sup>90</sup>, como os títulos, nome do autor, prefácios, dedicatórias, agradecimentos, entre outros. Estes textos, são uma espécie de zona limiar entre o livro e o mundo ao redor dele. Sendo assim, o estudo destas partes de uma obra, que precedem e circundam o conteúdo principal, nos fornece informações interessantes sobre sua produção e contexto, como relações que o autor possui com outros indivíduos, as intenções e interpretações autorais e editoriais presente na obra. Do mesmo modo percebem-se os usos e leituras que o livro deveria ter na visão de seus criadores<sup>91</sup>. Vale lembrar que os paratextos vão além dos elementos escritos. Como destaca Genette, a pessoa do autor (gênero, classe, etnia, idade), características tipográficas (a dimensão física do livro, os caracteres, ilustrações, margens), as instituições e indivíduos envolvidos, entre outros, podem ser considerados paratextos, uma vez que influenciam nas formas de produzir e ler a obra<sup>92</sup>.

Os paratextos podem ser encontrados na maioria dos escritos, Genette propõe que não existam textos sem paratextos. Porém isso não significa que eles apareçam sempre na mesma forma ou ordem, como destaca o autor, a presença destes elementos em torno de um texto:

Não possui uma regularidade constante e sistemática: existem livros sem prefácio, autores refratários às entrevistas e sabemos de épocas em que não eram obrigatórias a inscrição do nome de autor, ou mesmo de título. Os caminhos e meios do paratexto não cessam de modificar-se conforme as épocas, as culturas, os gêneros, os autores, as obras, as edições de uma mesma obra, com diferenças de pressão às vezes consideráveis<sup>93</sup>.

Assim, os paratextos, como praticamente todas as questões relacionadas materialidade dos textos, são definidas pelo contexto em que a obra é produzida. Deve-se buscar compreender o significado de determinado paratexto dentro da sociedade na qual ele foi produzido, quais

---

<sup>90</sup> GENETTE, G. Paratextos Editoriais. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2009, P.9.

<sup>91</sup> Ibid., P. 16-18.

<sup>92</sup> Ibid., P.15.

<sup>93</sup> Ibid., P.11.

relações sociais, culturais e de poder baseiam estas escolhas e produções, bem como, tentar perceber como o leitor é influenciado (ou não) por estes paratextos. Além disso, apesar dos paratextos serem escritos pelo autor ou por terceiros, como no caso dos pareceres dos censores (geralmente incluídos em muitas das obras publicadas no período moderno), cabia ao editor escolher a ordem e forma que tais escritos seriam incorporados ao impresso, exercendo por sua vez, controle sobre os paratextos neste contexto<sup>94</sup>. Partindo destes princípios apresentados, analisaremos agora os paratextos presentes na obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, iniciando com uma breve análise dos paratextos não escritos. Visto que as questões relativas aos indivíduos envolvidos no processo de produção do livro já foram exploradas nos itens anteriores, nossa atenção aqui será voltada aos aspectos físicos e tipográficos do livro.

O livro “*As Raridades da Natureza e da Arte*” é um impresso In-Quarto. Na produção tipográfica isso significava que cada caderno era formado de duas folhas impressas<sup>95</sup>, onde cada página representava um quarto de um Fólio. O resultado era um impresso com dimensões de aproximadamente 20cmX15cm, ou seja, se tratava de livro pequeno, quando comparado aos livros In-Fólio. Essa dimensão mais compacta indicava que esta obra poderia facilmente ser transportada bem como lida sob diversas circunstâncias, diferente dos grande In-Fólios, geralmente tidos como livros de bancada, dado que sua maior dimensão tornava muito difícil sua leitura sem uma mesa ou outra superfície de apoio.

Além da forma de leitura, a dimensão do livro tem relação com seu uso, a leitura desta obra de Padilha tinha como principal intuito, conforme sugerem os paratextos, entreter e informar o público sobre as maravilhas e curiosidades, focando em descrever estes relatos. Por isso sua leitura deveria ser mais acessível, para que o leitor pudesse fazê-la em diferentes espaços e condições, como a leitura pessoal em casa, leitura pública para um grupo de indivíduos, uma leitura em um navio ou carruagem durante uma viagem e assim por diante. Diferente disso, por exemplo, dos livros sobre filosofia, teologia ou ciências práticas, que eram impressos na mesma época em dimensões maiores, visto que seu uso principal seria o estudo, geralmente feito em uma biblioteca, universidade ou outro ambiente específico e restrito que permitia a leitura destas obras In-Fólio. Para concluir esta análise, o tamanho do impresso também estava ligado ao preço de venda do livro, visto que a menor quantidade de materiais empregadas na impressão influenciava o custo de produção. Em certa medida, isso também demonstra a qual público o livro se destinava, uma vez que livros maiores, impressos In-Fólio

---

<sup>94</sup> CHARTIER, R. Op cit, 2014, P. 240.

<sup>95</sup> Ibid., P. 40.

por exemplo, tinham um custo maior de produção, sua circulação era mais restrita, enquanto obras menores eram mais acessíveis.

Para além das dimensões, outros pontos a ser levados em conta são os materiais e os tipos empregados na impressão. A única informação sobre as matérias primas utilizadas são os grampos da lombada, que são feitos em ouro, o que provavelmente aumentava o custo de produção e preço de venda do livro. Em relação as questões tipográficas, como os caracteres utilizados, o livro apresenta uma grande semelhança com outras obras portuguesas da mesma época, possuindo o mesmo tipo de caracteres e impresso das mesmas formas. Vale lembrar que, de acordo com Cláudio DeNipoti, viajantes consideravam este estilo e forma de se imprimir livros em Portugal na época como “atrasado” e “grosseiro” em comparação com o processo em outras nações europeias<sup>96</sup>.

A folha de rosto do livro também apresenta muitos dos paratextos não escritos. Além do título e subtítulo, é destacado o nome de D. José I, a quem o autor dedicou a escrita e publicação da obra. Seguido disso é apresentado o nome de Pedro Norberto Aucourt e Padilha acompanhado de seu cargo e títulos, que como já apresentado, são elementos que influenciam no valor e crédito da obra, bem como a maneira que esta é recebida. Por fim, é destacado a cidade, oficina e ano que a obra foi produzida.

O último ponto a ser destacado sobre os paratextos não escritos são as decorações presentes no início do prólogo e na introdução de cada parte da obra. As letras que iniciam o texto em cada uma destas seções estão destacadas do texto, bem como são emolduradas em com uma arte própria, como podemos ver nos exemplos a seguir:



Figura 1 – Exemplos de letras decoradas encontradas no livro “As Raridades da Natureza e da Arte”

Da mesma forma, os cabeçalhos da primeira página de cada um dos tópicos do livro são ornamentados sempre com uma das seguintes gravuras:

---

<sup>96</sup> DENIPOTI, C. Op cit, 2019, P.53.



Figura 2 – Gravuras presentes nos cabeçalhos das páginas de início de cada uma das partes da obra.

Tais iconografias não parecem possuir um uso ou significado específico relacionado ao texto, uma vez que o mesmo cabeçalho aparece em tópicos com temáticas distintas. Este é o caso, por exemplo, da segunda gravura (localizada no canto superior direito da figura 2), que é incluída no cabeçalho do prólogo, no início da parte 3 (referente as raridades da natureza presentes na água) e no início da parte 9 (referente a magia natural). Sendo assim, tais gravuras parecem estar presentes somente com o intuito de ornamentar as páginas e marcar o início de cada uma das seções. Provavelmente a presença destas figuras advêm do próprio costume da época e estilo do impressor, uma vez que em outras obras contemporâneas, produzidas por Francisco Luiz Ameno em 1759 e 1760 é possível identificar estilo semelhante, como nos exemplos a seguir:



Figura 3 – Gravuras de cabeçalhos e letras decoradas de outras obras<sup>97</sup> impressas por Francisco Luiz Ameno

<sup>97</sup> As obras em questão de que tiramos os exemplos são: “História crítico-cronológica da instituição da festa, procissão e ofício do corpo santíssimo de Cristo (1759)”, “Culto métrico, tributo obsequioso que as aras da sacratíssima pureza de Maria Santíssima senhora nossa e mãe de Deus (1760)” e “Sermão na solene festa de ação de graças, que pela conservação da vida, e restauração da saúde de sua majestade fidelíssima Elrey nosso senhor D. José I (1760)”.

Apesar das semelhanças estilísticas entre as ilustrações presentes na obra Padilha com outras do mesmo impressor, vale ressaltar que os exemplos tirados de outros livros possuem uma qualidade maior, no sentido que as imagens possuem traços mais nítidos. Provavelmente, isto ocorre pelo fato de que estas outras obras possuem uma dimensão maior, foram impressos in fólhos ou em tamanhos maiores que a “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, permitindo um detalhamento maior das gravuras<sup>98</sup>.

Passamos agora para análise dos paratextos escritos, começando pelo título, um dos principais elementos de uma obra. Para Genette, a titulação de uma obra é formada pela combinação de título e subtítulo<sup>99</sup>, que apresentam elementos que se complementam durante a anúncio oral, resultando no título. Em termos práticos, segundo o autor, o título é uma forma de comunicação entre o autor da obra e o público. Porém “público” não em um sentido restrito aos leitores, mas a todos aqueles que tem um contato com o texto durante o ciclo do livro<sup>100</sup>. Por sua vez, a mensagem presente nesta comunicação, ou seja, a função do título, é resumida pelo autor em três pontos principais: designação (nominar a obra), identificação do conteúdo e sedução do público<sup>101</sup>. Em outras palavras, o título é a apresentação do livro ao mundo, é o cartão de visitas que mostra ao leitor sobre do que se trata a obra, bem como é o elemento que o convida a leitura.

Sendo assim, escrever um título para a obra é um processo que envolve escolhas do autor com a finalidade de não só apresentar de forma breve o conteúdo do texto, mas também é fator importante na persuasão do leitor, o que impacta não só no número de leitores e interessados, mas também na quantidade de venda e circulação, na popularização de tal obra, bem como na fomentação de debates e críticas sobre os pontos apresentados pelo autor. Com isso em mente, levantaremos algumas questões referentes ao título escolhido para a obra de Padilha de 1759, “*As Raridades da Natureza e da Arte, Divididas pelos quatro Elementos*”. No geral, o título parece resumir bem o conteúdo da obra, assim como a maneira que ele foi organizado dentro do livro, entretanto é necessário aprofundar ainda mais a análise dos termos empregados.

O primeiro ponto a ser pensado é a utilização do termo “raridades”. No geral, a literatura maravilhosa e obras impressas sobre o tema eram comuns na Europa durante o período moderno, tanto em forma de breves folhetos, quanto obras extensas sobre o tema. Se

---

<sup>98</sup> Além disso, obras com dimensões maiores possibilitam fotografias com maior resolução, fazendo que o próprio processo de digitalização das obras tenha interferido em partes na nitidez das gravuras.

<sup>99</sup> GENETTE, G. Op cit, P. 57

<sup>100</sup> Ibid., P.70-72.

<sup>101</sup> Ibid.. P.73.

analisarmos estes escritos, na maioria dos casos, o título sempre envolve termos impactantes tais como: “prodígio” e “prodigioso”, “monstro” e “monstruoso”, “maravilha” e “maravilhoso”, sem falar, principalmente no caso dos relatos impressos em panfletos, onde era comum a utilização de termos que evocavam sentimentos no leitor, como por exemplo “horroroso” e “terrível”. Entretanto, o termo “raridades” empregado pelo autor, em certa medida parece destoar desta tônica presente em grande parte da literatura maravilhosa, e provavelmente foi uma escolha específica do autor ou editor, visto que no conteúdo da obra adjetivos como “maravilhoso” e “monstruoso” aparecem com frequência, sendo assim, é necessário refletir sobre os possíveis motivos pelo qual o autor optou pelo termo.

Exemplares de dicionários do século XVIII, escrito por Rafael Bluteau em 1728<sup>102</sup>, mais tarde, em 1789<sup>103</sup>, revisado e republicado por Antônio de Moraes Silva, mostram que os termos “raridade” e “raro” possuíam duas principais conotações. A primeira é mais ligada as ciências práticas e a física, refere-se ao sentido de uma substância de pouca densidade ou com muitos poros, como no caso do termo “ar rarefeito”. Porém, o segundo significado atribuído aos termos é provavelmente o que mais se aproxima do tema da obra, onde “raridade” é compreendido como algo incomum, diferente, que dificilmente é observado ou encontrado, semelhante a concepção atual da palavra.

Apesar dos termos “raridades” e “maravilhas” possuírem, em certa medida, uma conotação semelhante de serem fenômenos e acontecimentos incomuns que chamam a atenção de seu observador, é evidente que o impacto causado no leitor por cada um deles é diferente. Ao utilizar a palavra “raridades” Padilha parece tentar evocar um tom sóbrio no título, diferente de “maravilhas” ou “monstros”, assim como qualquer outro predicado semelhante, provocam no leitor reações emotivas, bem como uma ligação maior ao imaginário sobre tais fenômenos. Não é possível comprovar se o emprego do termo “raridades” tinha como intuito justamente trazer este sentido ao texto, entretanto se pensarmos em certas questões relacionadas ao contexto, é possível levantar algumas hipóteses.

Levando em conta que provavelmente a escolha do termo tenha sido deliberada, o primeiro motivo poderia ter sido tentar desvincular a obra de outros escritos sobre o mesmo tema. A principal forma de circulação de relatos de maravilhas e monstros era através de folhetos e outros pequenos escritos, geralmente produzidos de maneira mais simples, e pela

---

<sup>102</sup> BLUTEAU, R. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico(...): autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

<sup>103</sup> Id. SILVA, A. de M. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789.

cultura oral, através de rumores. Apesar de que o conteúdo do livro escrito por Padilha relatar e apresentar as “raridades” de forma semelhante aos folhetins, até mesmo citando alguns como referências, o autor talvez tivesse a intenção de apresentar seu livro como sendo diferente destes pequenos e simples impressos destinados a um grande público.

Uma questão semelhante pode ser pensada quando comparamos o título de Padilha com outras obras de compilação de fenômenos incomuns, ao exemplo de *Historiae Monstrorum* de Ulisses Aldrovanti e *Monstruos y Prodigios* de Ambroise Paré, os quais são estudos científicos do século XVI que buscavam compreender as causas destes acontecimentos. Da mesma forma, obras como estas também foram utilizadas como referências na escrita de “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, porém como Padilha estava escrevendo seu livro quase dois séculos mais tarde, durante a o “Século das Luzes”, possivelmente tentar distanciar a imagem de seu livro destes escritos era uma forma de dar um ar “mais moderno” para sua obra.

Outra hipótese, que de certa forma complementa as apresentadas, tem relação com o contexto em que Padilha estava inserido. Como discorrido anteriormente, no século XVIII, Portugal passava por processos que buscavam a modernização do reino, principalmente através da produção literária, cultural e acadêmica. Na primeira metade do século, o período das “Luzes Joaninas” incentivou e investiu na compra e produção de obras de arte, coleções de livros sobre ciência e filosofia, mapas, entre outros. O intuito de D. João V era afastar a imagem de “atraso” do reino português, também referido como “Reino da Estupidez”. O setecentos também seria marcado pelo desenvolvimento das correntes de pensamento Iluministas, que logo chegariam a Portugal, formando grupos de indivíduos chamados “estrangeirados” e “ilustrados”. No período específico de produção da obra, a segunda metade da década de 1750, o impacto do Terremoto de Lisboa de 1755 intensificou as discussões de diferentes grupos sobre a pluralidade de formas de pensamento presentes dentro do reino. Foi também nesse momento que se iniciaram as reformas pombalinas para modernizar o Estado e a instituições portuguesas.

Este processo de mudança não foi simples e homogêneo em todo o reino, mas, complexo e permeado por nuances. Porém o ponto aqui apresentado é que cada vez mais a ciência moderna e os preceitos iluministas conquistavam espaço dentro de Portugal. Sendo assim, possivelmente a utilização do termo “raridades” ao invés de “maravilhas”, “monstros” ou “prodígios” pode ter sido uma estratégia de aproximar o livro de uma imagem relacionada com a ciência moderna, mais objetiva. Deixando de lado o misticismo e superstição, que eram traços característicos dos portugueses na época. Um fato que possivelmente corrobora com essa

questão é o folheto publicado por Padilha sob pseudônimo em 1756, onde, conforme vimos, o autor se dedica a refutar uma suposta premonição do terremoto de 1755.

É interessante pensar que o emprego do termo “raridades” realmente tenha sido deliberado e que isso tenha ocorrido de acordo com alguma das hipóteses propostas. A principal preocupação do autor era justamente a forma que o livro seria apresentado aos indivíduos (como já descrito anteriormente a partir das ideias de Genette), visto que, como descrito anteriormente, tal preocupação só se limita ao título, não sendo percebida em outros pontos do texto. Passamos agora a análise de outro elemento do título “da Natureza e da Arte”.

Diferentemente do uso do termo “raridades”, classificar objetos, seres e fenômenos incomuns como sendo naturais e artificiais é algo comum na literatura maravilhosa. No geral, a concepção destes fenômenos deriva da ideia de que o universo é regido por uma *ordem*<sup>104</sup>, que define uma maneira “normal” de desenvolvimento e comportamento dos elementos e seres. Entretanto, uma vez ou outra ocorrem rupturas nessa *ordem*, que criam fenômenos considerados “anormais” que são contrários as leis da natureza<sup>105</sup>, que na literatura maravilhosa são descritos como “maravilhas”, “monstros” e “prodígios”.

Neste momento, não há a necessidade de se investigar com detalhes as causas e explicações propostas para estes acontecimentos incomuns, pois este tema será discutido no segundo capítulo. Entretanto, é necessário apontar que em grande parte das causas apontadas pelos estudiosos do maravilhoso, esta ruptura na ordem é feita de duas maneiras<sup>106</sup>. Primeiramente através de fatores naturais, ou seja, da própria natureza recombina características e elementos, criando assim novos seres, plantas e fenômenos. A segunda forma é pelos humanos, que através do conhecimento do que Padilha chama de “simpatias” e “antipatias” naturais, das ciências práticas, da matemática e da magia alteram e recombina as substâncias, assim como criam objetos e construções únicos e complexos.

Levando em conta estes pontos, a utilização das categorias “da Natureza e da Arte”, indicam ao leitor um dos critérios pelos quais Padilha classificou os relatos, assim como, a ligação do autor com uma perspectiva de pensar o maravilhoso que existe desde a antiguidade. Apesar de certas mudanças nas formas de interpretar e investigar estes fenômenos, com o passar do tempo, se mantiveram como preceitos relevantes a aceitos. Em outras palavras, empregar tal

---

<sup>104</sup> ARISTÓTELES. Física I e II. Trad. Lucas Angioni. Campinas: Editora UNICAMP, 2010, P. 44-45.

<sup>105</sup> SEVILLA, San Isidoro de. Etimologías: Edición Bilingüe. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, P. 879,

<sup>106</sup> Ibid., P. 887.

categorização no título e na organização da obra alinha o livro de Padilha com outras obras do gênero da literatura maravilhosa.

Para finalizar a discussão sobre o título, faremos algumas breves considerações sobre o subtítulo da obra “Divididas pelos quatro Elementos”. Assim como o trecho que o precede, “da Natureza e da Arte”, o subtítulo também apresenta um pouco sobre como os relatos estão organizados dentro do texto, entretanto, nesse caso, evidenciar tais critérios de classificação, pode ser interpretado como uma forma intencional de atrair certos leitores.

O pensamento de que o universo e seus componentes eram constituídos a partir dos quatro elementos (terra, água, fogo e ar) deriva, assim como a ideia de *ordem*, do paradigma Aristotélico. Isso indica dois fatores principais. O primeiro é que possivelmente esta forma de organizar a obra tenha sido escolhida por Padilha por conta de leituras feitas pelo autor, visto que a Aristotélica foi um dos principais referenciais para obras científicas no início do período moderno, permanecendo relevante até mesmo no século XVIII. O segundo fator é que tal forma de pensar a organização do mundo tinha um significativo número de adeptos e defensores no reino português, uma vez que era o principal paradigma ensinado nas universidades lusitanas. Tal fato está evidenciado por Padilha na dedicatória do livro, onde o autor aponta “Nestes quatro princípios imaginou a Escola Aristotélica, que se tinha fundado a constituição do mundo; e os Vassallos de V. Majestade entendem como mais verdadeira Filosofia”<sup>107</sup>.

Portanto, esta forma de organizar a obra resultaria em uma estrutura do livro familiar a muitos portugueses letrados na época da publicação. Além do fato que evidenciar tal escolha no título do livro deixava claro aos possíveis leitores certas matrizes epistemológicas do autor. Uma vez que este posicionamento possuía um número significativo de adeptos, tal informação poderia ser um convite a leitura da obra.

O segundo paratexto que analisaremos é a dedicatória feita por Padilha no livro. Genette define, em linhas gerais, que a dedicatória é uma homenagem autor do autor direcionada para algum indivíduo, grupo ou entidade<sup>108</sup>. Entretanto esta honraria não é totalmente desinteressada, principalmente nos períodos medieval e moderno. Segundo o autor, nestes contextos tal tributo e os elogios que o acompanhavam eram comprados pelos dedicatários, gerando um retorno monetário que variava de quantidade de acordo com o tipo e tamanho da adulação, estabelecendo assim uma relação de mecenato entre os autores com os homenageados<sup>109</sup>. Além da remuneração, esta relação aproximava o dedicador (no caso o autor

---

<sup>107</sup> PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P.IX.

<sup>108</sup> GENETTE, G. Op cit, P. 109.

<sup>109</sup> Ibid., P. 110-111.

ou editor) ao seu mecenas, aumentando assim o valor moral, intelectual e/ou estético da obra<sup>110</sup>, principalmente se homenageado se tratasse de um nome importante na sociedade, como um monarca, um membro do alto clero, um importante intelectual ou artista e assim por diante. Segundo Isabel Ferreira da Mota, em Portugal no século XVIII a escrita de uma dedicatória em uma obra demonstrava uma relação bilateral entre dedicador e dedicatário, onde o principal objetivo era trazer prestígio e reconhecimento a ambas as partes:

O escritor ao oferecer sua obra a um Grande, atesta ao mesmo tempo a grandeza e o bom gosto deste; passa-lhe um certificado implícito e explícito de espírito superior. Em retorno, o grande personagem que premeia um escritor (seja da forma que for) outorga-lhe um reconhecimento público do seu talento. É uma troca de afirmações do prestígio de cada um.<sup>111</sup>

Este artifício foi empregado por Padilha em seus livros, onde as dedicatórias sempre se dirigiam a membros da nobreza. Interessante é que ao escrever as dedicatórias o autor buscava aproximar o homenageado do tema da obra, como é possível observar na obra de 1746, “*Memórias Históricas, Geográficas e Políticas, observadas de Paris a Lisboa*”, dedicada a Infante D. Antônio. Nesse livro, Padilha aponta que este era o mecenas perfeito para dedicar a obra sobre suas observações em sua viagem à França, uma vez que o monarca reproduzia muitos costumes, práticas, hospitalidade e até mesmo o idioma dos franceses com muito talento<sup>112</sup>. O mesmo ocorre na obra de 1748, “*Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa*”, onde a justificativa para a escolha do Rei Dom João V como dedicatário era o fato de que o monarca era afilhado da biografada<sup>113</sup>. No livro de 1759, esta aproximação é feita através da maneira de organizar o elogio ao Rei D. José I, onde para exaltar o poder do monarca, Padilha utiliza como base os quatro elementos da aristotélica:

Que rei mais aplaudido, que V. Majestade pela sua generosidade, e pela sua clemência? Estes aplausos não ocupam um Elemento tão inconstante como o Ar, mas sim os sinceros, e imutáveis afetos dos Portugueses. A Terra não atende aos exércitos para se ver submetida ao governo de V. Majestade; basta o seu respeito, para que alegre lhe tribute nas quatro partes do mundo todas as preciosidades, que encerra em suas entranhas. A Água, que cerca a Monarquia de V. Majestade em um, e outro hemisfério, não necessita de quilhas para reconhecer o antigo domínio, que V. Majestade tem sobre as ondas. O Fogo, que purifica as suas chamas no generoso espírito de V. Majestade, não procura outro centro para ilustrar suas luzes<sup>114</sup>.

Como demonstrado pelo próprio Padilha, a homenagem é tem como base a fala do Conde de Cervelhon à Carlos II, que este “ocuparia o Ar com seus aplausos, a Terra com seus

---

<sup>110</sup> Ibid., P. 124.

<sup>111</sup> MOTA, I. F. da. A academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003, P.242.

<sup>112</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1746, P.13.

<sup>113</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1748, P.8-9.

<sup>114</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P.VIII-IX.

exércitos, a Água com seus navios, e que deixaria o Fogo para os corações dos Vassalos”<sup>115</sup>, fato que segundo nosso autor, teria sido uma hipérbole no reino de Castela, porém era uma realidade em Portugal. O texto da dedicatória ainda era acompanhado por uma gravura que representava o Rei D. José I acompanhado por anjos e circundado de objetos como uma paleta de pintura, um compasso, livros, ramos de plantas entre outros. Esta representação visual, ao colocar o monarca junto a estes elementos também parecia ter como intuito aproximar a imagem do rei às raridades da natureza e da arte apresentadas no conteúdo da obra.



Figura 4 – Gravura representando um busto de D. José I que acompanha a dedicatória escrita por Padilha

Não se pode afirmar com certeza que a dedicatória e os elogios presentes na obra foram encomendados e pagos por D. José I. Ainda que esta prática fosse comum e que haja uma possibilidade de este ter sido o caso, não há fontes ou evidências que comprovem tal transação. Entretanto, existem outras intenções por trás deste elogio ao rei que são mais evidentes. A primeira delas é a mencionada tentativa de trazer mais crédito e valor para a obra ao colocá-la sob os auspícios de uma pessoa importante. Como veremos com mais detalha na análise do prólogo do livro, uma preocupação presente em grande parte dos paratextos escritos por Padilha é justamente as críticas que suas obras poderiam sofrer por outros indivíduos, sendo assim, a aproximação do monarca era um artifício para tentar proteger as obras de um julgamento negativo e de uma censura por parte de outros letrados. Embora não mencionado na obra em questão, tal ponto é explicitamente apresentado pelo autor na dedicatória de sua primeira obra:

---

<sup>115</sup> Ibid., P. VIII.

Mas como sei, Sereníssimo Senhor, que né política molestar aos Príncipes com dilatados discursos, posto aos reais pés de V. A. lhe peço a incomparável mercê de querer aceitar minha oferta, para que o real esplendor do seu nome me defenda, e ampare da mordacidade dos críticos, que censuram, e não escrevem para não serem censurados<sup>116</sup>.

Para além disso, como aponta Chartier, os materiais preliminares dos livros nesta época, como as dedicatórias e os pareceres de censores, além de representar as interações entre a obra e os indivíduos, demonstram as relações de poder envolvidas no processo<sup>117</sup>. No presente caso, oferecer a obra ao rei era uma forma de reconhecer o privilégio de escrita e impressão que o monarca havia concedido ao autor Pedro Norberto Aucourt e Padilha, bem como a seu impressor, Francisco Luiz Ameno. Como apontado, sem tal autorização, essa prática seria impossibilitada. Além disso, a homenagem poderia também ser uma forma de Padilha bajular o rei por conta própria, ou seja, como forma de demonstrar lealdade ao monarca, agradecimento pelas benesses concedidas a ele pela Coroa (como o título de fidalgo e o cargo no desembargo do paço), bem como que o autor cumpria e reconhecia seu papel como vassalo do rei.

O último paratexto escrito por Padilha que analisaremos é o prólogo, onde o autor apresentou algumas de suas intenções com a obra, bem como certos elementos do contexto de escrita. Os prólogos em específico não foram abordados por Gérard Genette em seus estudos, entretanto, certos elementos que o autor propôs a partir da análise dos prefácios, um tipo de paratexto semelhante, podem ser incorporados durante a problematização destes paratextos, como por exemplo as funções.

Se o título de uma obra tem como intuito apresentá-la ao possível leitor e despertar o interesse deste, o prefácio, ou nesse caso o prólogo, para Genette tem dois intuítos principais. O primeiro é garantir que o indivíduo irá ler a obra, e o segundo é conseguir que essa leitura seja boa<sup>118</sup>, ou seja, garantir que a mensagem escrita fosse interpretada pelo leitor da maneira mais correlata ao que desejava o autor. Além disso, tais paratextos têm como intuito valorizar a obra<sup>119</sup>, demonstrando a utilidade, pertinência, veracidade, importância daquele escrito, a apresentação destes motivos buscava persuadir o leitor a continuar a leitura do livro.

No prólogo de “As Raridades da Natureza e da Arte”, a primeira questão abordada é a relação de Padilha com a prática literária, demonstrando seu gosto pelas letras. Em seguida é apresentada a questão do Terremoto de Lisboa de 1755, de como a destruição trazida pelo sismo impactou o autor, bem como o acesso aos livros e o conhecimento.

---

<sup>116</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1746, P.16.

<sup>117</sup> CHARTIER, R. Op cit, 2014, P.240.

<sup>118</sup> GENETTE, G. Op cit, P.176.

<sup>119</sup> Ibid., P.177.

Se Cícero chamou morte do homem à ociosidade, também com máxima Católica se pode chamar remédio da vida o emprego literário; porque a recreação dos livros é uma política Cristã para a conformidade dos males, e tolerá-los com semblante alegre, é heroica indústria para ser feliz, sem depender da fortuna. O Terremoto, que me arruinou os bens, não só sepultou muitas vidas, mas também as oficinas de sabedoria: dificultou com a perda das bibliotecas os meios para a lição, e não moderou nos ânimos o ódio para a mordacidade; no que fica novamente ser filha da ignorância<sup>120</sup>.

Este destaque da visão de Padilha sobre os benefícios do exercício literário, bem como do trauma do terremoto, nos leva a interpretar que a escrita do livro foi um refúgio para o autor após a grande destruição material que este vivenciou. Além disso, neste excerto o autor também apresenta, menos explicitamente, outra de suas motivações para a escrita que seria justamente recuperar, mesmo que em partes, o conhecimento perdido durante o terremoto, visto que muitos exemplares de livros e impressos foram destruídos durante a catástrofe. Pensando nestes pontos, é possível especular que estas informações possivelmente tenham sido apresentadas com o intuito de demonstrar a pertinência desta publicação neste contexto, bem como a utilidade da obtenção e leitura do livro. Na última parte do trecho apresentado o autor menciona e reclama de uma suposta “mordacidade” existente, ao que tudo indica, não se refere a censura oficial, institucionalizada, mas sim, aos críticos que opinam sobre as obras produzidas<sup>121</sup>.

Esta preocupação de Padilha com as críticas que sua obra poderia receber é um elemento que aparece em vários prólogos escritos por ele. Em sua primeira publicação, na dedicatória, ele buscou se aproximar da figura do rei almejando proteção contra as possíveis críticas. Porém é no prólogo que tal tema ganha maior destaque, onde o autor demonstra um certo desprezo pelos críticos, bem como justifica que não há uma justificativa para que sua obra fosse alvo de tais detratores:

Empenhar-se a crítica contra talentos superiores pode ser credito do engenho, porém emprega-la em um assunto tão inferior como esta obra, só poderá ser prova da malevolência; olha que a tua censura será só a que me posse acreditar de douto, por que Diógenes disse, que o trabalho dos sábios, sempre fora censurado pelos necios: lembra-te, que Cassiodoro afirma que os prudentes não negam os louvores a quem se aplica: considera, que Sêneca chamou da ociosidade morte, e sepultura do homem, e logo desculparás a eleição da matéria em que quis entreter-me? Sempre quero, porém, escusar-me a algumas acusações que sem dúvida tenho por certo que me hão de fazer<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P.XI-XII.

<sup>121</sup> Tal afirmação baseia-se no fato de que apesar de Padilha fazer reiterados ataques repudiando os críticos que supostamente censuravam ou censurariam suas obras, os juizes dos tribunais censórios sempre deram pareceres favoráveis aos seus livros, inclusive tecendo elogios escrita do autor, conforme descreveremos à frente. Sendo assim, ao que tudo indica as possíveis opiniões negativas sobre as publicações não vinham dos pareceristas oficiais, mas sim de leitores individuais.

<sup>122</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1746, P.20.

Durante o prólogo o tema da crítica ainda segue, com o autor justificando certas questões estilísticas e temáticas da obra que poderiam ser questionadas, possivelmente com uma tentativa que tais juízos não fossem feitos sobre sua obra. Como podemos perceber, Padilha, ao tentar defender suas obras, aproxima a questão da crítica à moral, com a ideia de que qualquer um que se dedicasse a elaborar um julgamento negativo sobre o livro, estava fazendo por pura maldade e malevolência, uma vez que o exercício literário para o Fidalgo era visto como uma recreação, diferente de um filósofo, cientista ou acadêmico, que tem tal prática como trabalho, tendo mais tempo e recursos dedicados a produção do livro.

Esta mesma dimensão moral da crítica está presente na segunda publicação do autor, *Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa* (1748). Nesta obra, não existe o item prólogo como nas outras, entretanto, existe um paratexto chamado “A quem ler”, que em certa medida parece ter a mesma finalidade, na qual Padilha apresenta suas fontes, bem como seu método de escrita e finaliza tratando da crítica:

“Se ainda houver alguém, que se não dê por satisfeito, saiba que me ode pôr sua crítica entre o número dos homens mais insignes, pois até agora não houve um que contentasse a todos os Leitores. Porém, conhecida minha sinceridade, se acaso não me louvarem, espero ao menos que não me censurem”<sup>123</sup>.

Não cabe em um estudo como o presente pensar em questões relativas à psique de Padilha. Porém, com a leitura destes prólogos fica claro o temor e uma certa insegurança do autor ao se inserir no mundo literário. Tal receio era em partes justificado. Havia uma pluralidade de maneiras de pensar em Portugal no século XVIII, logo, desagradar algum letrado que então viesse escrever uma crítica da obra era uma possibilidade real. Essa suposta “insegurança” de Padilha enquanto autor pode ser também percebida em suas duas primeiras obras, quando ele menciona que o publicar adveio do incentivo de pessoas próximas a ele que leram o manuscrito original, assim como na incorporação de cartas escritas por indivíduos de confiança, que apresentavam pareceres favoráveis ao seu texto.

Já na obra *“As Raridades da Natureza e da Arte”*, não são mencionados pareceres de terceiros no prólogo, nem foram incorporadas aos paratextos cartas com opiniões de leitores (com exceção dos pareceres dos censores). Isso não significa que a relação de Padilha com a crítica tenha mudado, pelo contrário, das nove páginas que compõe o prólogo, o autor dedica oito para repudiar tal prática, com tom e argumentos semelhantes aos presentes nas obras anteriores:

Os modernos, ao contrário dizem, que por falta da Crítica é que falta nos antigos o bom gosto da Eloquência, pois não tinham quem lhes advertisse os

---

<sup>123</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1748, P.15.

descuidos, nem quem lhes emendasse os erros. Se a censuras se encaminhassem ao amor e a verdade, (...) poderia chama-se virtude a esse vício; mas se comumente as mesmas Críticas são mais dignas que outras, que as obras, que condenam, mal pode ser política louvável do entendimento o que é vil malevolência da vontade<sup>124</sup>.

Interessante perceber que por um momento neste trecho o autor considera um ponto positivo da crítica literária, como sendo uma forma de apontar erros e aprimorar os textos. Porém logo volta à sua perspectiva negativa sobre o tema se referindo a crítica como uma “peste na República das Letras”<sup>125</sup> e que os críticos são como as moscas: “só servem para amofinar a gente, e de manchar toda a preciosidade em que se põem”<sup>126</sup>. A principal diferença é que na obra de 1759, Padilha incorpora à sua crítica diversas citações de filósofos e escritores, como o padre Antônio Vieira, D. José Barbosa, Francisco Pina e Mello, Feijó, São Jerônimo, entre outros, além de mitologias e histórias clássicas como a de Hércules e do rei do Egito Osmandis.

Dois pontos devem ser levantados sobre essa questão. O primeiro é que no intervalo da publicação da sua obra de 1748<sup>127</sup> até esta datada de 1759, Padilha expandiu suas leituras e referências para escrita, demonstrando que apesar de sua atuação como autor tenha sido pequena neste meio tempo, se limitando ao livro e o folheto publicados em 1756 e a obra de 1759, ele se dedicou muito ao exercício da leitura. O segundo ponto se refere a justificativa do motivo pelo qual tais indivíduos são mencionados durante o texto. A resposta é relativamente simples: o principal intuito provavelmente era adicionar valor e crédito ao posicionamento de repúdio à crítica que Padilha possuía através da incorporação de citações de autores respeitados e consagrados que estavam alinhados ao pensamento dele.

Voltando a análise deste breve reconhecimento do benefício de crítica, isto nos coloca a pensar se Padilha era realmente contrário a prática por si só, ou se sua insatisfação se dava ao fato da maneira que esta era feita? Para ele as opiniões dos críticos eram muito mais fruto da inveja, ignorância e maldade do que propriamente da intenção de colaborar com o engrandecimento da obra ou com a produção de conhecimento. Sendo assim, o problema da crítica na visão dele está relacionada com as intenções de quem as faz, e por consequência, o grupo social que cada uma representa.

Se este é o ponto, a próxima questão lógica a se perguntar é: quem são estes indivíduos e quais são suas posições dentro da sociedade portuguesa? Entretanto, tal interrogação se mostra

---

<sup>124</sup> PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P.XII.

<sup>125</sup> Ibid., P. XIII.

<sup>126</sup> Ibid., P. XV.

<sup>127</sup> Estamos utilizando a obra de 1748 como parâmetro de comparação pois a obra de 1756, “Efeitos Raros e Formidáveis dos quatro Elementos”, não se encontra digitalizada e disponível online, impossibilitando a consulta durante esta pesquisa.

difícil de responder uma vez que Padilha não menciona nominalmente em nenhum momento quem são os tais críticos. Além disso, as únicas opiniões de terceiros sobre suas obras que conseguimos acessar são as já destacadas cartas escritas por pessoas de confiança do autor (presentes somente nas duas primeiras publicações) e os pareceres dos censores. Ainda que estas opiniões nos proporcionem uma perspectiva limitada e enviesada da recepção do livro, são um ponto de partida para pensar este aspecto, em outras palavras, se estes pareceres não foram escritos pelos tais odiosos críticos, uma vez que o teor é em grande parte elogioso. Compreender quem são estes indivíduos que se mostraram favoráveis ao conteúdo da obra pode ser um ponto de início na busca daqueles que criticaram os métodos, fontes e estilos empregados no livro.

### **1.5 As Autorizações: pareceres e interpretações**

Antes de nos debruçarmos sobre o estudo do conteúdo, ou seja, do texto da obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, há um último tipo de paratexto que é necessário ser analisado: os pareceres dos censores. Tais escritos são frutos de uma leitura feita por um grupo muito específico, entretanto, a partir dela é possível pensar importantes questões acerca do uso e interpretação que o livro recebeu após a publicação.

Assim como o prólogo, tais paratextos possuem uma similaridade com os prefácios, entretanto, a escolha de tratar estes escritos em um item separado se dá pelos fatos de que, primeiramente, tais textos não foram escritos ou assinados por Padilha, ou seja, foram produzidos por outros indivíduos a partir da leitura da obra. Além disso, estes trechos possuem opiniões e visões sobre o livro que são parciais e enviesadas, uma vez que os autores produziram tais pareceres representando uma instituição específica. Isso não significa que possivelmente estas pessoas não estivessem apresentando seu real ponto de vista, porém, esta ligação formal do censor com a instituição impunha que os pareceres se pautassem em um determinado conjunto de regras e preceitos, limitando o posicionamento.

Como já apresentado anteriormente, no contexto da produção do livro Portugal possuía um aparato censório triplice, formado por duas instâncias clericais, o tribunal do Santo Ofício e o tribunal do Ordinário e uma civil ligada a coroa portuguesa, o tribunal do Desembargo do Paço. Cada instância defendia os interesses da instituição que representava, no sentido que os censores eclesiásticos combatiam e censuravam principalmente obras que incitassem a heresia

e comportamentos não católicos, e os magistrados civis tinham como prioridade o controle de obras com conteúdo contrário a organização política, civil e a monarquia portuguesa<sup>128</sup>.

Para além dos índices de obras proibidas, estes tribunais careciam de um conjunto de regras objetivas para julgar as publicações, o que tornava o processo de análise e aprovação de novos livros extremamente lento<sup>129</sup>. Com isso em mente, é possível pensar se esta falta de parâmetros claros não tornava muitos dos pareceres feitos pelos avaliadores subjetivos, na medida que a inexistência de uma norma bem definida abria espaço para uma interpretação pessoal de cada um, de forma que os preceitos de cada instituição guiavam estas autoridades, porém o parecer final era permeado por escolhas e pontos de vista pessoais daquele que o produzia.

Partindo para a análise destes pareceres em específico, é necessário descrever por que estes paratextos podem ser comparados aos prefácios e prólogos. Primeiramente, para além de serem incorporados no texto para tornar o livro apto a impressão e circulação, no caso da obra de Padilha, estes escritos trazem elementos que incentivam a leitura, bem como atestam a pertinência e qualidade do conteúdo da obra. Em segundo lugar, tais pareceres sugerem ao leitor os usos e leituras que este deveria fazer do livro, semelhante uma das funções que Genette atribui aos prefácios que é “*garantir ao texto uma boa leitura*”<sup>130</sup>, entretanto, a “*boa leitura*” aqui proposta, diferente da do prefácio, não é o que o autor da obra julga como a recomendada, mas sim o que os censores e a instituição que cada um deles representa reconhece como mais correta ou indicada.

Este último ponto, junto com o fato que o livro precisava obter e mostrar na impressão as licenças destes tribunais, demonstra uma relação de poder, onde tais instituições impunham não somente o controle de impressão, publicação, difusão e circulação das obras, mas também tentavam influenciar as leituras e usos destes livros através dos pareceres escritos. Partindo disso, analisaremos agora as visões dos censores sobre a obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”.

O tom dos pareceres dos censores perante o livro é predominantemente favorável, ao ponto de que todos eles escrevem elogios ao autor ou a obra. Por exemplo, Diogo Barbosa Machado, censor do tribunal do Ordinário, abade de Santo Adrião do Sever e acadêmico do número da Academia Real:

Para imortal crédito do sublime talento, e erudita instrução dos seus Patrícios nunca cessa a pena sempre elegante do Autor desse livro, na laboriosa

---

<sup>128</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 175.

<sup>129</sup> Ibid., P. 176.

<sup>130</sup> GENETTE, G. Op cit, P. 176

produção de diversas obras, sucedendo umas às outras com mais copiosa abundância(...). Tendo praticada com exata observância os preceitos de Historiador na vida da Sereníssima Senhora Princesa D. Isabel, agora penetrando profundamente como Filósofo as raridades, que se admiram nos quatro elementos, se constitui emulo das suas qualidades com o estilo sublime, claro, sólido, e brilhante, com que delas escreve<sup>131</sup>.

Diogo Barbosa Machado reconhece em seu parecer a trajetória de Padilha enquanto autor, ressaltando seu talento ao formular obras com diferentes temáticas e pontos de vista, ora pensando como historiador, ora como filósofo. Além disso, elogia o tom claro e brilhante que a presente obra descreve as maravilhas. Seguido disso, o censor faz uma última ponderação: Além de dar seu parecer favorável à impressão, o censor exalta a pessoa e o legado de Padilha:

Eternize-se nos Fastos da República literária seu Nome acredor (sic.) dos aplausos da Fama, e isento da menor censura, pois em toda esta obra se não descobre cláusula alguma contra a pureza da fé e integridade dos costumes<sup>132</sup>.

Os elogios de Diogo Barbosa Machado, vão além de engrandecer o método e conteúdo da obra. O parecer atribui uma grande importância para o papel de Padilha no mundo literário português. A erudição e a maneira de Padilha pensar e escrever foi também muito enaltecida por João Chevalier, participante da Congregação do Oratório e censor do Desembargo do Paço, que de todos os censores é o que faz a análise mais longa e detalhada da obra:

O livro das Raridades da Natureza, e Arte, que compôs e pretende imprimir Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, Fidalgo da Casa Real, e Escrivão da Câmara de Vossa Majestade na Mesa do Desembargo do Paço, contém uma exata e bem escrita coleção dos mais raros, e admiráveis efeitos, que na vasta extensão dos Elementos, que compõe o Globo que habitamos, tem produzido a Natureza; e juntamente das obras mais famosas, dignas de nossa admiração, fabricadas com louvável emulação da mesma Natureza pela Arte, sempre engenhosa dos homens. É o conhecimento destes admiráveis efeitos, e das causas que os produzem, não só agradável, e inocente recreação para os curiosos; mas instrução muito útil para se conseguir a perfeita ciência das mesmas Natureza pelos bem fundados discursos, sólidas reflexões, discreta, e modesta crítica, com que o doutíssimo Autor acompanha a descrição das Raridades, que se refere: motivos pelos quais me parece ser a obra muito digna de se publicar<sup>133</sup>.

Como podemos observar neste trecho do parecer, o censor João Chevalier além de elogiar Padilha e seu livro, nos apresenta uma importante questão sobre o livro: o uso e importância da obra. Mais do que atestar que esta não desrespeitava as ordens políticas e sociais, o censor do Desembargo do Paço argumenta que o livro teria grande utilidade e pertinência para os portugueses, sendo tanto uma importante forma de entretenimento, daqueles que ele chama

---

<sup>131</sup> MACHADO, D. B. In: PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P. XXIII-XXIV.

<sup>132</sup> Ibid., P. XXIV.

<sup>133</sup> CHEVALIER, J. In: PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P. XXV-XXVI.

de “curiosos”, mas, também, uma importante forma de ensino e transmissão de conhecimento sobre as ciências daquele contexto histórico

Dado o complexo contexto que estamos tratando, não vamos entrar neste momento na questão de qual ou quais os paradigmas estão presentes na obra de Padilha e seus posicionamentos dentro do cenário do pensamento português do século XVIII<sup>134</sup>. Entretanto, a afirmação de Chevalier indica que o ponto de vista e pensamento adotado por Padilha não são somente semelhantes ao do censor, mas também o que este último acredita ser o mais correto e fundamentado. Opinião semelhante foi defendida pelo Frei Francisco de São Luiz, da Ordem de São Paulo primeiro Eremita, e Qualificador do Santo Ofício, o qual aponta que o livro possui uma importante relevância como forma de recreação, bem como é pautado em reflexões pertinentes, que são descritas de forma eloquente pelo autor:

Neste livro, em que seu Autor Pedro Norberto de Aucourt e Padilha nos refere as Raridades da Natureza, acharão os Leitores proveitosa recreação, assim pelo puro estilo com que está escrito, como pelos argumentos com que prova a grandeza da Onipotência, que se mostra não só nas obras ordinárias conforme a comum exigência da Natureza, mas também nas extraordinárias, que pela sua raridade motivam nossa admiração<sup>135</sup>.

Se para João Chevalier (e em certa medida para o Desembargo do Paço), a principal utilidade da obra de Padilha além da recreação era informar e educar, para os membros do Tribunal do Santo Ofício, a obra era também uma forma de discorrer sobre o poder e onipotência divina, o que por consequência, aliava a obra aos dogmas e interesses da Igreja Católica. Este motivo é o principal argumento favorável a impressão, dados por Thomaz Caetano de Bem, Clérigo Regular da Divina Providência, outro Qualificador do Santo Ofício também responsável por analisar o livro de Padilha:

Conhecer os efeitos raros, e prodigiosos da Natureza, é estudo deleitável pela variedade, e útil pelo conceito mais claro, que nos comunica da grandeza, e Onipotência Divina: e como neste livro, em que se trata a sobredita matéria, não se encontre coisa alguma contra a Religião Católica, é digno da licença que se pede para se imprimir<sup>136</sup>.

Conforme mencionado, não nos cabe aqui discutir como os paradigmas de pensamento moldam a leitura, mas sim pensar como estes censores buscaram através destes escritos propor ou até mesmo tentar impor aos leitores uma leitura e interpretação alinhada com os interesses da instituição que cada um deles representava. Se levarmos em conta que o principal intuito da existência da censura era controlar a difusão de livros, não seria tão distante especular se a

---

<sup>134</sup> Estas duas questões serão abordadas nos capítulos 2 e 3 respectivamente.

<sup>135</sup> LUIZ, Fr. F. de. S. In: PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P. XXII.

<sup>136</sup> BEM, T. C. de In: PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P. XXI.

inclusão de tais pareceres como paratextos nas obras impressas não era uma tentativa de controlar o pensamento dos leitores.

Em um contexto conturbado como a segunda metade do século XVIII em Portugal, onde existia uma instabilidade social e política trazida pelo terremoto, assim como uma pluralidade de ideais e paradigmas de pensamento, não bastava somente controlar a circulação de livros, uma vez que como já mencionamos, até mesmo as “obras proibidas” existiam em significativa quantidade dentro do reino português. Sendo assim, tentar influenciar a leitura e até mesmo dissuadir os leitores de buscar outras fontes, era uma forma das instituições tentar controlar as informações que os portugueses tinham acesso. Frei Francisco de São Luiz em seu parecer, propõe justamente isso:

Não é pequena a [admiração] que nos resulta de vermos, que o Autor ocupado na expedição dos negócios do primeiro Tribunal da Corte, e na administração da sua nobre, e opulenta Casa, ainda ocupe o tempo nestes escritos, com que honra a Pátria; mas tanto pode com elo o zelo da instrução dos naturais, que já não podem desejar as notícias das maravilhas da Natureza, escritas pelas penas de estranhos; porque todas acharão com brevidade (sic.), e clareza neste livro<sup>137</sup>.

Notadamente no trecho apresentado, o qualificador do Santo Ofício coloca que todos os portugueses interessados nos temas de monstros e maravilhas não precisariam recorrer a obras escritas por “estranhos”, provavelmente se referindo a autores estrangeiros, uma vez que o livro de Padilha era capaz de trazer informações suficientes sobre estes temas. Portanto, esta sugestão pode ser interpretada por um lado como um elogio ao livro de Padilha, que este possuía uma grande quantidade e qualidade de informações que se destacariam em um cenário literário internacional. Por outro lado, tal afirmação pode ser uma forma de tentar dissuadir o leitor de acessar obras estrangeiras sobre o tema. Uma vez que era mais difícil para estas instituições censórias controlar o conteúdo destes livros, diferentemente do livro “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, que já havia sido avaliado antes de ser publicado. Segundo os censores, a obra não possuía nenhum elemento ou tema que contrariasse interesses e preceitos da Coroa e do Clero. Para além disso, era comum que obras sobre o tema, principalmente as que tratavam de monstros, tivessem como base para reflexão e análise os métodos da ciência moderna, que por sua vez eram contrários a forma de pensamento de muitos clérigos.

Como apresentado, se os paratextos são elementos que complementam o texto e são responsáveis por influenciar e conduzir a leitura, fica claro como que os aparatos censórios, que buscam um controle das produções culturais, se utilizariam de tais elementos com a finalidade

---

<sup>137</sup> LUIZ, Fr. F. de. S. In: PADILHA, P. N. A. de. Op cit, 1759, P. XXII-XXIII

de tentar impor determinada leitura e uso do livro. Dado que o livro é um meio de comunicação de ideias e informações, para a censura é necessário ter um controle de todo o ciclo do livro, primeiramente sobre a materialidade. Ou seja, do processo de produção; um controle sobre o conteúdo que nele é apresentado, sendo ele as ideias, métodos, paradigmas e informações ali descritos; e por fim o controle da interpretação, ainda que este seja o mais complexo, estes paratextos apresentados nos indicam uma tentativa de exercer esta última forma de influência.

Estas questões ficam claras ao relacionarmos esta prática com a ideia de “ortodoxia dos textos” proposta por Roger Chartier que tratamos anteriormente. A ortodoxia dos textos é o conjunto de regras e normas que um livro deveria respeitar para ser publicado<sup>138</sup>, que podem ser definidas culturalmente ou instituídas através de aparatos como a censura. O resultado é uma interferência na forma em que o livro se apresenta ao leitor, o que por consequência, interfere nas formas de uso, leitura e interpretação do escrito. No caso do contexto português setecentista, a ortodoxia ainda fazia com que os pareceres dos censores fossem incorporados a edição final do livro. Sendo assim, as opiniões dos juizes se tornavam um importante paratexto, que possuíam o poder de influenciar a leitura que seria feita, bem como imputar usos e compreensões específicas no leitor.

Visto que Padilha não se preocupou em tratar muito do uso e interpretação que os leitores deveriam dar a sua obra nos paratextos que ele escreveu, é difícil dizer se suas intenções estavam alinhadas com as propostas pelos censores. Por outro lado, em termos epistemológicos e nas formas de pensamento e argumentação, o autor parece estar bem próximo dos defendidos por estas instituições. Sendo assim, antes de entrarmos na questão das possíveis leituras e interpretações da obra, é necessário investigar o conteúdo e a escrita do livro. Quais são as fontes utilizadas por Padilha na escrita? Quais são as bases históricas e epistemológicas dos argumentos e definições presentes no livro? Como os relatos são apresentados? Quais os critérios para escolha e abordagem destas histórias? Estes são alguns dos questionamentos que baseiam o próximo capítulo.

---

<sup>138</sup> CHARTIER, R. Op cit, 2002, P.123.

## **CAPÍTULO 2 – As Raridades de Aucourt e Padilha**

Para iniciar a reflexão sobre o conteúdo da obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*” devemos mencionar como os variados relatos compilados serão abordados neste capítulo. Visto que se trata de uma grande quantidade de informações, não é possível analisar detalhadamente cada uma destas descrições ou testemunhos. Sendo assim, para o presente estudo foram selecionados alguns exemplos para servir de base para o entendimento de certos aspectos da escrita da obra, como as fontes utilizadas pelo autor, a maneira e linguagem a qual foram apresentadas as narrativas, bem como a reflexão e posicionamento de Padilha em relação as maravilhas e fenômenos raros.

Nas quase quinhentas páginas dedicadas as “raridades” que compõem o livro é possível identificar diferentes questões sobre tema. Primeiramente, há sempre uma conceitualização no início de cada capítulo, definindo o que é uma raridade da natureza ou arte, bem como uma reflexão sobre o elemento do qual o autor irá tratar. Este é o primeiro grupo de informações que analisaremos, buscando não somente compreender as definições colocadas pelo autor, mas também reconstruir o caminho do raciocínio que levou ele a estas conclusões. O faremos através do estudo das citações presentes no texto e das visões de mundo que baseiam estes “teóricos do maravilhoso”, por assim dizer, que Padilha leu e tomou como referência.

Da mesma forma, analisaremos em um segundo momento as explicações sobre a gênese das supostas maravilhas. Em várias passagens relatadas no livro, junto com as descrições das raridades, são apresentadas justificativas e causas para a existência de tais fenômenos, especialmente ao tratar das “raridades da natureza”. Assim como as definições e conceitos, as teorias de como as anomalias surgem na natureza derivam das formas de se analisar os monstros, variando conforme o paradigma de pensamento e da forma de se estudar adotada. Portanto, assim como no primeiro caso, estas causas da criação de criaturas e acontecimentos maravilhosos, serão analisados pensando a base destes conhecimentos e como Padilha teve acesso a eles, incorporando em sua obra e ao seu ponto de vista.

O terceiro ponto que pesquisaremos tem uma ligação próxima com todos os pontos tratados neste capítulo, que são as fontes utilizadas por Padilha. Como já abordado, o livro é uma compilação de relatos, ou seja, não são exclusivamente experiências do autor, mas sim histórias e boatos que ele teve contato, tanto através da leitura quanto pela oralidade. Sendo assim, aqui a preocupação é, assim como nos dois primeiros tópicos, a origem destas informações, bem como, será pensado como tais circulavam entre as pessoas naquele contexto. Outro ponto é pensar a diversidade de fontes utilizadas, que vão desde jornais científicos do

século XVIII, mitos e lendas clássicos, até boatos contemporâneos ao autor, assim como o impacto disto no processo de escrita da obra.

Junto a esta análise das fontes utilizadas pelo autor, trataremos da forma a qual estes relatos são apresentados. Mesmo que a grande parte dos fenômenos tenha sido observada e estudada por terceiros, sendo o autor apenas responsável por organizar e transmitir estas informações, não significa que ele não tenha impacto nas descrições finais. Os relatos, ainda que predominantemente tenham sido feitos por outros indivíduos, não aparecem como citações diretas dentro do livro, ou seja, Padilha trata de cada um deles com suas próprias palavras. Dessa forma, não se pode deixar de lado uma reflexão sobre a linguagem e a retórica que são utilizadas durante a escrita. Este processo estava muito ligado a um esforço de tornar o livro adequado aos padrões interessantes aos seus leitores naquele contexto, ou como apontamos no capítulo anterior, a chamada ortodoxia dos textos.

Por fim, a última questão que será discutida neste capítulo é o posicionamento de Padilha sobre o dito maravilhoso. Em certos momentos do livro existem opiniões e argumentações do autor em relação a este assunto. Estas reflexões foram tanto baseadas nas experiências do autor, bem como em suas referências. Sendo assim, tendo como base todos os pontos abordados nesta parte da pesquisa, tentaremos reconstruir não só o entendimento do autor sobre os temas do livro, mas como este se articula dentro das epistemologias e paradigmas de pensamento. Em outras palavras, quais as preferências teórico-metodológicas do autor na abordagem sobre os monstros e maravilhas. Com todas estas considerações acerca da abordagem da fonte e estudo de seu conteúdo, partimos agora para a análise do livro.

## **2.1 Ideia de normalidade, composição da natureza e os conceitos da literatura fantástica**

Para começarmos a tratar sobre o que eram os fenômenos e criaturas considerados “raros” por Padilha no século XVIII, é necessário pensar sobre as origens desta designação, ou seja, as teorias primordiais sobre o que é considerado normal e anormal. A existência de anomalias incomuns é um problema para as diferentes formas de se entender o mundo, sendo um ponto de especulação explorado por diversos filósofos, cientistas, clérigos, entre outros pensadores. Vale ressaltar que quando tratamos aqui dos termos “raro”, “incomum”, “extraordinário” não nos referimos somente a um acontecimento que ocorre ou é observado com pouca frequência, mas sim algo que além de não recorrente, desafia em certa medida o entendimento em relação a determinada área de estudo ou elemento em cada época. Em outras

palavras, é algo que não somente contraria o ordinário, porém coloca em xeque as normas propostas para a explicação de um “fluxo natural” por assim dizer.

Uma das principais formas de pensar relacionadas a este entendimento foi proposta por Aristóteles na obra Física I e II, apontando para a existência de uma ordem natural hierárquica dos elementos existentes no mundo. Estes preceitos dariam base para muitos dos paradigmas de pensamento existentes no mundo ocidental durante vários séculos. Conforme tratamos anteriormente, a aristotélica baseou muitos dos conhecimentos ensinados nas universidades portuguesas ainda no século XVIII. Portanto, era uma forma de pensar muito difundida dentro do reino lusitano, sendo inclusive incorporada nas leituras e estudos feitos por Padilha, trazendo implicações diretas na constituição das obras do autor.

Em linhas gerais, para Aristóteles, um ente tem sua essência atrelada as matérias que o compõem, sendo estas pertencentes a um dos quatro elementos: Terra, Água, Fogo e Ar. Esta essência e matéria irão ditar certas propriedades deste objeto ou ser, delimitando as formas que este pode ser encontrado na natureza, as transformações que este pode sofrer durante sua existência, bem como todas suas demais características físicas<sup>139</sup>. Estes atributos que o ente herda de seus elementos formadores estabelecem as possibilidades para a transformação, porém, não criam uma regra que impõe determinada transformação ou resultado<sup>140</sup>. Nesse sentido, esta ligação com os elementos formadores possui um caráter mais classificativo de acordo com as propriedades que possui. Porém, como veremos mais a frente, a questão da transformação, seja ela natural ou artificial, é um fator importante na busca pelo entendimento e explicação do processo de gênese das maravilhas.

Por fim, esta caracterização proposta por Aristóteles ainda traz uma hierarquização, estabelecendo uma posição para os entes dentro da ordem natural. Esta não se baseia em atributos físicos ou fisiológicos como as classificações da ciência moderna, mas sim, através de significados e valores simbólicos. Este simbolismo norteou muitas das interpretações sobre o mundo desde a antiguidade até o período moderno, onde a natureza era compreendida como um livro a ser lido e interpretado para se estabelecer uma compreensão do todo. Além disso, para os pensadores influenciados pelo catolicismo, dada a perspectiva criacionista, desvendar os significados da natureza era também uma forma de compreender a vontade de Deus, pois o

---

<sup>139</sup> ARISTÓTELES. Física I e II. Trad. Lucas Angioni. Campinas: Editora UNICAMP, 2010, P. 44.

<sup>140</sup> Ibid., P. 45.

mundo representava figurativamente as ideias do criador<sup>141</sup>. Pensando nestas questões classificativas e simbólicas, analisemos a forma com que estes preceitos aparecem no livro.

Sobre a classificação, é evidente da importância destas ideias na construção da obra, uma vez que, conforme abordado, os relatos são organizados em seções relativas a cada um dos elementos. Porém, além do referencial para o agrupamento e divisão dos capítulos, estes preceitos podem ter sido usados para determinar a ordem que cada elemento aparece na obra, que resulta na sequência final do livro sendo a seguinte: Terra, Água, Ar e Fogo e os últimos dois capítulos dedicados ao estudo da Magia. Tratando primeiramente dos quatro elementos, vejamos como Padilha descreve cada um deles, iniciando pela Terra:

Globo sublunar, é o mais pesado dos quatro Elementos. Alguns entendem, que as águas do dilúvio, quando se recolheram, levaram consigo parte da superfície da terra, como nos insinua o Texto sagrado; e se ela perdeu a melhor parte de sua substância, que muito é, que em uns sítios seja estéril, e em outros pouco fecunda! Sim merece o título de Mãe fértil, porque a todos sustenta, mas também lhe toca o de cruel madrasta, quando se agita; pois apesar dos epítetos de mansa, e de pacífica, com que a apelidou Plínio, nenhum elemento assusta e estraga tanto o mundo<sup>142</sup>.

Vários pontos abordados anteriormente aparecem neste trecho. Existe a apresentação de características físicas, como o peso do elemento, porém o destaque está nas propriedades que ele possui. Conforme colocado pelo autor, a terra é a base de toda existência e sustento da natureza, mesmo que exista uma variação de sua fertilidade, sem este elemento não poderia se desenvolver qualquer tipo de vida ou estrutura. Porém, ela possui uma certa dualidade, pois mesmo que este elemento seja criador, pode também agitar-se e causar destruição.

A essência do elemento é ligada a esta grande capacidade que ele tem de agir e impactar o mundo, independentemente da maneira que isso aconteça. Utilizando a metáfora do texto, seja como mãe ou madrasta, a terra afeta a natureza e os seres humanos de forma muito direta e intensa. Interessante pensar também que Padilha no contexto da escrita do livro, havia experienciado tanto a bondade da terra, através do sustento e das incríveis obras que sem ela não existiriam, mas também sua fúria, pois como apontado no capítulo anterior, o autor esteve presente na catástrofe do terremoto de 1755 e foi vítima da destruição trazida pelo sismo, o que provavelmente contribuiu para a validação desta forma de compreender este elemento.

O segundo elemento abordado pelo autor é a Água, onde o principal ponto destacado são as propriedades físicas do elemento e seu papel na geração e manutenção da vida:

Este corpo úmido, líquido, fluído e transparente atribuiu Thales o princípio de todas as gerações naturais: imenso, inesgotável é seu receptáculo do mar, donde saem todas

---

<sup>141</sup> KAPPLER, C. Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1994, P. 40.

<sup>142</sup> PADILHA, P. N. de A. Op cit, 1759, P.1-2.

as águas, que juntas, ou repartidas cercam e atravessam o globo da terra. Que maior maravilha, que vê-lo crescer e minguar quatro vezes em vinte e quatro horas?<sup>143</sup>

Apesar da grande importância dada a este elemento, suas características descritas são diferentes da presentes na terra, o que prevalece é uma ideia de fluidez, variação. Porém, mesmo com estes atributos, não significa que a água seja menos intensa, no trecho relacionado a terra, é destacado a questão do dilúvio, um acontecimento bíblico que demonstra o poder de destruição da água, assim como sua influência na terra, que como sugere Padilha, tem sua fertilidade relacionada a tal acontecimento. A força e perigo das águas foi também abordada pelo autor no trecho seguinte, que retrata a busca pela compreensão de como se formam as marés:

A indagação de sua causa [das marés], que custou a vida de Aristóteles, também fez perder a uns homens poderosos de Phrysa na Alemanha Baixa, que curiosos de descobrirem os limites do Septemtrião (sic.), chegaram até onde lhes foi possível, e viram claramente ali fazer o mar como um olho marinho, em que sumamente se embravecia, levando a si os navios com grande veemência para os sorver naquele horrendo abismo: arrebatou alguns a impetuosa corrente: os que a poder do remo puderam escapar, trouxeram a notícia daquele medonho sorvedouro, aonde se vem recolher, e tornar a sair, e espriar as ondas das últimas raias do Oceano. Desta recíproca flutuação querem alguns nasça o que comumente se chama de maré, e ter ali sua origem: porém os Filósofos antigos, e modernos lhe atribuem outras muitas e diferentes causas<sup>144</sup>.

Mais uma vez a descrição aponta para uma dualidade do elemento. A água é provedora de vida, porém pode retirar a fertilidade da terra. As marés são um lindo acontecimento quando se observa a variação do mar durante o dia, porém, facilmente podem levar a morte aqueles que se aventuram mar à dentro. De modo geral, apesar das diferenças nas propriedades, o comportamento descrito e a forma que o autor compreende e apresenta os dois primeiros elementos é muito semelhante, através da demonstração de como eles podem ser benéficos e importantes na construção do mundo, bem como ser responsáveis pela destruição e sofrimento das pessoas. Em contrapartida, na descrição do terceiro elemento, Ar, o autor inicia destacando os atributos e comportamentos físicos do elemento:

É aquele elemento que respiramos, e que enche todo o espaço entre o céu e a terra. Mariota nos seus *Ensayos Fysicos* diz, que antes de chegar a dilatação natural, que ele logra na atmosfera, onde está livre de todo o peso das exalações, e vapores, se pode estender, e dilatar quatro mil vezes mais, que na vizinhança da terra: quando se estende, e adelgaça sobe ao Céu; quando se condensa, forma as nuvens; e por várias partes espalhado gera os ventos.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> Ibid., P. 313-314.

<sup>144</sup> Ibid., P. 314-315.

<sup>145</sup> Ibid., P. 377-378.

O Ar é descrito como um elemento misterioso, como colocado por Padilha, sua leveza é tanta que excede a capacidade da compreensão humana, sendo assim, para ele, seria mais interessante observar os efeitos do Ar do que propriamente suas causas<sup>146</sup>. Esta perspectiva dá ao Ar um caráter semelhante ao divino, não só por ser um dos mais primordiais dos elementos, como coloca o autor “a sagrada Escritura lhe constitui o nascimento nos mais recônditos da Onipotência”<sup>147</sup>, mas também na forma de se tratar do assunto.

No entender do autor, a relação de estudo e investigação sobre ele é dada da mesma forma com a relação com Deus, afinal, as reflexões sobre o criador não se pautavam em pensar as origens e formas desse. Até porque era considerado que a compreensão humana não fosse capaz de atingir este feito. Assim, o principal intuito era compreender sua mensagem e seu impacto na terra e na vida das pessoas, da mesma forma que o autor aponta que o interesse da investigação deve focar nos efeitos e não nas características do Ar.

Passando agora para o quarto e último elemento da Aristotélica que foi descrito por Padilha, vejamos a caracterização do fogo, que apresentado como uma forma de manifestação divina, pois supostamente seria responsável por dar vida a todos os seres:

Este luminoso corpo invisivelmente entra na composição de todos os corpos naturais, dando calor, e a vida a toda natureza. Não só do Céu baixava o fogo celeste a acender no santo Sepulcro em dia de Páscoa as lâmpadas, que se haviam apagado em sexta feira da Paixão; porém antigamente descia a consumir os sacrifícios. Aos Israelitas guiava de noite uma coluna de fogo. Em uma Çarça (sic.) ardente viu Moisés a Deus: e finalmente em línguas de fogo baixou o Espírito Santo sobre os Apóstolos.<sup>148</sup>

Em ambas as questões levantadas pelo autor nesta descrição o principal mote é colocar este como operador da vontade de Deus. Primeiramente, é tratada a relação do elemento com a gênese da vida. Segundo este ponto de vista, foi através do fogo que o criador fez com que toda a natureza deixasse de ser inanimada. Foi a materialização do “desejo divino” de dar vida aos seres existentes no mundo. Da mesma forma, as manifestações e interferências diretas de Deus na terra, como nos exemplos trazidos pelo autor no trecho citado, também ocorrem através de fenômenos envolvendo fogo.

Outro ponto que merece destaque é que a caracterização proposta pelo autor deste elemento não menciona nenhuma questão relacionada aos atributos físicos do fogo. No que tange a descrição do fogo em si é conservado uma perspectiva misteriosa, quase místico sobre o elemento, muito mais até que o próprio Ar. Não há uma explicação para a matéria do fogo,

---

<sup>146</sup> Ibid., P. 378.

<sup>147</sup> Ibid., P. 378.

<sup>148</sup> Ibid., P. 439-440.

apenas se trata em pensar sobre a maneira que este se manifesta e possivelmente suas utilizações e significados.

Voltando a questão inicial, sobre a relação entre os elementos e a organização do livro, se pensarmos tanto a questão da caracterização destas matérias e a ideia da ordem natural é possível traçarmos algumas hipóteses. Primeiramente devemos levar em conta a ideia da existência de uma hierarquia natural, que estava baseada tanto nestes preceitos aristotélicos, mas também na cosmografia desenvolvida durante o medievo que ainda ecoava no período moderno. Esta hierarquização, colocava no âmbito mais baixo o reino mineral, seguido do vegetal, e acima destes estava o reino animal, no qual o ser humano estaria no topo dado sua maior dominância sob os demais seres naturais<sup>149</sup>.

Então, possivelmente a sequência escolhida pelo autor para abordar estes elementos no livro adveio desta hierarquia proposta, pois os minerais são predominantemente ligados ao elemento terra, enquanto os vegetais, além da relação próxima com a terra também tenham uma proximidade com a água, da mesma forma que os insetos, grupo mais “inferior” dentro do reino animal, tenham uma ligação com o Ar e por fim os seres humanos, que combinam todos os elementos anteriores, porém possuam em sua essência muito do fogo que dá a vida e representa a vontade divina. Seria plausível entender que esta sequência de elementos esteja baseada na tese criacionista da criação do mundo, algo predominante dentro de uma sociedade católica, como a portuguesa.

Outra possível inspiração para esta ordenação, pode estar relacionada com o conhecimento relativo a cada um dos elementos. Como colocado, os dois primeiros elementos descritos são os mais bem conhecidos e investigados pelo autor e por seus contemporâneos, principalmente a terra, tópico o qual ocupa praticamente metade de todo o conteúdo do livro. Sendo assim, a sequência pode ter resultado de um pensamento de tratar primeiramente os elementos mais bem explicados pela ciência e outras áreas do conhecimento na época, para então passar aos que supostamente mais misteriosos, conforme descrevemos.

Independente de qual das hipóteses se aproxime mais da real causa que levou a escolha desta sequência dos capítulos, é importante refletir sobre a importância desta ordenação. Muito mais do que questões práticas, esta organização reflete a forma de pensamento e leitura de mundo do autor. Afinal, a escolha de dividir o livro em seções relacionadas aos quatro elementos e a magia, e depois subdividir cada tópico em duas partes, tratando do natural e

---

<sup>149</sup> KAPPLER, C. Op cit, P. 15.

artificial, foi uma predileção em priorizar a questão da composição e local de manifestação das raridades em detrimento de sua causa ou explicação.

Esta ideia da ordem como uma forma de pensamento era predominante nas sociedades do Antigo Regime e não estava restrito somente as formas de compreensão da natureza. Toda a sociedade e instituições, desde as mais organizadas como a monarquia, o clero, até as mais simples, como os núcleos familiares, assim como a própria divisão social estamental, eram regidos por uma hierarquia rígida, considerada natural e advinda da vontade divina<sup>150</sup>. Dada tal importância da ordem como preceito básico do pensamento e prática destes indivíduos, o desvio ou quebra desta significava um problema para as pessoas.

Na época, quando um fenômeno observado “subvertia” esta ordem tão profundamente estabelecida, se criava um certo sentimento de desconcerto<sup>151</sup>. Este acontecimento precisava de alguma maneira ser compreendido e explicado de alguma forma dentro da inteligibilidade destas pessoas. Esta compreensão se pautava primeiramente em descrever e classificar estes testemunhos de acontecimentos maravilhosos, seguido de um processo de explicação, ou seja, a busca da causa de determinada “anomalia”. Esta demanda por respostas sobre a origem e natureza destes fenômenos levou a criação de uma área do saber chamada teratologia, na qual se produziu uma grande quantidade de obras que investigassem os monstros e maravilhas. Por fim, ainda existe uma terceira questão, relacionada a interpretação destes relatos, visto a dimensão simbólica a ordem natural possuía, o aparecimento de algo que a desafiava era considerado um fato dotado de um significado mais profundo.

A observação de acontecimentos que se opusessem ao que era considerado normal e natural pelas sociedades é existente desde a antiguidade. Por isso, conforme o passar dos tempos, diversos pensadores criaram categorias e conceitos para classificar estes fenômenos, que se conservaram por muitos séculos, aparecendo em obras que tratam do assunto até meados do século XVIII. No caso de Padilha, o autor não era um filósofo ou naturalista que propunha formas de pensar o maravilhoso, suas obras apenas reproduzem discursos já propostos previamente. Isto demonstra que o tema da “raridade” continuava despertando o interesse das pessoas neste contexto. Além disso, fica claro o fato de que autores anteriores ao período moderno continuavam sendo fontes relevantes no estudo dos monstros e maravilhas, especialmente em escritos de caráter popular, como o que estamos analisando. Portanto,

---

<sup>150</sup> HESPANHA, A. M. *Imbecillitas*: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, P. 47-49.

<sup>151</sup> KAPPLER, C. Op cit, P. 15.

devemos investigar com mais detalhes os termos utilizados para designar estes fenômenos e criaturas.

### **2.1.1- Da *maravilha* como artifício da natureza e dos autores**

As três categorias mais comumente encontradas em obras da teratologia, da literatura maravilhosa e nos relatos em geral são: “maravilha/maravilhoso”, “monstro/monstruoso”, “prodígio/prodigioso”. Portanto, não é surpreendente que no livro “*As Raridades da Natureza e da Arte*” apareçam com grande frequência estes conceitos para definir os fenômenos ali transcritos e compilados. Entretanto, conforme abordado no capítulo anterior durante a análise do título dado a obra, Padilha utiliza os termos “raro” e “raridade” como forma de também designar estes acontecimentos fantásticos. Mesmo que todas estas categorias tenham um significado muito semelhante dentro dos relatos e estudos teratológicos, sendo intercambiáveis entre si sem muito prejuízo na explicação, a origem dos termos denota certas distinções entre eles. Desses termos descritos, talvez o mais central para o presente estudo seja “maravilha”. É comum atualmente relacionarmos este conceito com uma ideia de sentido positivo, de algo belo e bom, entretanto, quando tratamos deste tipo de fonte, devemos pensá-lo de uma maneira mais ampla.

Como descrevem Daston e Park, a perspectiva da *maravilha* para muitos pensadores neste contexto pode ser compreendida mais pelo sentido verbal da palavra, ou seja, “maravilhar-se” e não “maravilha” por si só. Sendo assim, as “maravilhas” marcam os limites entre o conhecido e desconhecido, assim como despertam uma certa curiosidade e até mesmo uma certa paixão por estes<sup>152</sup>. Da mesma forma que os elementos anteriormente apresentados, a maravilha possui um caráter dual. A final a observação direta de um acontecimento tido como maravilhoso, bem como o contato indireto através de um relato ou imagem de tal, pode provocar diversas emoções como horror, terror, espanto, fascínio, repugnância, entre outros. Entretanto, quase que inevitavelmente ela irá despertar a curiosidade e a indagação por parte da pessoa que tomou o conhecimento de tal fenômeno ou criatura.

Portanto, para traçar uma interpretação do termo simplificada, classifica-se como maravilha ou maravilhoso não somente aquilo que é incomum ou dificilmente testemunhado, mas que acima de tudo não possui uma explicação ou compreensão do observador, fazendo com que este seja provocado a se indagar e refletir em busca deste entendimento. Esta perspectiva é a mais importante no estudo histórico destes relatos, como uma forma de compreender a relação

---

<sup>152</sup>DASTON, L. PARK, K. Op cit, P.13.

dos indivíduos com tudo aquilo que despertava este sentimento. Tanto que é comum estes textos serem classificados como “literatura maravilhosa”. Enquanto nos escritos em si, o termo é utilizado como sinônimo de outras categorias, como monstro ou prodígio, conforme mencionamos anteriormente.

No livro de Padilha, apesar do autor demonstrar que conhece alguns pensadores que refletiram sobre a questão do sentimento de “maravilhar-se”, como Robert Boyle<sup>153</sup>, o que prevalece nas descrições é ideia de “maravilha” como objeto. Deixando assim o sentimento de paixão, deslumbre e impulso para indagar sobre tais coisas extraordinárias presente apenas na prática do autor, sendo o impulso para o estudo, compilação e escrita do livro sobre tal tema. No texto, o termo é utilizado nas descrições em seu sentido mais estrito, sendo predominantemente empregado em descrições de grandes obras, como por exemplo no item “II. Obras maravilhosas”, da segunda parte chamada “Raridades da Arte, Terra”:

A mais célebre sepultura da antiguidade é a que Artemisa Rainha de Caria fez construir para Máusolo seu marido, a qual se conta entre as sete maravilhas, e as outras seis maravilhas, que admiram o mundo são as Pirâmides do Egito, de que temos falado. Além destas se conta neste número o Templo de Diana em Epheso, na construção do qual todas as potências da Asia fizeram trabalhar pelo espaço de mais de duzentos anos. Era ornado de cento e vinte e sete colunas dadas por igual número de Reis. Cada uma tinha sessenta pés de alto, motivo por que alguns autores suspeitaram, que seriam fundidas<sup>154</sup>.

Neste caso, a maravilha despertada pelo relato do Templo de Diana advém da extravagância da construção, que demorou mais de dois séculos para ser concluída e possuía dimensões grandiosas. Apesar desta conotação que destacava os pontos positivos, as “maravilhas” descritas ainda são objetos que despertam o interesse e fascínio das pessoas. Para além da beleza, ela precisa ser grandiosa, tanto em seu tamanho, mas também em seu significado e principalmente no caso das maravilhas da arte, o engenho por trás de sua criação. Esta valorização da técnica como forma de tornar uma construção maravilhosa são elementos também utilizados para caracterizar outras obras, como por exemplo no item “V. Aquedutos Maravilhosos”, da quarta parte, “Raridades da Arte, Água”:

Meri Rey de Mênfis, e de Tebas no Egito, foi quem fez a grande obra, em que se recebiam todas as águas do Nilo com aquedutos para as lançar ao mar quando a sua inundação era mais do necessário para a fecundidade das terras; ou para regar o Egito quando a inundação não era suficiente; o que se executava pelos ditos aquedutos. Havia duas pirâmides, que se elevavam no meio deste lago, de trezentos e sessenta pés de alto, e ocupavam sobre as águas outro tanto espaço: em cada uma se via sobre

---

<sup>153</sup> Padilha faz uma menção direta a um relato maravilhoso descrito na “República das Letras de setembro de 1686” por “Bayle”, provavelmente se trata do mesmo filósofo Robert Boyle citado por Daston e Park com o nome escrito de forma errada. (PADILHA, P. N. de A. Op cit, 1759, P.132).

<sup>154</sup> Ibid., P.264-265.

um trono uma estátua de grandeza de um Colosso deste Rei, e outra da Rainha sua mulher.<sup>155</sup>

Apesar de no fim do relato serem mencionadas as estatuas decorativas em homenagem ao rei e a rainha, a noção de maravilha nesta descrição vai muito além do valor estético da construção. Afinal, o ponto destacado sobre os aquedutos é sua utilidade prática para a agricultura e sustento da população. Vale ainda ressaltar que nesses dois trechos destacados, há ainda a importância dada a questão de quem os construiu, planejou ou foi homenageado pela obra, estabelecendo um prestígio mútuo entre a obra e a personalidade, onde a construção é uma das formas materializadas da importância desta pessoa. Nos casos das maravilhas operadas pela natureza, a ideia apenas se manifesta pela raridade, falta de explicação e propriamente a beleza dos detalhes. Como no caso a seguir, de um ovo encontrado com desenhos e inscrições:

Maravilhoso caso é o que sucedeu na Villa de Tremp em Catalunha, quando as criadas de um Cavalheiro chamado Agostinho Bradaxi acharam na capoeira de suas galinhas um ovo, que tinha de meio relevo um círculo perfeito, de que saíam três raios levantados; no meio do círculo estava um sol, e no meio do Sol o nome de Maria. Romperam o ovo, e na mesma gema se acharam distintamente as mesmas letras brancas de relevo, como poderia fazer o melhor escultor<sup>156</sup>.

Aqui não há especulação referente a causa ou significado, apenas um destaque das características incríveis e únicas observadas neste “ovo maravilhoso” encontrado. A maravilha está não só na beleza do achado, mas na peculiaridade de sua existência, destacada pela dificuldade ou até impossibilidade da reprodução do objeto, visto que é dito que só o melhor dos escultores poderia fazer algo semelhante.

Apesar da ampla utilização em diferentes casos, a ideia de maravilha pode ser relacionada com a beleza, complexidade e singularidade de algo no mundo. Porém os termos “monstro” e “prodígio”, utilizados como sinônimos nas descrições, derivam de um outro processo de observação do extraordinário. Especificamente, estes conceitos advêm da interpretação destes fenômenos incomuns, ocasionando que estas categorias carreguem significados mais profundos. A diferenciação destes termos e os sentidos próprios que cada um evoca foram descritos por São Isidoro de Sevilla, em sua obra *Etimologías*<sup>157</sup>. Segundo ele, estas designações fazem referência ao caráter premonitório atribuído às suas manifestações:

Se conhecem com o nome de portentos, ostentos, monstros e prodígios, porque anunciam (*portendere*), manifestam (*ostendere*), mostram (*monstrare*) e predizem (*praedicare*) algo futuro. Em efeito, explicam que “portento” deriva de *portendere*, é dizer, anunciar de antemão. Os “ostentos”, porque parecem manifestar algo que vai

---

<sup>155</sup> Ibid., P. 368-369.

<sup>156</sup> Ibid., P.162-163.

<sup>157</sup> É importante destacar este livro em específico pois ele foi uma importante referência para muitos autores que trataram dos temas do maravilhoso, sendo utilizado até mesmo por Padilha como base para certas argumentações presentes no livro que estamos analisando.

ocorrer. Os “prodígios”, porque “dizem previamente” (*porro dicere*), é dizer, prever o que vai acontecer. Por sua vez, *monstra* deriva seu nome de *monitus*, porque “mostram” para indicar algo, ou porque “mostram” qual significado tem uma coisa<sup>158</sup>.

Estas definições derivam da dimensão simbólica que estas sociedades davam ao mundo. A noção predominante durante muitos séculos era que a natureza era como um livro a ser lido e interpretado pois representava as vontades de Deus. A aparição eventual de fenômenos e criaturas que desviassem do considerado comum e normal, se tornava passível de significação, percebida como uma forma do criador sinalizar sua vontade, intensificando a necessidade de compreensão.

Autores do fim do período medieval ainda conservavam esta visão, mesmo que neste contexto já começassem a surgir perspectivas que entendiam estes fenômenos como frutos da recombinação de elementos naturais. Especificamente nos casos particulares, havia uma valorização da interpretação alegórica destes relatos, bem como o pressuposto da intervenção divina para a criação destes fenômenos e criaturas<sup>159</sup>, mantendo a visão mística e simbólica. Ainda que nem sempre esta dimensão religiosa seja apresentada, era comum compreender estes monstros e prodígios como sendo presságios de acontecimentos futuros.

Esta mesma perspectiva é corroborada pelas definições apresentadas por Rafael Bluteau em seus dicionários<sup>160</sup> publicados no século XVIII. Tanto no verbete descrito pelo dicionarista como na ideia apresentada por Padilha no livro em trechos como o tópico *XXI - Monstruosidades*, o principal ponto de partida é colocar monstros e prodígios como fenômenos extraordinários, que quebram o considerado natural e comum. Na definição de “monstro” e seus termos derivados como: monstruosidade, monstruoso e monstruosamente, o que prevalece é a conotação negativa, independente do sentido que o termo é empregado:

MONSTRO. Animal gerado, ou produzido contra a ordem da natureza, v.g. um boi de duas cabeças, um homem com quatro pés, &c. Diz Aristóteles, que o monstro é um erro da natureza, que não chegara a fazer a obra que começou por causa da corrupção de algum de seus princípios(...). Fulano é um monstro, id est; muito feio(...). Monstro no sentido moral. Homem sumamente mal<sup>161</sup>.

Os significados descritos neste dicionário se estendem por mais algumas linhas e variam de acordo com a utilização. Porém, além de pontuarmos que “monstro” é algo incomum ou extraordinário, devemos destacar a visão que este é um produto negativo do desvio de alguma

---

<sup>158</sup> SEVILLA, S. I. de. *Etimologías: Edición Bilingüe*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, P. 879, (Tradução nossa).

<sup>159</sup> DASTON, L. PARK, K. *Op cit*, P.51-52.

<sup>160</sup> As obras de Bluteau são importantes fontes no estudo de Portugal no século XVIII, seus dicionários se encontram preservados e disponíveis online, permitindo a consulta de significados de vários termos e verbetes. Esta referência nos dá um ponto de partida para pensar como estes conceitos eram compreendidos no contexto.

<sup>161</sup> BLUTEAU, R. *Op cit*, 1712-1728, Vol. 5, P. 563.

regra ou norma. Portanto, nessa concepção, o monstro é fruto da corrupção de alguma lei ou padrão que rege o mundo, podendo ser de caráter natural (biológico, químico), moral, estético, ético, entre outros. Tornando assim o “monstro” algo a ser repudiado, pois estas regras possuíam grande importância para estas sociedades.

Por enquanto, o ponto que merece destaque é que a definição de monstro é negativa pois subverte uma ordem estabelecida pela natureza, que por sua vez representa a vontade de quem a criou, neste caso, Deus. Portanto, são vistos de maneira negativa e abominável. Apesar de na obra de Padilha predominar a conotação de monstro como sinônimo de desfiguração física e formas que se opõe ao considerado natural, existem passagens onde a reflexão sobre o suposto “monstro” é explorada de maneiras diferentes, como no trecho que abre o tópico *XXI – monstrosidades*, que traz como os primeiros monstros as mulheres:

Passando as produções monstruosas, os primeiros monstros, que nomeia Aristóteles, são as mulheres, atendendo aos defeitos de sua natureza. Há muita gente, que por esta razão, e pelos danos que nos causam, reputam as mulheres por monstros; outros, e o com mais civilidade, as avaliam pelo maior encanto dos nossos sentidos, e pelo objeto mais digno da nossa admiração; e não é alheio do nosso assunto, o dizer-se que até nos animais mais ferozes produzem as suas perfeições admiráveis efeitos; pois Santo Isidoro nos refere do Rinoceronte, que sendo tão veloz na carreira, que jamais o podem apanhar; expondo-lhe alguma mulher com os peitos descobertos, tanto que a vê, se chega para ela, e fica tão doméstico, que sem resistência o prendem, e entregam aos caçadores; como fez Dalila a Sansão<sup>162</sup>.

Além de ser uma clara demonstração de toda a misoginia e imaginário negativo relacionado as mulheres presente na sociedade portuguesa do século XVIII, o relato que caracteriza elas como monstrosidades apresenta uma visão muito interessante sobre o conceito, além de aspectos interessantes na narração dos relatos. Primeiramente devemos destacar a dualidade desta noção, afinal, apesar de poderem ser consideradas monstros devido “aos defeitos de sua natureza”, como sugere a citação à Aristóteles, o autor também destaca a perfeição e beleza dos corpos femininos.

Neste caso, o desvio ou corrupção da normalidade, por assim dizer, não é especificamente uma questão física ou estética, mas sim uma questão moral. Uma vez que a noção neste contexto era que as mulheres eram mais suscetíveis a praticar ações condenáveis pela sociedade da época. Esta inclinação a imoralidade era o “defeito” que as afastava da visão idealizada de ser humano que grande parte dos portugueses possuíam, sobretudo com base nas crenças do que era considerado a vontade divina.

---

<sup>162</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P.121-122.

António Manuel Hespanha<sup>163</sup>, ao estudar categorias jurídicas em Portugal no Antigo Regime, reforça que a visão em relação as mulheres que predominava na Europa neste contexto estava baseada justamente que estas eram perversas. A perversidade advinha do fato que supostamente elas eram detentoras de uma luxúria imoderada, o que resultava não só em um impulso sexual maior, mas também em uma inclinação aos saberes e práticas proibidos, como a bruxaria. A impulsividade e a maldade que se imputava nas mulheres nesta época era a justificativa moral para existência de estruturas e práticas de inferiorização. Quer seja em termos jurídicos ou nos costumes, o intuito era as manter sob controle e vigilância, para não deixar a sua suposta “natureza imoral” se manifestar. Estas noções, em certa medida comuns a grande parte da Europa no Antigo Regime, seriam as bases para que diferentes sociedades constituíssem seus próprios dispositivos e leis para oprimir as mulheres.

Conforme mencionado, a monstruosidade está ligada aos comportamentos considerados imorais. Entretanto, na maioria dos casos presentes no livro, a categoria de “monstro” não está associada somente a condutas ou práticas. A conotação predominante do termo nos relatos se refere a questões físicas, de uma fisiologia que vai contra ao que normalmente era observado na natureza. Esta anormalidade física também era compreendida como uma forma de desvio moral, especialmente nos casos que a causa da gênese do monstro é atribuída a uma relação ou cruzamento imoral, o que trataremos mais à frente. Por hora, é interessante continuarmos a análise da utilização do conceito de monstro, vejamos o trecho a seguir:

Em 1496 apareceu em Roma um monstro com o corpo humano, cabeça de jumento, uma mão de elefante, e outra de homem, um pé de boi, outro de águia, os peitos de mulher muito compridos, todo corpo coberto de escamas, duas cabeças, uma de velho, e outra de dragão. Esta figura de que o P. Nieremberg não duvida, parece a devia colocar entre outras, que encerram mistério divino<sup>164</sup>.

Este relato resume muito bem como a maioria dos monstros observados são narrados no livro. Destacamos aqui a pormenorização das características disformes da criatura observada, que permite ao leitor imaginar este ser único e estranho. A mistura de diversas partes de vários animais totalmente diferentes, demonstra que este monstro desafia em grande intensidade as leis da natureza. Além disso, no fim do trecho percebe-se a relação divina destas criaturas maravilhosas. Como sugere Padilha, o Padre Nieremberg acredita na veracidade do relato e aponta para a questão que este monstro é parte da criação divina, portanto, dado sua estranha natureza, ele é pensado como uma representação ou exemplo do próprio mistério de Deus.

---

<sup>163</sup> HESPANHA, A. M. Op cit, P. 114-116.

<sup>164</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 127-128.

Antes de concluirmos esta breve reflexão sobre o conceito “monstro” e sua relação com a obra, é preciso fazer uma breve distinção muito comum nos estudos e obras da literatura maravilhosa e da teratologia, que é a separação das “Raças Monstruosas” dos chamados “Monstros Particulares”. Em linhas gerais, o critério mais importante nesta diferenciação se dá pela quantidade de indivíduos que são observados. No caso das raças ditas monstruosas, é possível observar um grupo de seres (sejam eles humanos, animais, vegetais, entre outros) que possuem uma ou várias características que destoam daquilo que o observador julga natural ou normal, concedendo assim o título de monstruosa.

Já os monstros particulares são casos de aparição isolados e testemunhados no qual se observa somente um único indivíduo que possui tal característica considerada monstruosa, como por exemplo no último trecho citado. Na maioria dos casos, a causa atribuída é alguma má formação na gestação e nascimento, ou algum tipo de mutação sofrida pelo ser. Além disso, relatos deste tipo de monstro, muitas vezes também chamado de prodígio ou portentoso, tendem a possuir um maior significado simbólico, pois geralmente acredita-se que são sinais divinos, sobrenaturais ou premonições de eventos futuros. No que se refere a classificação destes relatos, os monstros particulares, por conta da singularidade das características e circunstâncias que cada uma das supostas aparições possuía, não existem categorias bem definidas para tipificar a criatura. Por isso, o que se destaca nestes testemunhos é uma descrição minuciosa das propriedades do monstro observado, conforme já observamos no relato supracitado, bem como em outros exemplos, como o seguinte relato, presente no capítulo *XXII – Partos Monstruosos*:

No ano de 1542 nasceu em 11 de março em Goa um monstro, de que fazem memória os nossos Escritores, e era digno dela pela forma horrível, que lhe deu o desconcerto, e extravagância da Natureza. Nasceu de uma mulher Canarim; tinha o corpo comprido à maneira de bogio (sic.), com pouco cabelo nele, mas nas mãos, e pés o tinha copioso; o rosto era ao modo de uma bola, com duas pontas, e orelhas como de cabra, com um só olho: tanto que nasceu nas mãos da parteira, deu um grito e se pôs em pé; e pouco depois se lançou a mãe, que estava deitada, e lhe ferros os dentes em um peito, maltratando-a juntamente com as unhas. O pai, que também era Canarim, o matou logo cortando-lhe a cabeça. *Anno Histórico, pag. 322.*<sup>165</sup>

O presente relato demonstra o ponto proposto. Apesar de aqui não haver uma reflexão específica sobre a causa do monstro, como é comum em vários outros exemplos presentes no mesmo capítulo, a descrição se dá quase que no formato de uma notícia. São apontados a data do evento, as características e o comportamento da suposta criatura monstruosa, o resultado do evento e a fonte do relato. Porém, não há uma denominação específica, somente está agrupado junto a outros “partos monstruosos”.

---

<sup>165</sup> Ibid., P. 140-141, grifo do autor.

Pensando no caso das “raças monstruosas”, também não há uma classificação específica definida. O que pode ser encontrado são nomes comumente utilizados por autores para designar determinados grupos na literatura maravilhosa. Esta nomenclatura faz referência a obras anteriores que já descreveram os mesmos indivíduos monstruosos, ou pelo menos algo semelhante.

Nesse sentido, um dos principais referenciais para tal, e em certa medida responsável por criar uma “tradição” de nomes de raças monstruosas, foi a obra *História Natural*, escrita por Plínio o Velho. Nesse estudo, o autor abordou uma variedade de conhecimentos relacionados as ciências e a natureza, incluindo os monstros, dando nome as diferentes raças monstruosas. As chamadas “Raças Plínianas” (*Plinian Races*)<sup>166</sup> foram muito utilizadas como base para nomear povos considerados estranhos e diferentes pelos europeus. Isto é evidente pelo fato de que grandes autores da literatura maravilhosa e de viagem, como Jean Mandeville e Marco Polo por exemplo, se utilizaram estas categorias em sua obra, assim como já mencionado Santo Isidoro de Sevilla, que na descrição dos monstros e prodígios, também faz referência a Plínio.

Apesar da ampla utilização das Raças Plinianas por diversos autores, devemos deixar claro que estas não eram categorias restritas ou sistematizadas. Eram apenas nomes genéricos dados a certos povos que exibiam características semelhantes àquelas descritas por Plínio. Portanto, havia um espaço amplo para a criação e variação dos significados destas denominações. Este processo de mutação dos sentidos de deu devido ao que Friedman chama de “equivoco criativo”. Isto ocorria através de alterações em certos elementos destas categorias feitos pelos autores, seja para ampliar seus catálogos, por necessidade ou simplesmente por erros de interpretação e tradução, resultando em novas classificações e resignificando as já existentes<sup>167</sup>.

Padilha também teve contato com a obra de Plínio, citando o autor em vários momentos do livro. Entretanto, quando se trata especificamente das tão difundidas Raças Plinianas, o escritor português demonstra certa dúvida em relação a existência de algumas destas espécies, visto que boa parte das experiências relatadas por viajantes não corroboravam tais fatos:

O mesmo Santo Isidoro abraça como verdade quase todas as raridades, que achamos em Plínio de haver homens com quatro olhos, e de um só, outros sem cabeça, tendo feições da cara perto dos peitos, outros sem nariz, outros com o beijo superior tão

---

<sup>166</sup> O termo “*Plinian Races*” é utilizado pelo autor John Block Friedman como forma de se referir ao conjunto de denominações proposto por Plínio o Velho, e são minuciosamente descritas no capítulo “The Plinian Races” de seu livro. (FRIEDMAN, J. B. *The Monstruous Races in Medieval Art and Thought*. Syracuse: Syracuse University Press, 2000).

<sup>167</sup> *Ibid.*, P. 23.

comprido que, que lhe pode cobrir o rosto; outros quase sem boca; outros com o pé tão grande, que lhe serve de sombra quando se deitam; outros com pés de boi, e não menos com oito dedos em cada pé, e mão; outros a que chamam Panosienos (sic.), que quer dizer todo orelhas, por as terem tamanhas, que se embuçam nela como em um capote, como traz o mesmo Plínio no l. 7 cap. 2. Porém os viageiros, que tem corrido, e investigado todas as partes, e Nações do mundo, nos dão muitos destas notícias por fabulosas<sup>168</sup>.

O primeiro ponto que deve ser destacado é que Padilha não está desconsiderando a possibilidade da existência de raças monstruosas por um todo. Pois no livro são mencionados outros povos com características físicas extraordinárias, como por exemplo os “homens com um braço no peito, e um pé só” que são encontrados na Tartária<sup>169</sup> ou as espécies de Tritões e Nereides<sup>170</sup>. O que queremos apontar aqui é o levantamento de uma dúvida da existência de muitas das raças descritas por Plínio e replicadas em muitos outros autores, pois aquilo que foi observado pelos exploradores não corroborava estas ideias.

Conforme trataremos no próximo capítulo, a valorização da experiência como argumento retórico era algo difundido em Portugal no século XVIII, aparecendo também na visão de mundo de Padilha. Exemplo deste posicionamento do autor pode ser encontrado logo no início da obra, no primeiro tópico do primeiro capítulo, onde trata das chamadas *Simpatias*:

Suposto que grandes Filósofos negam (sic.) hoje os efeitos dos pós simpáticos, e de outros fenômenos, de que vemos a demonstração, sem conhecermos as causas, e é certo, que as ideias abstratas, e metafísicas com que argumentam, nada concluem, como diz o famoso Bacon de Verulamio, e que só as experiências do Mecanismo é que nos devem convencer. Que importa, que os efeitos sejam desconhecidos da nossa inteligência, se os virtuosos verificados na demonstração?<sup>171</sup>

Este destaque da experiência e do empirismo, presente não só nestes últimos dois trechos destacados, mas como em vários momentos do livro, aponta a visão complexa do autor. Ao mesmo tempo que ele não consegue atestar a veracidade de determinados fenômenos, dado que não houve um testemunho direto, Padilha mantém um espaço significativo para o misticismo e para a superstição em outras partes do livro. Esta ambiguidade não era exatamente algo novo, como descreve Paolo Rossi, a combinação entre a magia e ciência, ou entre o místico e o experimental foi um traço muito presente em tratados científicos e obras de alquimistas durante o renascimento<sup>172</sup>. Possivelmente a leitura destes tratados, assim como a própria amplitude e diversidade de referências utilizadas para construir o livro e o contexto português, fizeram com que Padilha desenvolvesse este posicionamento.

---

<sup>168</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 122-123.

<sup>169</sup> Ibid., P.126-127.

<sup>170</sup> Ibid., P. 324-337.

<sup>171</sup> Ibid., P. 14-15.

<sup>172</sup> ROSSI, P. O nascimento da ciência moderna na Europa. Bauru (SP): EDUSC, 2001, P. 49-50.

Como aponta Rossi, estas informações sobre formas de seres, vegetações, povos e lugares diferentes e desconhecidos passaram a gerar “problemas” na inteligibilidade do mundo, principalmente naquelas que se apoiavam em preceitos bíblicos e teológicos<sup>173</sup>. Além disso, a grande valorização a estes relatos por seu caráter empírico fazia com que estas dúvidas sobre a explicação do mundo fossem feitas por indivíduos comuns. Sendo assim, nos primórdios das descobertas, não eram somente pensadores e letrados que criticavam as explicações sobre o universo que estavam consolidadas a séculos, as experiências de pessoas simples também tinham este papel:

Inclusive a visão de novas terras contribuíra para pôr em crise a ideia da superioridade dos antigos. Simples marinheiros – afirmam muitas pessoas – são capazes de *enxergar* o contrário daquilo que filósofos gregos e até mesmo Padres da Igreja afirmaram a respeito da habitabilidade das regiões tórridas, da existência das Antípodas, da navegação nos Oceanos e da impossibilidade de transpor as colunas de Hércules<sup>174</sup>.

Voltando ao nosso exemplo, são as palavras destes viajantes que proporcionaram a Padilha, um escrivão português, a argumentação e credibilidade para criticar ideias advogadas por importantes pensadores como Plínio e Santo Isidoro. Vale lembrar que, como detalharemos mais a frente, a noção de veracidade destes relatos passou por diversas mudanças desde o século XV até o XVIII, levando a maior valorização de testemunhos feitos por cientistas ou letrados do que aqueles feitos por outras pessoas. Isto levou a criação da persona do chamado “viajante filósofo”, um indivíduo preparado para observar e descrever o que existia nestes novos territórios de maneira clara e objetiva<sup>175</sup>. Passamos agora para outro importante conceito na literatura maravilhosa, e que muitas vezes é utilizado de forma sinônima aos monstros, sobretudo aos particulares, analisemos brevemente os significados de “Prodígio”.

### 2.1.2 – Prodígios na escrita de Padilha

Se anteriormente vimos que ideia de “monstro” em Padilha se aproxima muito da visão apresentada por outros autores como Bluteau por exemplo, no caso da ideia de prodígio há algumas distinções. A definição presente no dicionário de 1728 tem uma ligação forte com a dimensão simbólica. O autor destaca o caráter premonitório que os prodígios supostamente possuíam, bem como suas características incomuns:

PRODÍGIO. Coisa extraordinária, natural, ou preternatural, ou sobrenatural, que parece persárgio (sic.) de algum bom ou mal sucesso. Querem alguns que prodígio seja antifrasi (sic.), com a qual se significa efeitos extraordinários, dos quais a natureza não é pródiga. Coisas em que não há proporção alguma da espécie com a sua causa particular, são prodígios(...). Prodígio também se toma por milagre, em vários lugares

<sup>173</sup> Ibid., P. 112.

<sup>174</sup> Ibid., P. 110, grifo do autor.

<sup>175</sup> ESGUERRA, J. C. Como Escrever a História do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2011, P. 30-31.

dos Atos dos Apóstolos se chamam *Prodígios* os milagres que os apóstolos obraram<sup>176</sup>.

Em outras palavras, a explicação de Bluteau trata o prodígio como algo não observado na natureza, que desafia o considerado normal e ordinário, e além disso, é dotado de um significado maior, podendo até possuir um caráter sobrenatural e divino. A gênese destes acontecimentos maravilhosos, conforme aponta o trecho, pode ser natural, preternatural ou sobrenatural. Podemos definir as causas naturais como sendo fruto da ordem da própria natureza criada por Deus; preternaturais como acidentes ou erros dos agentes no processo de criação que levam a essa quebra dessa suposta ordem, e sobrenaturais quando são frutos de uma intervenção divina direta<sup>177</sup>.

Entretanto, nos relatos onde Padilha traz o termo como forma de caracterizar determinado fenômeno maravilhoso, “prodígio” e suas variações são apenas uma forma de demonstrar que tal relato se refere a algo extraordinário ou incomum. Além disso, este conceito não aparece com grande frequência no livro quando comparado com a palavra “monstro”, sendo apenas empregado como um sinônimo de “maravilha”, “portento” e “raridade”, como por exemplo neste relato:

No presente ano de 1758 vemos existir junto a Serpa na Aldea (sic.) nova semelhante portento na célebre donzela chamada Benta, que a muitos anos se conserva sem comer, como é notório; e ainda se faz mais estupendo este prodígio, porque igualmente já não dorme: começou a não comer no ano de 1735<sup>178</sup>.

Diferente do significado proposto por Bluteau e Santo Isidoro, ao que os exemplos presentes no livro indicam, a noção de prodígio aqui não remete a nenhum tipo de mistificação a cerca de uma previsão ou premonição, apenas se trata de criaturas ou fenômenos maravilhosos observados. Padilha ao tratar destes relatos utilizando este conceito, não promove ou descreve alguma interpretação do significado destes acontecimentos prodigiosos. Porém, não devemos afirmar que o autor não acreditasse em tais interpretações. Conforme já mencionado no capítulo anterior, no impresso de 1756, “*Carta em que se mostra falsa a profecia do terremoto do 1º de novembro de 1755*”, publicado pelo autor sob o pseudônimo Epicureo Alexandrino, ele reconhece a veracidade de muitas premonições, grande parte delas ocorridas em sonhos. Além disso, existem relatos mistificados, ainda que estes geralmente estejam relacionados com a questão divina, porém, nestes casos não há a utilização do termo “prodígio” ou “prodigioso” para tratar do tema, como no caso a seguir:

---

<sup>176</sup> BLUTEAU, Op cit, 1712-1728, Vol. 6, P 759-760, grifo do autor.

<sup>177</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 121.

<sup>178</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 217-218.

Gaspar Bucero, e Gaspar Bruschio dizem, que em Flandes, ou em Polônia, nascera um homem com sete cabeças, algumas de cão, e de bugio, postas por diversas partes do corpo, como nos peitos, costas, cotovelos, e joelhos, e que só uma estava no lugar natural, mas também com aspecto horrendo, e com a disformidade de ter orelhas de boi. O Padre Nieremberg segue, que se não foi formado pela força da imaginação da mãe, seria por expressa determinação de Deus para alguma significação dos seus mistérios, como copiosamente trata com plena erudição o licenciado Affonso Carrança<sup>179</sup>.

Veja, nesta obra, o termo “prodígio” é sinônimo de extraordinário e incomum, deixando de lado o sentido de premonição ou presságio proposto por outros autores. Padilha não utiliza a palavra para tratar desses temas, no geral o conceito aparece em várias descrições das chamadas *Raridades da Arte*, que podem ser pensadas como relatos de obras humanas e não divinas. Visto que estas refletiam a vontade e habilidade criativa das pessoas e não de Deus. Nestes casos, “prodigioso” é colocado como uma forma de demonstrar o tamanho, beleza e complexidade de certas construções:

O Padre Martini no seu Atlas da China diz, que vira naquele Reino montanhas talhadas em estátuas de tão prodigiosa grandeza, que se lhe podia distinguir o nariz; e os olhos a uma légua de distância. E o Padre Kirker na sua *China ilustrada* diz também, que os Chinas talharam três montanhas, uma em Dragão, a outra em Tigre, e a terceira em Ídolo<sup>180</sup>.

Aqui, assim como na descrição das Muralhas e dos Jardins da Babilônia presente no livro<sup>181</sup>, a característica que torna a obra prodigiosa é a opulência e a grandiosidade desta construção. Porém não é somente tamanho e beleza que tornam determinado feito em um prodígio, a complexidade e o impacto de determinada criação também são fatores que devem ser levados em conta. A máquina elétrica<sup>182</sup>, as descobertas feitas a partir do microscópio<sup>183</sup> são exemplos de proezas chamadas de prodigiosas pelo autor. Até mesmo na introdução da quarta parte, *Raridades da Arte na Água*, Padilha destaca mais uma das “prodigiosas” criações, a navegação<sup>184</sup>.

Devemos aqui destacar que estas façanhas destacadas por Padilha foram importantes acontecimentos para as revoluções científicas acontecidas desde o renascimento até o iluminismo. Como já descrevemos, a descoberta de novos territórios e das espécies que neles habitavam instigaram novas perguntas e problemas em relação a interpretação da natureza. Entretanto, os “novos mundos” descobertos não se limitavam a somente as terras. A criação e aperfeiçoamento de ferramentas como o telescópio e o microscópio permitiram a observação

---

<sup>179</sup> Ibid., P. 135.

<sup>180</sup> Ibid., P. 274, grifo do autor.

<sup>181</sup> Ibid., P. 266.

<sup>182</sup> Ibid., P. 7.

<sup>183</sup> Ibid., P. 255.

<sup>184</sup> Ibid., P. 355-356.

da natureza sob perspectivas nunca exploradas, sobretudo sobre o estudo do micro na ordem natural, como exemplificado por Rossi<sup>185</sup>.

Padilha estava a par destas descobertas e se mostrava maravilhado com tal, chegando até mesmo a dizer que tal feito possibilitou a observação de maravilhas muito mais grandiosas do que famosas obras arquitetônicas da antiguidade:

Com um microscópio na mão acha o filósofo mais maravilhas em um vil inseto, do que em toda a magnificência, e grandeza da terra poderiam achar os olhos mais atentos. A fábrica que encerra o ferrão de uma abelha, e os olhos de uma mosca bem examinados a luz do microscópio, são os maiores prodígios, que os Colossos de Rhodes, e as Pirâmides do Egito. Com ele diz Feijó, que um inglês descobrira, que seu vestido novo estava coberto de imperceptíveis bichos, que o roíam<sup>186</sup>.

Mais uma vez percebemos que, por mais que em um momento ou outro o autor lusitano tenda a mistificar a natureza, sobretudo sob o olhar da religião, há a presença da cultura científica da época. A ciência como *maravilha* ou curiosidade não era algo novo no século XVIII, desde o fim do medievo, experimentos científicos eram apresentados como espetáculos, sem contar nos gabinetes de curiosidades e nas coleções particulares de objetos maravilhosos que possuíam grande valor cultural e social, sendo parte do que constituía as elites da época<sup>187</sup>.

Este sentimento apenas se expandiu entre as sociedades europeias durante o período barroco, conforme trataremos no terceiro capítulo. Saindo dos limites dos salões dos palácios da aristocracia e chegando até outras classes letradas intermediárias por meio das academias e bibliotecas. Obras como a que estamos estudando são evidência deste processo. Afinal, como veremos no item 2.4, a linguagem empregada neste livro era um intermédio entre o que se falava na fonte do relato e o que os leitores estavam acostumados. Sendo assim, livros como *As Raridades da Natureza e da Arte* apresentavam conhecimentos científicos de forma mais acessível e direta a um público mais abrangente.

Levando em conta estes pontos, voltamos a reflexão conceitual, agora sobre o termo “raridades” que levantamos no primeiro capítulo. Conforme mencionado, “raridade” e “raro” nas definições de Bluteau é semelhante ao atual, podendo ser interpretado como algo pouco denso, ou no sentido mais utilizado hoje que significa algo incomum, difícil de se encontrar. Em nenhum momento da obra Padilha justifica a utilização do termo ou oferece uma explicação

---

<sup>185</sup> “O fascínio despertado pelo *pequeno* e pelo infinitamente pequeno com certeza não foi menor, nos séculos XVII e XVIII, do que aquele despertado pelo *grande*, constituído pelas distâncias sem limites e pela infinitude do universo. A concepção da natureza como um *plenum formarum*, como uma infinita hierarquia de formas, ou como uma escada do Ser total e infinitamente graduada (que é uma das grandes ideias-força da cultura filosófica destes dois séculos), de per si parecia implicar a existência de realidades miúdas e invisíveis, forçosamente não perceptíveis pelas capacidades limitadas do olho humano.” (ROSSI, P. Op cit, P. 104-105).

<sup>186</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 255.

<sup>187</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 101.

mais aprofundada. Porém, é possível perceber que por vezes a utilização deste adjetivo para se referir a determinado relato parece evocar uma ideia de algo extraordinário, porém não tão impactante como os monstros e prodígios. Vejamos um trecho extraído do tópico VIII da Parte 3, Raridades da natureza na Água, Virtudes raras de alguns peixes:

Aristóteles traz por grandes raridades os peixes que voam, porém hoje há quem ignore os peixes chamados Voadores, a que Estrabão chama Andorinha do mar, e lhe atribui uma singular propriedade, e é, que depois de morta, e dependurada por uma linha em casa, aponta o vento com o bico, voltando-se sempre para onde está, como se fosse a bandeira de um campanário.<sup>188</sup>

Obviamente a existência do peixe voador ou estas características incomuns da andorinha do mar são curiosas. Entretanto, semelhante a vários outros exemplos do mesmo tópico, os fatos extraordinários relatados aqui não são tão impactantes como os exemplos de maravilhas, monstros e prodígios que mencionamos anteriormente. Em certa medida, as chamadas “raridades”, parecem estar em um patamar mais baixo, no sentido que são igualmente interessantes e curiosas, porém não são muito mistificadas ou misteriosas.

Outro ponto é que as chamadas “raridades”, por serem mais comuns por assim dizer, ao que indica, não representam um desvio ou subversão da ordem natural como por exemplo os monstros. As características que tornam os relatos raros são apenas comportamentos, aparências ou características nunca observados por aquelas pessoas, porém ainda considerados naturais, vejamos esta série de exemplos de “Raridades de aves” elencados pelo autor:

As aves do Brasil, que mudam de cores, foi quase ignorado até que a poucos anos com a curiosidade deles houve o vimos e vemos. Quem diria, que um passarinho pardo se fazia amarelo, ou azul, e que os chamados *Viuvas* não só mudariam da mesma forma as cores das penas, mas até lhe cresceriam tão demarcadamente na cauda? Não é menos extraordinário o que Julio Escaligero escreve dos gatos que voam, e das serpentes com asas no Reino de Narsinga. Thou fala de umas aves na Índias Orientais, que não tem língua, e engolem ferro, carvão, e neve. Thevenot nas suas viagens também fala de outras aves de tão demarcada grandeza, que arrebatam os Elefantes pequenos. E Marco Paulo ainda nos diz mais da força desta ave no liv. 3 das Índias Orientais no cap. 40.<sup>189</sup>

O tamanho das aves das Índias Orientais ou a cor das Brasileiras certamente eram novidades para a audiência europeia. Porém dado conhecimento da variedade de formas que a natureza poderia se manifestar, uma ave colorida ou de grande dimensão não causava o mesmo “desconcerto” ou “problema” para ontologia do mundo. Por isso que talvez o autor tenha utilizado “raridade” e não “prodígio” ou “maravilha” para tratar destes fenômenos. Ainda que o termo que carregasse a conotação de incomum e extraordinário, há também uma dimensão de que estes acontecimentos eram mais “possíveis” ou “plausíveis” pelos seus leitores, até mesmo

---

<sup>188</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 348-349.

<sup>189</sup> Ibid., P. 406-407.

para os menos supersticiosos. As raridades são apresentadas na obra como mais naturais, enquanto as demais categorias “mais subversivas” em relação a ordem, são consideradas frutos de algum desvio ou emprego de um artifício.

## 2.2 – O mágico e o maravilhoso no discurso de Padilha

Para iniciar este tópico, devemos ressaltar que desde o período medieval existia uma crença que artefatos ou animais maravilhosos possuíam características curativas e misteriosas, podendo ser utilizados com finalidades médicas ou mágicas<sup>190</sup>. Ou seja, além da questão simbólica do maravilhoso, havia uma perspectiva prática que buscava compreender e explorar os poderes destes objetos, plantas e criaturas.

Segundo Daston e Park<sup>191</sup>, estas propriedades mágicas não estavam somente ligadas as maravilhas naturais, elas poderiam ser também encontradas em objetos artificiais, nos quais o artesão buscava replicar no objeto construído estes poderes. Apesar de que relatos envolvendo estes atributos sejam comuns ao longo do livro, é nas duas últimas parte que Padilha dá um maior destaque, explicando o que é a *Magia* bem como a diferenciação entre as ditas *Magia Natural* e a *Magia Artificial*, iniciando com a definição geral do termo:

Como a Magia Natural, e artificial compreende as maiores raridades da Natureza e da Arte, não podemos omiti-las no assunto de nossa obra. Magica quer dizer sabedoria; e não é outra coisa, segundo Philon, senão aquela ciência, e perspectiva, pela qual as obras admiráveis da Natureza se manifestam aos nossos olhos<sup>192</sup>.

A explicação é bem direta, de modo geral, a magia é a compreensão dos elementos que constituem o mundo, seus poderes e características, além de como estes fatores são capazes de produzirem as chamadas maravilhas. A diferenciação entre natural e artificial é bem evidente, uma é resultado de recombinações que acontecem dentro da natureza, sem interferência externa, enquanto a outra é feita através da inteligência dos ser humano. Para exemplificar, o autor traz o exemplo do peixe capaz de curar a cegueira:

Em fim(sic.) [Magia Natural] é tudo que com causas naturais produz efeitos extraordinários, como quando Tobias curou a cegueira de seu Pai com o coração, fel, e fígado daquele monstruoso peixe, que saiu do rio Tigre para o devorar. João Bautista Porta, e o Padre Gaspar Schot da Companhia de Jesus, escreveram livros curiosos da Mágica natural<sup>193</sup>.

Este conhecimento da magia natural supostamente permitia a utilização das propriedades de certas substâncias encontradas na natureza para produzir resultados práticos.

---

<sup>190</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P.68

<sup>191</sup> Ibid., P.67.

<sup>192</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 483-484.

<sup>193</sup> Ibid., P. 484.

Como em alguns exemplos citados por Padilha, existiam ervas supostamente capazes de secar rios e lagos, de abrir portas fechadas, assim como fazer exércitos inteiros debandar do combate<sup>194</sup>, sem falar nas utilizações medicinais já apontadas. Além disso, a magia natural poderia ser utilizada para outros fins, muito mais ligados ao espiritual, como nos exemplos a seguir:

Do número destas fabulosas maravilhas da natureza são a pedra Chelonia, que arremeda a figura do olho, e se acha nas conchas das tartarugas da Índia, da qual dizem, que depois de lavarem com mel a boca, posta sobre a língua, comunica espírito profético, e faz anunciar futuros; e desta mesma categoria é a verbena, ou erva que o vulgo chama de *Urgebão*, com que se untavam os Magos, para responderem aos que os consultavam; a qual erva (segundo a superstição dos antigos) tinha virtude para se querer bem de todos, e para curar todo o gênero de males<sup>195</sup>.

Apesar de que logo em seguida a estes exemplos o autor desacredita estas propriedades mágicas, referindo a estas experiências espirituais proféticas apenas como ilusões<sup>196</sup>, fica evidente na descrição que estes objetos naturais seriam capazes de alterar a percepção daqueles que os utilizam. Não nos cabe especular a veracidade destes relatos, apenas atestar que tais efeitos só foram possíveis através do conhecimento e utilização da chamada magia natural. A combinação da sabedoria em relação a magia natural com a engenhosidade humana é o que resulta na chamada magia artificial, capaz de obras tão complexas e maravilhosas quanto as naturais:

Mágica artificial é a que com arte, e indústria humana se obram coisas, que parecem superiores as forças da Natureza, como a esfera de vidro de Arquimedes, a pomba de pau de Architas, que voavam, as aves de ouro do Imperador Leão, que cantavam, e a caveira de Alberto, que falava<sup>197</sup>.

Conforme descrito, a magia artificial é capaz de produzir maravilhas capazes de controlar e até mesmo exceder as encontradas na natureza. Porém, dado este grande poder atribuído a ela, capaz até de controlar a obra divina natural, era também motivo de cautela, como descreve Padilha no trecho seguinte:

A profissão da Mágica teve a maior estimação na antiguidade, tanto pela sublimidade da ciência, como pelo respeito das personagens, que a executaram; porém como a curiosidade supersticiosa dos homens a corromperam, com razão se fez odiosa, e abominável, e deu ocasião aos sábios escritores para distingui-la em duas sortes de magia branca, e preta; uma natural, que consiste no conhecimento, e experiência dos segredos mais excelentes da natureza, a que se pode chamar a perfeição, e consumação da filosofia natural; a outra diabólica, que procede do abuso das coisas naturais conjuntas a invocação proibida dos maus espíritos<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup> Ibid., P. 485.

<sup>195</sup> Ibid., P. 486-487.

<sup>196</sup> A crítica a estas crenças como sendo apenas ilusões demonstra o mesmo posicionamento defendido anos antes pelo autor no artigo que refutava uma suposta previsão do terremoto de Lisboa em 1755, analisado no capítulo anterior.

<sup>197</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 491.

<sup>198</sup> Ibid., P. 492.

A magia artificial era pensada como uma maneira de desafiar os limites naturais, e se a natureza era vista como representação da vontade divina, logo, cruzar as linhas do natural era também ir contra Deus. Por isso, fica evidente o tom depreciativo e até mesmo de condenação dos abusos desta prática. A magia artificial, diferente da natural, incorporava em sua prática elementos que iam além daqueles encontrados na natureza. Nos exemplos da magia natural é comum encontrar a utilização de plantas e outras substâncias combinada, a fim de explorar uma *Simpatia* ou *Antipatia* para atingir determinado resultado. Padilha detalha também esta questão, ressaltando o emprego da chamada “magia negra” através de símbolos:

É certo que não devemos atribuir estes estupendos prodígios a efeitos meramente naturais, como creem os que dão crédito ao Talismã procedido das calidades (sic.) metálicas sujeitas ao influxo das Constelações, mas sim a força das cifras ou caracteres da magia preta.

É este caráter sobrenatural ou preternatural que concede tanto poder a magia artificial, permitindo exceder os limites da natureza, assim como controlar tudo aquilo que está inserido em seus domínios. Vale ressaltar que – ao longo do texto em análise – estas produções artificiais, mesmo que por vezes desafiassem a chamada ordem natural, não eram de ao todo malignas, poderiam ser empregadas para o bem comum, como por exemplo nos seguintes exemplos:

S. Gregório Turonense refere que debaixo de uma ponte na Cidade de Pariz fora achado uma chapa de chumbo, em que estava gravada uma cobra, um rato, e uma chama, e que tanto que a chapa fora descoberta, o fogo pegara em diversas partes da Cidade, e as cobras, e ratos começaram a fazer tão terríveis estragos, que os moradores haviam resolvido desamparar suas casas; porém que fazendo-se repor a chapa no mesmo lugar que se tirou, logo cessaram as pragas. S. Jeronymo em uma Carta, que escreveu a Paulino, faz menção de uma mosca de bronze, que Virgílio fez, que afugentava a todas da cidade de Nápoles<sup>199</sup>.

No caso dos dois objetos relatados, é destacado o poder que eles possuem para controlar e repelir certos elementos e forças naturais. Entretanto, sua existência e uso não é totalmente negativa, pois são responsáveis por proteger as cidades e seus habitantes de pragas e destruição.

Sobre a moralidade falaremos com mais detalhes no próximo tópico, por ora, devemos ressaltar que as intenções e formas que a magia era empregada, tornavam a prática e o praticante condenáveis ou não. Um bom exemplo é pensar na utilização de elementos naturais como plantas, substâncias e outros nos processos curativos. Se isto fosse feito por um médico, boticário ou farmacêutico, provavelmente seria interpretado como medicina. Porém, se a mesma prática fosse realizada por um curandeiro, uma benzedeira ou outra pessoa mais simples sem um treinamento formal por assim dizer, facilmente seria considerado feitiçaria e bruxaria.

---

<sup>199</sup> Ibid., P. 494.

Continuando a análise do exemplo apresentado, é nítido que entre as práticas médicas e a feitiçaria existe uma linha muito tênue, onde um dos fatores determinantes para a classificação é justamente a moralidade e a superstição que cada uma carrega. Até mesmo Padilha atesta isso, colocando que a conotação negativa da magia artificial é puramente fruto da superstição:

Mas porque não cabe neste volume a narração de semelhantes casos, direi que a Magica artificial, ou Matemática, seria tão inocente como a natural, se uma, e outra fosse isenta de toda a superstição. Grande ideia de virtudes excitaram os números na veneração dos Egípcios, e discípulos de Pitágoras, e sobre eles não discorreram pouco as mais elevadas penas da Sabedoria e da Santidade<sup>200</sup>.

Dada esta seriedade em como os indivíduos se relacionam com a magia e com o raro, percebemos a importância das causas e processo de criação destes fenômenos prodigiosos. Naturais ou artificiais, as raridades e maravilhas sempre são fruto de combinações e recombinações de elementos existentes no mundo. Entretanto, tal explicação é generalista, cada relato analisado em qualquer um dos contextos terá uma explicação, significado e mistificação próprio. Sendo assim, cabe nos indagar sobre como estes relatos são tratados em uma obra tão vasta como *As Raridades da Natureza e da Arte*, assim como examinar mais de perto a gênese destas narrativas e conclusões.

### 2.3 Causas e explicações do “Raro”

Os monstros e prodígios, elementos daquela cultura na qual Padilha se inspirava, não surgiam do nada. Assim como, pareciam não se encaixar no que se considerava normal e natural no mundo. Portanto, parte inerente da relação das pessoas com estas supostas *Raridades* era refletir sobre a gênese delas, até mesmo pelo fato de que para os indivíduos do Antigo Regime, a suposta existência destas maravilhas tinha uma ligação com a vontade divina. Um bom exemplo de todas estas questões abordadas é a colocação inicial de Santo Isidoro sobre os “seres prodigiosos”:

Varrón (sic.) disse que prodígios são as coisas que parecem nascer contra a vontade da natureza. Na realidade, não acontecem contra a natureza, visto que sucedem por vontade divina, e a vontade do criador é a natureza de toda criação. Portanto até mesmo os gentis às vezes denominam Deus como Natureza e outras apenas como Deus. Em consequência, o prodígio não se realiza contra a natureza, mas contra a natureza conhecida<sup>201</sup>.

Analisando a partir do fim do excerto, na última frase se trata da importância de estudar estes acontecimentos maravilhosos, uma vez que são sim parte da natureza e da criação divina, porém continuam desconhecidos. Portanto, se para estes indivíduos era tão importante a leitura

---

<sup>200</sup> Ibid., P. 503-504.

<sup>201</sup> SEVILLA, S. I. de. Op cit, P. 879, tradução nossa.

da natureza como forma de compreender a vontade de Deus, havia uma grande necessidade de descobrir as causas e significados da existência destes prodígios. Voltando para a questão principal, apesar de nunca observados, estes fenômenos eram tidos como constituídos por elementos naturais, portanto, seguem em alguma medida algumas das supostas “leis” que regem o mundo. Para compreender melhor esta questão, é interessante voltarmos ao pressuposto dos quatro elementos da aristotélica, importante referência para o pensamento medieval e moderno.

Para Aristóteles os seres e entes que compunham o universo eram compostos pelos quatro elementos (Terra, Água, Fogo e Ar). Além disso, a presença e predominância um ou outro ditava as propriedades físicas assim como a classificação que ele recebia, conforme analisamos no item anterior, destacando inclusive a importância destes critérios e pensamento na construção do livro de Padilha. Porém, o que nos interessa neste tópico é explorar a maneira como estes elementos são combinados e como isso produz determinado resultado.

Os elementos naturais, além da questão classificatória, eram responsáveis por dar aos seres suas características físicas, assim como estabelecer as possibilidades de transformação que este poderia sofrer. Utilizando uma analogia, é como se os elementos naturais fossem os ingredientes, limitando quais receitas podem ser feitas e proporcionando determinadas qualidades como sabor, cor, textura etc.

O filósofo grego estabeleceu duas categorias para os movimentos de transformação da matéria, o natural e artificial<sup>202</sup>, sendo o primeiro aquele que se dá seguindo a ordem natural, sem interferência externa, e o segundo que se dá através de algum artifício ou ação de terceiro. Por exemplo, no fluxo natural uma árvore cresce, produz frutos e sementes para reproduzir, e tempos mais tarde acaba apodrecendo e se decompondo, tornando-se nutriente no solo. Enquanto em um ciclo artificial, esta pode ser derrubada, transformada em madeira, e com ela construir-se uma cadeira.

Apesar de diferentes em sua função, utilidade e principalmente dos processos que a matéria passou para atingir sua forma final, tanto a árvore quanto a cadeira continuam compostas do mesmo material. A madeira, portanto, conservam as mesmas características físicas como por exemplo o fato de queimarem quando expostas ao fogo. Em termos de classificação dentro da hierarquia da ordem natural, a composição destes entes e suas

---

<sup>202</sup> Devemos ressaltar aqui que as noções de “natural” e “artificial”, a qual se referimos não equivale as noções de magia natural e magia artificial apresentadas anteriormente, pois a própria ideia de uma “magia” já se configura como uma intervenção externa, ou seja, toda “magia” pode ser considerada artificial. Conforme descrito, a diferença entre “magia natural” e “magia artificial” estabelecida por Padilha não está na forma que esta é feita, mas sim nos elementos que são utilizados, enquanto a classificação feita por Aristóteles foca na em como a transformação acontece, sendo natural quando a própria natureza a opera e artificial quando existe uma interferência externa.

características, neste caso, apenas os coloca dentro da mesma categoria, são coisas consideradas acima dos domínios do reino mineral, porém abaixo dos reinos animal e o dos seres humanos<sup>203</sup>.

Esta noção de Aristóteles baseou muitas das formas de se estudar e compreender os monstros e prodígios. Voltando a tese inicial de Santo Isidoro, estes fenômenos e criaturas considerados maravilhosos eram frutos da combinação dos elementos, entretanto, isso se dava de uma nova forma ainda desconhecida e até então inexplicada. Por isso era importante investigar o processo que construía determinado resultado. Utilizando-se novamente do exemplo, a cadeira é fruto da transformação de uma árvore, entretanto não se pode chamá-la de maravilha ou prodígio, pois seu processo de construção é conhecido e comum ao observador.

Segundo Aristóteles, toda a natureza (lembrando que esta noção de natureza se refere àquela que ele conhecia e observava) produzia entes com elementos combinados de forma equilibrada. A existência de desequilíbrios, faltas e excessos, eram marcas do vício, assim como frutos de alguma interferência externa. Aqui percebemos uma primeira aparição da questão moral na interpretação da existência de entes e seres considerados não naturais, um traço que se conservaria nos estudos teratológicos por muito tempo, conforme evidenciado no item anterior. Não nos cabe aqui explorar detalhadamente as diferentes formas que os monstros e prodígios foram compreendidos e explicados, portanto, destacaremos algumas das importantes formas de se pensar eles que são apresentadas por Padilha em sua obra.

A visão de desequilíbrio na essência dos monstros proposta por Aristóteles está alinhada com uma percepção cosmográfica medieval que pensava o mundo como um plano centralizado, entre o paraíso e o inferno. Dado que a terra estava no meio destes dois extremos, as criações que ali existiam eram compostas por matérias e recebiam interferências advindas destes dois outros planos. Entretanto, como supostamente o mundo encontrava-se equidistante destes polos, a influência exercida por eles era equilibrada, por isso não se desenvolviam criaturas e fenômenos monstruosos.

Devemos destacar que este suposto “ponto de equilíbrio” não se refere a todo o mundo, mas somente ao local que tal noção foi desenvolvida, no caso, a Europa Ocidental. Sendo assim, é possível afirmar que estas suposições, sobretudo as relacionadas a raças monstruosas, eram baseadas em um puro etnocentrismo europeu. Até porque, uma importante fonte para o desenvolvimento destas noções desde a antiguidade eram relatos elaborados por viajantes europeus, que descreviam suas observações sobre um ponto de vista próprio, e muitas vezes replicavam seus próprios preconceitos. Este ponto é destacado por Friedman, uma vez que não

---

<sup>203</sup> KAPPLER, C. Op cit, P. 15.

eram somente questões físicas que tornavam determinado povo monstruoso, mas também suas práticas.<sup>204</sup>

Partindo disso, devemos tratar de uma questão importante para a análise e entendimento dos monstros, a moral. Como vimos anteriormente no trecho que colocava as mulheres como monstros, bem como na colocação de Friedman, não são somente critérios físicos que determinam a monstruosidade de um ser, a moralidade dele também é um atributo a ser levado em conta. Porém, se pensarmos a noção apresentada sobre como estas criaturas se formam, há também uma dimensão moral envolvida. Afinal, partindo da proposição aristotélica, o próprio desequilíbrio era considerado uma marca do vício, enquanto a boa medida era um traço de virtude. Logo, mesmo que os comportamentos de um ser não fossem considerados moralmente condenáveis, se sua composição apresentar excessos, ele pode ser classificado como monstruoso. Por fim, a questão moral complementa a dimensão etnocêntrica, pois ambas são fruto do julgamento feito por um observador a partir de suas próprias concepções e realidade. Voltando a colocação de Santo Isidoro, “o prodígio não se realiza contra a natureza, mas contra a natureza conhecida”<sup>205</sup>, esta “natureza conhecida” não se refere somente ao conhecimento sobre o mundo, mas também as práticas e interpretações comuns do observador.

Pensando na questão da cosmografia, aqui exemplificada, se os locais mais distantes do suposto centro do mundo encontravam-se mais próximos dos extremos (paraíso e inferno), por consequência sofriam mais interferência destes, levando a uma incidência maior de monstros e maravilhas nestas regiões.

Por esse fato, podemos dizer que há uma noção de um determinismo geográfico para aparição do maravilhoso. Lembrando que este determinismo não é aquele que seria desenvolvido durante a ciência moderna, que leva em conta o meio e o contexto como base para o desenvolvimento de certas espécies, fenômenos e costumes. O pensamento aqui desenvolvido aponta para uma visão mais mistificada da compreensão, baseada principalmente na moral e na religião. Um bom exemplo desta visão é a comparação do impacto que dois acontecimentos semelhantes: o terremoto de Porto Real na Jamaica em 1705 e o terremoto de Lisboa em 1755.

Embora as duas catástrofes tenham trazido mesmo nível de dano material, destruindo ambas as cidades e fazendo muitas vítimas. A tragédia ocorrida na Jamaica foi vista pelos europeus como compreensível e justificada, por conta da localização e da imoralidade que

---

<sup>204</sup> FRIEDMAN, J. B. Op cit, P.26, tradução nossa.

<sup>205</sup> SEVILLA, S. I. de. Op cit, P. 879, tradução nossa.

existia naquele local, enquanto o desastre acontecido na capital lusitana chocou a todos, visto que Lisboa era vista como uma cidade extremamente católica e correta:

Vistas das capitais da Europa, as índias Ocidentais mereciam aquilo. Um panfleto anônimo intitulado *Versos sobre os últimos terremotos dirigidos à Grã-Bretanha* anunciava que a Jamaica, assim como Sodoma, merecia qualquer destruição que recebesse. Um lugar cheio de piratas e mestiços estava pedindo para uma ação da Providência e poderia encaixar-se em qualquer explicação que a invocasse. Mas Lisboa não era tão dissoluta para merecer a atenção especial da Providência<sup>206</sup>.

Este exemplo nos demonstra a questão moral, geográfica, assim como a ideia da providência divina como atuante na realização dos fenômenos. Era comum pensar que em casos em que a moralidade, ou no caso o desvio dela, estivesse envolvido em alguma prática o resultado sofreria interferência divina, resultando em um monstro ou acontecimento prodigioso que manifestava a insatisfação de Deus perante a prática imoral. Os melhores exemplos disto, para além do terremoto de Porto Real, são os vários nascimentos monstruosos frutos de relações consideradas imorais, como nos seguintes relatos:

O Cardeal Pedro Damiano refere, que Roberto Rei de França tivera um filho com cabeça de ganso, cujo sucesso se atribuiu a casar sem dispensa com uma parenta, motivo, porque também foi excomungado por todos os bispos daquele reino. Antes das guerras civis de Alemanha diz o referido Padre Eusébio, que também se atribuiu a indicação de nascer um menino com um cutelo agudo, que lhe saia do ventre; e que igualmente se tomou pronostico(sic.) do nascimento do embusteiro de Maomé, a figura que nasceu uma criança em Constantinopla com duas bocas, quatro pés. A Arrio o representou primeiro outro menino com duas bocas, quatro olhos e dentes dobrados, e barba muy(sic.) comprida. A Lutero anunciou outro menino com quatro pés de boi, quatro olhos, nariz, e boca de bezerro, tendo no pescoço uma espécie de capelo, e coroa com sinais de cutiladas pelos braços, cujas monstruosidades persuadem serem mais sinais da Onipotência, que causalidades da natureza, como diz o mesmo autor.<sup>207</sup>

Como reforçado no fim do trecho apresentado, nestes casos a providência divina é colocada como um fator determinante na produção destes partos monstruosos, enquanto as questões naturais ficam em segundo plano. Como já apontado e analisaremos com mais minúcia a diante, a combinação de diferentes elementos naturais por meio da magia ou outra prática pode resultar na produção de acontecimentos prodigiosos, entretanto, esta dimensão de castigo ou punição divina é vista como a principal causadora destes fatos supostamente ocorridos.

Uma vez que, segundo a religião católica, toda a natureza havia sido criada por Deus e representava suas vontades, este Criador estabelecia os limites de sua criação. Isto poderia ser feito de forma direta ou através dos limites estabelecidos das propriedades dos seres e elementos da criação. Vejamos o trecho que termina a reflexão de Padilha sobre as “Raridades da Natureza na Terra”:

---

<sup>206</sup> NEIMAN, S. Op cit, P. 236, grifo da autora.

<sup>207</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 135-137.

Não há obra alguma na Natureza que não seja rasgo de uma mão onipotente, e de uma sabedoria infinita. Se com tantas maravilhas não se arrebatava a alma, bem se pode dizer, que desmente em si mesma sua própria substância, e muito mais se fará indigna da sua constituição, se não se eleva a contemplar a primeira causa de tantos portentos. Louca é a curiosidade dos homens, que se esquece do Autor destes prodígios, para indagar as raridades da Natureza.<sup>208</sup>

Fica claro que o autor destaca o papel divino na formação das maravilhas, sendo este o principal fator no processo, e ainda afirma que esta deveria ser o principal foco do interesse das pessoas em relação as maravilhas. Mesmo que Deus ao criar o mundo tivesse estabelecido as relações entre os elementos e os limites das combinações, os seres humanos e a própria natureza possuem uma certa liberdade para utilizar estes “ingredientes” que existem no mundo para criar seres e coisas. Todos estes elementos possuem propriedades próprias, bem como formas diferentes de reagir. Na obra “As Raridades da Natureza e da Arte”, Padilha aponta algumas destas características e comportamentos como parte do que chama de “Simpatias” e “Antipatias”:

Os Naturalistas atribuindo à Simpatia, ou à Antipatia os efeitos raros da Natureza, deixaram na mesma escuridade os seus milagres, sem explicarem alguma causa destes efeitos; porque davam este nome a tudo que não entendiam. Os Filósofos antigos disseram, que a simpatia eram uma semelhança, e conformidade de qualidades naturais dos humores, ou dos temperamentos, que fazem, que duas coisas se amem, e se busquem, porém ainda isso não declarava nada do que se desejava saber. Os Físicos modernos querendo declará-lo, dizem que os corpúsculos ou átomos, que exalamos em delicadíssimas partículas, produzem uma doce impressão a quem se comunicam, e que chegando ao cérebro afetam o órgão (sic.) de maneira, que sua sensação se nos faz agradável, e que ao contrário a Antipatia nos causa desgosto, e aversão<sup>209</sup>.

Várias considerações devem ser feitas sobre este trecho e tema. Primeiro ponto que devemos destacar é a pluralidade de formas de pensar envolvidos no trecho. Como veremos mais a frente, toda a obra se pauta em uma grande quantidade de fontes de diferentes sortes, utilizando argumentos de distintos contextos e paradigmas na produção do raciocínio do autor. Neste caso, mesmo que as diferentes ideias se refiram a um olhar científico, ou ao menos incorporem elementos da filosofia natural, existe uma clara amplitude temporal. O que leva o autor a produzir uma combinação de pensamentos propostos desde a antiguidade até estudos e teorias da ciência moderna. Esta combinação pode ter sido intencional, feita pelo autor como uma tentativa de apresentar aos seus leitores os vários argumentos sobre o tema, visto que, conforme apresentado no capítulo anterior, um dos motivos para a escrita do livro era recuperar e preservar parte do conhecimento destruído pelo terremoto de Lisboa.

---

<sup>208</sup> Ibid., P. 241.

<sup>209</sup> Ibid., P. 11-12.

A segunda questão que devemos explorar é a visão de que as “raridades” são muitas vezes fruto dessa relação de simpatia ou antipatia, que nada mais são do que resultados da combinação de substâncias naturais. Esta noção, conforme apontado, tem base na teoria dos elementos de Aristóteles, porém também tem ligação com a alquimia e a teoria dos humores, que discorrem sobre como a junção de diferentes componentes produzem determinados resultados. Além disso, estes preceitos argumentavam que caso o processo de desenvolvimento sofresse alguma interferência externa, como por exemplo a inserção de uma substância diferente ou um desequilíbrio daquelas normalmente envolvidas no processo, poderia resultar em algo diferente do natural. Da mesma forma que o processo de gênese poderia ser alterado por alguma intervenção, um ser já formado também poderia ser transformado através de certos artificios.

Entretanto, devemos destacar que a prática mágica não é nada mais que a utilização de reações e processos de transformação que já existiam na natureza. Em outras palavras, estas práticas eram também limitadas pelos domínios do natural. O praticante da magia buscava somente desvendar estes processos e aprender a replicá-los. Porém, a noção da época era que tal processo era dado como certo, pois vários relatos apontavam que sob certas condições e em locais específicos, esta era uma ocorrência natural, como no relato a seguir:

Em muitos Autores lemos, que em Irlanda há um lago de tal natureza, que cravando-lhe no fundo um pau, de modo que fique alguma porção de fora, passando meses, a parte que se meteu dentro da terra, se acha convertida em pedra, e a que está na água, em ferro, retendo a substância de madeira a que está fora da água. Feijó no *disc.* 2. *N.* 9. do *tom.* 7 diz que suposto não quer ser fiador deste fato, está pronto para ser da sua possibilidade; pois a conversão de madeira em ferro não parece que tem mais mistério, que a conversão do ferro em cobre, que é constante a fazem algumas fontes na Polonia<sup>210</sup>.

A apresentação destes relatos atendia a uma preocupação de produzir uma narrativa crível ou ao menos verossímil dentro da ontologia sobre a natureza e o mundo. Como no exemplo acima, a argumentação da veracidade se pauta no pressuposto que a transmutação de metais era algo natural. Portanto, seria plausível para os autores que um lago pudesse transformar um pedaço de madeira em pedra, visto que processo semelhante era aceito como fato. Em outras palavras, a compreensão do maravilhoso nem sempre se pautava em questões fantásticas, mas sim em uma ciência, no sentido mais estrito da palavra, no entendimento do funcionamento dos processos naturais. Através destes conhecimentos, as pessoas poderiam supostamente reproduzir diversos fenômenos naturais como chuvas, terremotos, ventos, raios, entre outros, como descreve Padilha em sua introdução sobre as raridades da natureza:

---

<sup>210</sup> Ibid., P.319.

O que estes disseram de mais incrível é, que houvera quem artificialmente fizera aparecer nuvens no Céu, que produziram chuva; e sair vapores da terra, que originaram ventos. Pouco menos fez Monsieur l'Emery no nosso tempo, quando produziu um terremoto artificial, e nos ensinou o modo facilimo, com que qualquer curioso o pode fazer; e não é menos admirável a experiência, que na Rússia se fez de atrair os raios com a máquina Elétrica, cuja experiência custou a vida do primeiro que fez o descobrimento<sup>211</sup>.

### **2.3.1- A “ciência”, suas variações e influências: simpatias, antipatias e magias**

Como exploraremos mais a frente, as tentativas de replicar fenômenos naturais seriam os primeiros passos para o paradigma científico moderno, pautado principalmente na experimentação e descrição minuciosa de como replicar tais processos naturais. Estes conhecimentos eram aproveitados de outras diferentes formas, principalmente na medicina e em processos produtivos que envolviam recursos naturais. Um bom exemplo são os vários relatos apresentados por Padilha do emprego das já mencionadas simpatias e antipatias na cura de certas doenças:

Muitos são os Naturalistas, que estabelecem a Simpatia na semelhança, e por isso querem que os frutos, e as plantas, que tem a forma de alguns dos nossos intestinos, sejam uteis para curar as enfermidades, que neles houver; como por exemplo o limão, que tem a forma do coração, será próprio para o alegrar: e nesta regra se pode fundar também o que passa por certo, que o óleo do escorpião sirva de remédio a sua mordedura; e que a da cobra se cure pondo-lhe (sic.) a sua cabeça esmagada na ferida; a do crocodilo, com a sua gordura; a do rato com sua carne em pó; a do cão, com seu pelo, ou língua; a do sapo, com a pedra que tem na cabeça<sup>212</sup>.

A utilização destas substâncias para fins médicos é uma forma muito clara de demonstrar como o conhecimento sobre a natureza poderia ser aproveitado para atingir determinado resultado. Nesses casos apresentados no trecho o que predomina é a chamada magia natural, onde os recursos são utilizados em seu estado mais puro, mais próximo de como são encontrados naturalmente. Porém, em outro momento do livro, Padilha descreve no capítulo chamado “Simpatia Artificial” semelhantes aplicações e efeitos. Entretanto, há uma diferença, nesta seção o que se destaca são os chamados “Unguentos Simpáticos” e os “Pós Simpáticos”, que diferente das simpatias naturais, são substâncias criadas artificialmente pelas pessoas<sup>213</sup>.

A medicina não era a única forma de se aproveitar os elementos naturais. Mesmo que os “Pós Simpáticos” estejam listados como raridade e até mesmo maravilhas da arte por Padilha, existiam outras aplicações destes conhecimentos que demonstram de maneira mais evidente o quanto a natureza poderia ser manipulada através do artifício humano, produzindo resultados variados:

---

<sup>211</sup> Ibid., P. 8.

<sup>212</sup> Ibid., P. 18-19.

<sup>213</sup> Ibid., P. 258-261.

Pintando os ovos em um pano de diversas cores, se podem igualmente tirar com as mesmas os pintos, que nascem; porque de ajudar na imaginação aos brutos, se fazem raros prodígios; o que é tão certo, que a Escritura sagrada o prova, e Santo Agostinho também o confirma, atribuindo a esta indústria a produção do boi Apis tão celebrado dos Egípcios. Dos adultérios das plantas vimos iguais assombros. Uma nogueira, se lhe enxertarem uma parreira, dará uvas; e na mesma forma a parreira nozes; e com semelhante astúcia se tem visto uvas no tempo das cerejas, enxertando nesta árvore a vinha<sup>214</sup>.

Como veremos a frente, a questão da interferência da imaginação na formação de fetos e filhotes era uma concepção muito difundida em diversos contextos. Porém por ora o que devemos destacar é o fato de que por meio do conhecimento deste processo, acreditava-se que era possível interferir por meio do artifício, resultando em algo *raro*, como no caso dos pintos coloridos apresentados no trecho. Da mesma forma, a utilização da enxertia permitia combinar características de diferentes árvores para benefícios como no caso da produção de uvas em uma época diferente ao combinar a parreira com uma cerejeira. Portanto, *a magia artificial* nada mais seria do que aprender os comportamentos e ciclos naturais, e então interferir neles ou até mesmo os corromper com o intuito de produzir um resultado diferente do considerado natural. Este processo de investigação, aprendizado e prática está muito bem resumido por Padilha no trecho a seguir:

Monsieur Hales, que averiguou com incansável indagação, que a transpiração das plantas era como a dos animais, e o modo com que transpiram, assenta (sic.) que se pode dar gosto artificial aos frutos, fazendo regar com licores cheirosos as árvores, que os produzem; e aqui temos outra prova de que o juízo humano sempre trabalha para não só igualar, mas exceder com a arte a natureza<sup>215</sup>.

Conforme sugere o texto, a descoberta que certos licores poderiam influenciar no sabor dos frutos adveio primeiramente do entendimento de como a respiração da árvore supostamente funcionava, para então se estabelecer uma relação disso com a formação dos frutos e por consequência se descobrir uma forma de interferir no processo para alterar o resultado produzido.

Algo que devemos ressaltar é a afirmação colocada na última frase do trecho, que demonstra o poder do artifício humano em construir coisas igualmente complexas ou até mesmo mais incríveis que aquelas existem naturalmente no mundo. Apesar da primazia de uma normalidade natural, isso não significa que anomalias ou desvios eram causadas apenas pelo artifício das mãos humanas, a natureza também poderia produzir estas “raridades” por si só.

Além das forças, intencionalmente utilizadas, que resultavam na manipulação da natureza e transformação de seres ou objetos, Padilha ainda traz outros exemplos de causas para

---

<sup>214</sup> Ibid., P. 290-291.

<sup>215</sup> Ibid., P. 307-308.

nascimentos e fenômenos prodigiosos. No caso das criaturas monstruosas, estas explicações se baseavam na forma em que se acreditava que os fetos eram desenvolvidos, então atribuindo uma resposta de como o processo natural havia sido corrompido, levando a um parto considerado monstruoso. A primeira explicação que merece destaque é a do Padre Nieremberg sobre como surgiam os casos de nascimentos de gêmeos siameses:

Quanto a mim parecem-me belamente as razões com que discorre o Padre Nieremberg sobre nascerem algumas criaturas pegadas, apontando para a causa destes efeitos a paridade das formas de gesso, ou de metal, com que se fazem duas figuras, dizendo que se os vasos dos moldes estiverem inteiros, sairão as figuras divididas; mas que se houver neles alguma rotura (sic.), e comunicação de um para outro, por ali correrá o metal, e ficarão pegadas as figuras<sup>216</sup>.

A comparação do útero com os moldes de gesso ou metal demonstra a dimensão simbólica de muitas das explicações do autor. Isto se dá por vários fatores, primeiramente pela forma de se pensar que o universo se desenvolve de maneira semelhante, onde as práticas artificiais imitam as práticas naturais. Não devemos deixar de lado que também há uma dimensão didática, para a maioria das pessoas desta época, onde o conhecimento científico sobre a formação dos fetos não era ainda muito desenvolvido, e mesmo que fosse, não seria acessível a um grande público, a analogia com a criação de imagens de metal é uma forma de explicação facilmente compreendida.

Da mesma forma que se pensava que as questões físicas poderiam influenciar na gestação e na transformação de indivíduos, também se acreditava que os ânimos e pensamentos tinham força para interferir nestes processos, podendo promover curas assim como mudanças nas características das pessoas. No livro, Padilha dedica um tópico específico para explorar estas questões, chamado “*Força da Imaginação*”, que inicia apresentando os seguintes fatos:

Infinitos são estes exemplos da veemência dos afetos, e apreensão do ânimo. Não deixarei em silêncio o que conte Areteo (sic.) de um melancólico, que de ver com afeto uma rapariga, sarou, e foi maravilha grande que sarasse a loucura aquele mesmo afeto, que a muitos costuma fazer loucos. (...) O P. Nieremberg assevera que sua Avó, que estando pejada [grávida], desejou morangos, e foi tão grande aflição de não poder completar o seu desejo, que pondo a mão sobre a cabeça (ação ordinária em que se aflige) nasceu sua mãe com cinco morangos naquele lugar que pôs a mão, que não só tinham a mesma forma, e cor; porém, o que mais é, que fazendo-os cortar, lhe tornaram a nascer<sup>217</sup>.

As implicâncias da imaginação das mulheres grávidas na formação anormal de seus fetos são os principais tipos de relatos presentes nesse capítulo. Apesar de se imperar uma noção de que a força ativa no processo de procriação eram os homens<sup>218</sup>, nos casos apresentados, o

---

<sup>216</sup> Ibid., P. 149.

<sup>217</sup> Ibid., P. 45-46.

<sup>218</sup> HESPANHA, A. M. Op cit, P. 113.

desvio era justificado por alguma atividade feminina. Devemos nos indagar se possivelmente esta atuação das mulheres, que levava a quebra do ciclo natural, não era vista na época como uma recusa da posição passiva que elas deveriam ter durante a gravidez, algo que supostamente seria contra as regras da natureza e da religião, o que tornaria o fenômeno imoral. O desejo das mães era compreendido como uma força que influenciava diretamente na fisiologia de seus filhos. As vontades e estímulos poderiam advir de fatores externos, não relacionados a gestação, assim como pela aparência e forma que a mãe desejava que seu filho tivesse. No primeiro caso, para além do relato do P. Nieremberg, devemos apresentar outros dois exemplos que destacam muito bem as interferências que uma mulher grávida poderia sofrer, que resultaria nas características de seu feto:

A grande memória do Cardeal de Perron se atribuiu ao grande desejo, que sua mãe, quando o trazia no ventre, teve de uma biblioteca. Uma rapariga nascida no ducado de Berry nasceu sem uma mão; porque sua mãe, quando estava prenhe, costumava a olhar para um painel, a quem a moldura cobria o braço da pintura, que parecia não ter uma mão<sup>219</sup>.

Nesse sentido, a gestação das crianças era vista como um momento sensível, onde qualquer estímulo poderia comprometer o fluxo natural de desenvolvimento. Da mesma forma que as práticas mágicas, estas alterações não eram consideradas totalmente monstruosas, como no caso do Cardeal de Perron, que não sofreu de uma má formação, mas sim nasceu dotado de uma grande memória. Para finalizar a relação entre a imaginação e os nascimentos, devemos trazer um último ponto, que é o fato trazido por Padilha que este fenômeno não é restrito as mulheres, mas sim aos animais como um todo, conforme apresenta o seguinte relato:

Não podemos duvidar da eficácia da imaginação das mães; porque até nos animais o confirma a Escritura naquele lugar, em que Jacob pôs os ramos das amendoeiras nas fontes, aonde o gado ia beber, pelo ajuste que Otinha feito com Labam, de que os rebanhos, que fossem de cor uniforme, seriam dele, e os de cores diversas tocariam a Jacob<sup>220</sup>.

A observação deste acontecimento nos animais, segundo o autor, evidencia a veracidade da força da imaginação das mães. Além das transformações ocorridas durante a gestação que resultavam em criaturas com características incomuns, supostamente havia partos monstruosos que se davam devido a desvios ocorridos durante a concepção. Nestes casos, as causas atribuídas são mistas, podendo ser naturais por assim dizer, pois certos cruzamentos, principalmente entre humanos e animais, combinariam características de ambos os envolvidos, gerando uma criatura considerada monstruosa. Porém, há também a presença da dimensão

---

<sup>219</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 47-48.

<sup>220</sup> Ibid., P. 48-49.

moral, pois estas relações eram consideradas abomináveis, então o resultado era visto como um castigo divino perante a imoralidade do ato de concepção.

Henrique Konmano nos afirma, que em Flandes nascera do ajuntamento de um homem com uma vaca um menino, que tinha perfeitamente a forma humana, que se batizara, e que fora muito virtuoso, o qual dizia sentir muitos desejos de andar pelo campo e de comer erva<sup>221</sup>.

No exemplo apresentado, o cruzamento não gerou uma monstruosidade em si, até porque o desvio se limitava a certos comportamentos do menino, sendo sua forma física considerada moral. Além disso, como discorreremos mais a frente, o fato de ele ter sido batizado demonstra uma certa aceitação, mesmo que ele tivesse nascido de uma relação imoral. Os casos de aceitação destas criaturas produto de relações imorais são exceção. Na grande parte dos casos a criatura era repudiada, e até mesmo condenada à morte junto com seus genitores, como nos breves exemplos presentes no livro:

Volaterrano assegura, que no tempo do Papa Pio III, uma rapariga torpemente se ajuntara com um cão, e parira um meio cão, com as mãos, e orelhas deste animal, e o mais de homem. Em Avinhão em 1543, cometendo igual torpeza outra rapariga, houve semelhante parto, que Francisco I mandou queimar juntamente com a mãe, e o cão, com quem se havia juntado<sup>222</sup>.

A questão da quebra da moral era algo extremamente condenável, não se devia somente sacrificar o monstro, mas também aqueles que o geraram. Devemos ainda chamar a atenção para mais um detalhe, se levarmos em conta os exemplos presentes no livro, ao que tudo indica, esta punição em relação a dita relação bestial recai com mais intensidade sob as mulheres, vejamos um exemplo onde possivelmente um homem teria cometido semelhante desvio:

Alberto Magno diz, que no seu tempo parira uma vaca um monstro com meia forma humana; e que querendo-se queimar o pastor, por se supor haveria tido torpe ajuntamento com a vaca, ele o defendera, mostrando que aquele sucesso podia ser natural por influxo de alguma constelação. Do caso não duvido eu; do tal influxo creio que muitos duvidaram<sup>223</sup>.

Primeiramente, no relato envolvendo o homem é evidente a descrição do processo de julgamento completo, no sentido em que se mostra um argumento de defesa, demonstrando a possibilidade de outro fator externo gerou a monstruosidade. Já nos casos envolvendo mulheres já se aponta diretamente para culpa delas na relação imoral, deixando de lado um espaço para uma possível especulação sobre outras causas.

Continuando na temática das interpretações dadas a estas criaturas, trazemos uma discussão presente no livro de Padilha que também fora debatida por muitos autores da

---

<sup>221</sup> Ibid., P.137-138.

<sup>222</sup> Ibid., P. 137.

<sup>223</sup> Ibid., P. 134-135.

teratologia e da literatura fantástica: o batismo e a questão da alma destes seres. Todos os animais eram considerados criaturas brutas, enquanto as pessoas eram consideradas racionais. Acreditava-se que a alma estava ligada a forma física dos seres assim como sua natureza (bruta ou racional). Portanto, um ente que combinasse estas duas características em sua fisiologia trazia um problema na questão da alma, uma vez que era bruto e racional ao mesmo tempo, porém não poderia possuir duas almas, então, qual delas prevaleceria e seria a definitiva? E como isso influenciaria na questão do batismo? Para o Padre Eusébio, citado por Padilha, a questão era direta, monstros não poderiam ser considerados racionais, independentemente da situação:

Suposto que o Padre Eusébio não admite criatura racional gerada em ventre bruto, ainda que com efeito nasça com a figura humana, como aquela que Alberto Magno fizera defesa para se não queimar o pastor que se supunha haver-se ajuntado com a rês<sup>224</sup>.

Porém a questão é mais complexa que isso, pois como vimos, há exemplos de cópulas imorais que não geram monstros, apenas pequenos desvios, como o exemplo do menino nascido de uma vaca, totalmente humano e que gostava de passear em pastos e comer ervas. Portanto, nestes casos não poderia ser atribuído uma alma bruta a estes indivíduos, uma vez que o que prevalece são as características humanas. Sendo assim, aqueles que nasciam do cruzamento entre seres humanos e animais, que apresentavam poucos desvios do considerado normal para uma pessoa, deveriam sim ser vistos como detentores de uma alma racional. Isto é o que conclui Padilha baseado nos escritos de Feijó, outro importante autor no tema da literatura maravilhosa, e após apresentar vários casos em que estas características são relatadas:

Concluindo, que não admite terceira espécie, e que qualquer feto monstruoso, é forçoso que seja criatura racional, ou bruta; pois um indivíduo não pode ter mais de uma alma; e que não há alma *média* entre racional, e bruta; e depois de elegantissimamente discorrer neste assunto, resolve, que semelhantes monstros se devem colocar dentro da nossa espécie, porque declinaram tão pouco para a caprina, que não deixa a menor dúvida de que tem a espécie humana<sup>225</sup>.

Classificar uma criatura como humana ou não, também significava conceder a ela o sacramento do batismo. Uma discussão comum após os nascimentos monstruosos de seres com traços humanos ou que tiveram em sua concepção um homem ou mulher é justamente se elas deveriam ser batizadas ou não. O batismo era reservado as pessoas, e significava a apresentação daquele recém-nascido para a religião e para Deus, garantindo a remoção dos pecados<sup>226</sup>.

---

<sup>224</sup> Ibid., P. 138.

<sup>225</sup> Ibid., P. 138-139, grifo do autor,

<sup>226</sup> Esta noção derivava de preceitos estabelecidos em Portugal ainda no período medieval. (ALMEIDA, F. P. O ritual do batismo em Portugal na Baixa Idade Média e nos inícios do século XVI. *Medievalista* [Online], nº 16, 2014).

Porém, por conta da complexidade de se definir se a alma daquele indivíduo era racional ou bruta, ou seja, humana ou bestial, não se sabia se o batismo era correto, afinal, batizar um ser com alma bestial era errado. Por outro, negar o sacramento e possivelmente privar uma alma humana desta relação com Deus também não seria recomendado, pois a manteria em pecado e possivelmente seria impedida de ingressar no paraíso após a morte. Padilha não discorre muito sobre o tema, entretanto traz em um dos relatos um caso que demonstra este dilema e preocupação em relação ao batismo:

Extraordinária forma foi a com que nasceu em Portugal uma criança em 1620 toda coberta de escamas duríssimas: houve grande dúvida, se deviam batizá-la resolveu-se que sim: morreu, e estando já enterrada, a fizeram desenterrar para a ver o Vice-Rei. Ao tirá-la da sepultura, largou toda a escama de uma mão, como se fora uma luva de ferro, achando-se o mais corpo perfeitamente formado: o que deu ocasião a novas disputas, de lhe ter, ou não aproveitado o batismo; porque se lhe não caísse água no rosto, que só tinha descoberto, é certo que não ficou batizada: o que tudo disputa o Padre Eusébio na sua *Curiosa Filosofia*<sup>227</sup>.

Este exemplo nos traz vários apontamentos a serem levados em conta na relação do batismo. Primeiramente, a discussão se deveria ser dado o sacramento a criança, apesar de não apresentados os argumentos favoráveis e contrários, é muito provável que o debate se desse em termos semelhantes ao anteriormente citado, pautando-se na especulação do tipo de alma que a criança possuía. Dado que o único desvio relatado era as escamas que cobriam o corpo, concluiu-se que deveria ser batizada. O segundo debate é se ela “aproveitou” o sacramento, na medida em que sua condição física poderia ter interferido na efetivação do contato do corpo com a água benta, possivelmente implicando em uma menor eficácia do rito. Isto era um problema, uma vez que sem a apresentação da alma para Deus e para a religião, a criança morreu, segundo os dogmas católicos, como pagã, trazendo implicações complexas no pós-morte.

Por fim é interessante analisarmos outro tipo de desvio do considerado natural, entretanto, diferentemente dos anteriormente citados, esta condição é vista muito mais como perfeição do que monstruosidade: os hermafroditas. Estes indivíduos que possuem os dois sexos em si são assunto de um tópico específico dentro da seção que trata das *Raridades da Natureza na Terra*, onde são apresentados dois tipos, o primeiro é aquele que nasce com os dois sexos e o segundo são aqueles que se transformam, nascendo como homem e tornando-se mulher e assim por diante. Para nossa análise nos focaremos no primeiro grupo. A argumentação do início do capítulo aponta para uma discussão sobre a existência desta condição, assim como a interpretação:

---

<sup>227</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 143-144, grifo do autor.

Não devemos omitir entre as monstrosidades os dois sexos juntos, que em algumas criaturas se encontram. É certo, que as leis acreditam haver hermafroditas. Riolão quer [crê], que não haja alguém tão perfeito em ambos os sexos, que de duas naturezas possa ter geração; mas no caso de haver, não seria monstrosidade da natureza, mas sim maior grau de perfeição, segundo o douto argumento, com que prova Feijó<sup>228</sup>.

Apesar de nos parecer um tanto quanto estranho a opinião dos autores citados tratar com tanta naturalidade e até mesmo positividade esta condição, se voltarmos a reflexão inicial sobre o que são monstros, fica claro a compreensão de como indivíduos nascidos com ambos os sexos podem ser considerados naturalmente “perfeitos”. Conforme já apontamos, grande parte da noção que trata da gênese de monstros está ligada a ideia de que estas criaturas foram corrompidas, e em grande parte essa corrupção se dá pelo excesso ou falta de algum elemento. Porém, se pensarmos no caso dos hermafroditas, a presença dos dois sexos em um mesmo corpo pode vir a ser interpretada como um balanço perfeito, onde homem e mulher, por assim dizer, coexistem de maneira equilibrada em um mesmo ser. Portanto, como o equilíbrio era visto como uma marca da virtude, não é de se espantar que houvesse interpretações positivas sobre estas pessoas, como a opinião de Riolão mencionada por Padilha.

Como descrito, as causas atribuídas aos monstros e prodígios, bem como as interpretações advindas de sua natureza são diversas. Esta diversidade deriva em grande parte do contexto em que estes conhecimentos foram elaborados, baseado nas crenças, epistemologias, paradigmas de pensamento, estudo e investigação, assim como a própria linguagem de cada época e local. Entretanto, esta pluralidade de concepções não é passível de comparação, uma vez que estas informações não são apresentadas da mesma maneira, ou seja, apesar de uma temática semelhante, os textos de literatura fantástica não são um gênero textual em si. Portanto, não é possível tratar destes escritos sem uma compreensão mais aprofundada em relação a estrutura e forma de produção de cada uma destas fontes utilizadas por Padilha na composição de sua compilação. No próximo tópico, abordaremos algumas destas formas de se compartilhar o conhecimento sobre este tema, um fator tão importante na historiografia do maravilhoso quanto o próprio conteúdo em si.

#### **2.4 Fontes: Como saber sobre as Raridades?**

Passamos agora para uma breve análise de algumas das tipologias de transmissão de informações que foram utilizadas por Padilha em seus estudos sobre o maravilhoso. Esta pluralidade impacta não somente no conteúdo do livro, mas também na própria forma de se

---

<sup>228</sup> Ibid., P. 163-164.

pensar estes fenômenos inexplicáveis ou “raros”, nas palavras do autor. Devido a grande quantidade de fontes de relatos mencionadas no livro, não nos cabe uma análise meticulosa de cada uma delas. Por isso, dividimos estas formas de comunicação em grupos, tendo como critério os semelhantes contextos de produção e cronologia, assim como a própria maneira e linguagem de se registrar e circular estas informações.

A primeira forma de circulação de informações que devemos destacar é a oralidade. Um grande problema de tratar sobre os testemunhos orais é o fato de que estes não possuem uma materialidade como os livros, folhetos, obras artísticas e outras fontes. Portanto não se pode acessar e analisar o meio de propagação em si, como fizemos no primeiro capítulo. Porém, o que é possível ser feito é analisar como certos contextos influenciam no interesse sobre estes assuntos, pois muito provavelmente os temas que pautavam obras escritas também pautavam as discussões orais. Desde a antiguidade existiu um interesse em discutir monstros e maravilhas, e provavelmente estas histórias e rumores circulavam por meio da oralidade. Porém, talvez o período que melhor nos permita compreender este processo de intensificação no interesse é o fim do medievo.

Com o estabelecimento de rotas comerciais com o oriente nos últimos séculos da Idade Média, a curiosidade sobre o que existia nestas terras por parte dos europeus passou a aumentar<sup>229</sup>. Com isso, as histórias dos viajantes, e daqueles que haviam participado das cruzadas séculos antes, se tornaram comumente difundidas. Visto que livros e obras escritas neste contexto eram bens restritos a um grupo seleto da sociedade, dado seu elevado custo e o fato de que poucos sabiam ler, toda essa circulação de informações se dava através da oralidade. Até mesmo literatura de viagem, que se tornaria um gênero textual muito popular devido ao contexto, tem suas raízes na oralidade.

Como exemplo, no “Livro das Maravilhas”, que narra as viagens de Marco Polo, há passagens e relatos de fenômenos que o viajante não presenciou por si mesmo, porém, escutou de habitantes de certos lugares. Sendo assim, mesmo se tratando de uma descrição escrita, há uma dimensão oral inerente ao livro, até mesmo pelo fato de que estas histórias foram contadas pelo mercador para Rustichello de Pisa, que então as organizou em um livro. Outra obra muito importante desta época, “As Viagens de Sir John Mandeville”, também deriva de uma tradição oral. Pois segundo a especulação histórica, tal viagem nunca teria realmente ocorrido, e o livro seria apenas uma criação fictícia que englobava muito das histórias que circulavam na Europa. Estes dois exemplos nos dão a dimensão da importância da oralidade para a questão do

---

<sup>229</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 32.

maravilhoso, pois conforme mencionado, o testemunho falado é a primeira forma que as histórias de monstros e prodígios são difundidas.

Voltando a tratar diretamente sobre a questão da oralidade, mesmo com o processo de popularização de escritos que ocorreu no início do período moderno, as histórias sobre maravilhas ainda tinham uma grande circulação oral. A invenção da imprensa proporcionou uma forma de se produzir textos com maior facilidade e rapidez, entretanto, dado o grande valor cultural que os rumores e relatos fantásticos possuíam, sendo parte da tradição de muitas populações, sua presença prevaleceu nas sociedades europeias por muito tempo, incluindo Portugal.

Prova disso é o relato de viagem de Charles Frédéric de Merveilleux, que descreve a jornada do francês em território lusitano durante os anos de 1723-1726. Neste escrito, o autor menciona diversas histórias envolvendo superstições, ruínas assombradas, tesouros, pessoas com poderes maravilhosos, como a mulher que possuía olhos de lince e via o interior dos corpos, e lendas, como a do “cirurgião selvagem” que supostamente existia na região<sup>230</sup>. Portanto, podemos afirmar que ainda no século XVIII, a circulação oral de relatos fantásticos, assim como mitos e lendas, era comum no reino português.

Sendo a oralidade a primeira forma que uma descrição de certo fenômeno ou criatura circula é natural a profusão de rumores e boatos. Portanto, quanto mais próximo cronologicamente um indivíduo está de um acontecimento dito maravilhoso, maior é a chance que a forma inicial de se saber sobre ele seja uma história contada de um para outro. Por esse fato, mesmo o livro de Padilha sendo uma obra escrita em um contexto de larga produção tipográfica e editorial, ainda existiam traços de oralidade muito forte em seu conteúdo, sem contar em menções diretas. Isso fica evidente na descrição de um fenômeno presente no capítulo IV das *Raridades da Natureza: Ar*, intitulado “Chuvas Extraordinárias”:

No dia 8 de Junho de 1757 caiu tanta copia de orvalho grosso nos lugares de Gondemar, Tarouca, e Lalim da Comarca de Lamego, que cobriu as árvores, de que se via caírem fios. Todos os que admiraram aquele estranho sucesso, tiveram a curiosidade de examiná-lo, e acharam, que não só na vista se representavam sobre as folhas pedrinhas de açúcar; porém que no gosto da boca tinham o mesmo sabor. Esta notícia me participou André Ferreira da Mota, Capitão mór do Tavoação, pessoa que pelo seu nascimento, e honra, é incapaz de mentir<sup>231</sup>.

Este episódio é mencionado apenas tendo como fonte o testemunho de alguns indivíduos, afinal, pois o pouco tempo transcorrido do acontecido até a escrita e publicação do

---

<sup>230</sup> CHAVES, C. B. (trad. e org.). O Portugal de D. João V visto por três forasteiros. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, P.156-166.

<sup>231</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 398-399.

livro de Padilha não foi o suficiente para que houvesse outras obras ou estudos tratando do tema. É claro que além da questão temporal, outras variáveis podem influenciar no processo de produção de textos, deixando certos relatos sem serem investigados durante anos, ou promover uma busca imediata por explicações, como no caso do Terremoto de Lisboa de 1755. Porém o ponto que queremos abordar é que grande parte dos impressos demoram um certo tempo para serem desenvolvidos, sendo assim, nesse meio tempo a única forma de se saber sobre os monstros e maravilhas, à época, era através dos rumores ou da chamada “murmuração pública”.

Outro ponto que devemos destacar é a importância de mencionar pessoa que proporciona o relato, pois isso está muito ligado ao valor que será dada a narrativa. Conforme aponta Daston e Park, por mais que as heranças da mentalidade e imaginário medieval, presentes no período moderno, apontassem para a possibilidade da existência do maravilhoso, havia uma preocupação com a credibilidade<sup>232</sup>. Para assegurar esta suposta veracidade dos relatos, os autores, principalmente aqueles da literatura de viagem, privilegiavam relatos de suas próprias experiências, e na falta destes se pautavam em testemunhos de “pessoas confiáveis”<sup>233</sup>. Vejamos um debate sobre a existência da ave chamada *Paradiciaco*, que é descrito por Padilha:

A ave sem pés chamada *Paradiciaco*, que se cria nas Filipinas, quer Carlos Cluzio desmentir-lhe esta propriedade; porém os espanhóis certificam, que é verdadeira; e são boas testemunhas, pois são suas as Conquistas daquelas Ilhas; e entre muitos Autores, que afirmam, diz o P. Nieremberg, que não só falara com pessoas, que as viram cair mortas; porém que ele mesmo examinara algumas, que lhe trouxeram secas, e ficara inteiramente certificado, porque lhe não achara rasto algum de sinal para poder entender, que tinham cortado os pés<sup>234</sup>.

No trecho, a ideia proposta por Carlos Cluzio é refutada através de um rol de argumentos que vão desde questões experimentais e de observação, como as conclusões do Padre Nieremberg, mas também testemunhos de habitantes e colonizadores, a quem é dada uma autoridade do conhecimento, uma vez que habitam o local que a ave existe. Porém, em todo o excerto, o principal argumento é a autoridade do Padre Nieremberg, uma figura que é tida por Padilha como confiável, logo, suas afirmações merecem credibilidade.

Conforme destacam as autoras Daston e Park, a credibilidade de relatos nas sociedades modernas, principalmente naquelas consideradas “cientificizadas” como as europeias a partir dos séculos XVI e XVII, dependia de vários fatores<sup>235</sup>. O primeiro é o social que rotula certos indivíduos como mais ou menos confiáveis com base em características como posição social,

---

<sup>232</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 62.

<sup>233</sup> Ibid., P. 63.

<sup>234</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 404-405.

<sup>235</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 249-251.

religião, estudo, posses materiais e até mesmo a honra dele. Ao mesmo tempo, o advento da ciência moderna trouxe uma preocupação metodológica e epistemológica. Dentre os séculos XVII e XVIII, houve uma crescente valorização de relatos mais objetivos e diretos, que detalhassem as questões físicas e comportamentais dos fenômenos e criaturas maravilhosas, sem utilizar uma narrativa romantizada, como as dos folhetos. Por fim, ainda existe uma dimensão metafísica da veracidade dos monstros. Não basta o relato parecer verídico, o fenômeno relatado tem que ser crível, ou seja, tem que se encaixar no entendimento ontológico do mundo que a sociedade daquele contexto possui, ele deve estar dentro da ordem e das leis naturais que as pessoas têm como verdadeiro.

A oralidade não se limitava somente a circulação primária destas histórias, servindo de fonte para obras escritas, mas também é uma forma de difusão de informações já escritas. Portanto, escritos populares e facilmente acessíveis, como folhetos e jornais por exemplo, possuem uma proximidade muito grande com circulação oral de informações. Estes impressos menores eram produções comuns no período moderno, e devido as suas pequenas dimensões e preços, eram acessíveis um grande público. Dado o grande interesse sobre o maravilhoso, foram escritas uma quantidade significativa destas breves publicações que relatavam fenômenos prodigiosos e principalmente aparições monstruosas. Entretanto, apesar destas publicações populares tenham sido feitas em grandes números, não existem muitos exemplares disponíveis em arquivos.

Ao analisarmos folhetos da época disponíveis percebemos algumas destas características, como os pequenos caracteres, provavelmente utilizados para poder colocar o maior tamanho de texto possível dentro das limitações do tamanho do papel, além da própria qualidade da impressão, geralmente grosseira. Para além disso, a forma de descrever os supostos monstros é semelhante a utilizada por Padilha, vejamos neste trecho retirado do impresso *Relação de um horrível e formidável monstro, que apareceu no Império da Turquia no presente ano de 1735*:

Era ela na grandeza semelhante a um Elefantes: tinha cabeça comprida, desproporcionada, e feia, os olhos mais largos, que redondos, as orelhas eram bem formadas, ainda que muito pequenas, respeitando a sua corpulência, entre as ventas do nariz lhe nascia uma ponta, que teria de comprimento cinco até seis quartas, e começando grossa, e torneada, acabava em uma volta à maneira de alfange Damasquino, muito sólida, e negra; a boca larga, e horrível, com uns dentes ainda que não desproporcionados, muito agudos, e penetrantes; desde o pescoço até a frente tinha uma casta de conchas, como escamas: junto das orelhas lhe saiam umas peles até a entrada das mãos muito grandes, e brandas, que o faziam mais formidável(...)<sup>236</sup>.

---

<sup>236</sup> Autor desconhecido. *Relação de um horrível e formidável monstro que apareceu no Império da Turquia*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1735, P. 6. Disponível em:

No geral, a linguagem é semelhante a utilizada por Padilha assim como por muitas outras obras que tratam do tema do maravilhoso, entretanto, estes folhetos possuem algumas particularidades. Primeiramente podemos destacar o reiterado uso de termos como “horrível” ou “formidável”, que buscam provocar sentimentos nos leitores, diferente de descrições mais objetivas, que teriam maior foco em apontar as características da criatura. Também devemos destacar que é comum encontrar nestes panfletos representações visuais dos monstros. No exemplo citado, o exemplar digitalizado não conta com tal imagem, entretanto, em outro exemplo de folhetim sobre monstros, intitulado *Monstro Prodigioso que apareceu no Reino do Chile* de 1751, logo na capa é possível encontrar estampada uma gravura da criatura:

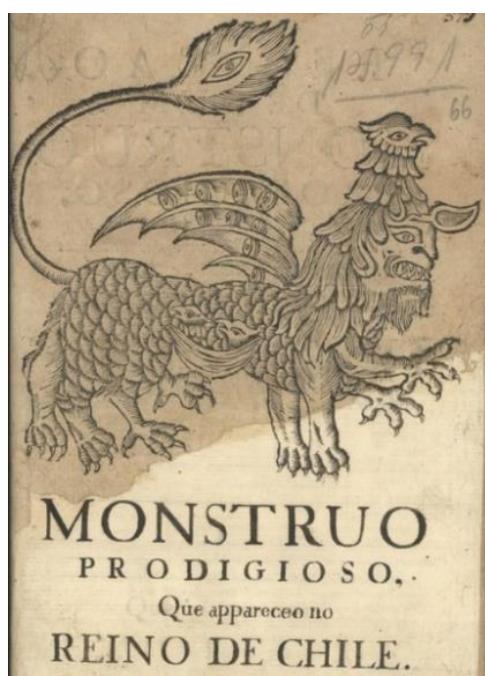


Figura 5 - Capa do folheto *Monstro Prodigioso que apareceu no Reino do Chile* (1751)<sup>237</sup>

A presença de gravuras nestas obras pode sugerir que elas eram usadas como uma forma de chamar a atenção de um possível leitor, que então acabava adquirindo ou pegando o folheto para ler. Outro motivo para a inclusão destas iconografias era permitir que outros indivíduos que não soubessem ler, ou apenas escutassem uma leitura pública do texto, pudessem compreender e imaginar o monstro que está descrito. Continuando nesta temática, é interessante especular o motivo pelo qual praticamente não existem figuras no livro de Padilha, visto que há um rol muito vasto de desenhos e gravuras de monstros produzidas desde o período medieval.

---

<[http://www.rhinoresourcecenter.com/index.php?s=11050f4d55d8217636dfd63efc42d13f&act=refs&CODE=ref\\_detail&id=1165240210](http://www.rhinoresourcecenter.com/index.php?s=11050f4d55d8217636dfd63efc42d13f&act=refs&CODE=ref_detail&id=1165240210)>.

<sup>237</sup> Autor desconhecido. *Monstro Prodigioso que apareceu no Reino do Chile*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1751, P. 1. Disponível em: <<http://purl.pt/21763>>.

As razões para a não inclusão destas fontes podem ser custo e materiais, pois, incluir uma imagem para cada relato acarretaria num aumento significativo no número de páginas.

Um terceiro ponto é a extensão do relato. O folheto é composto por oito páginas, sendo a primeira delas a capa e as demais o relato em si. Portanto, a descrição começa com alguns apontamentos sobre a natureza como um todo, passando então a contar minuciosamente a história da descoberta do monstro. Neste caso em específico, há toda uma narrativa falando sobre como o escravo que descobriu a criatura teria ido trabalhar, então escutou o barulho e fugiu, seguido da volta dele com seu senhor e mais alguns homens, e assim por diante. O que devemos perceber é que há toda uma narração, romantizada que cria uma expectativa no leitor, revelando as características da fera somente na penúltima página. Diferente dos relatos escritos no livro de Padilha, que partem direto ao ponto de caracterizar a fisiologia ou comportamentos testemunhados.

Esta diferença no tamanho da narrativa pode ser fruto de diferentes fatores. Os relatos podem ter sido “resumidos” por Padilha como forma de serem mais breves e ocuparem somente alguns parágrafos do livro, não se estendendo mais do que uma ou duas páginas. Outra questão é que Padilha tem um grande apreço pela experiência e observação nos relatos, que são preceitos muito mais ligados a objetividade encontrada em tratados e obras de alquimia do que ao caráter cultural e popular e folclórico presentes nestas publicações. A popularidade destes escritos está ligada ao contexto favorável para produção e consumo destas publicações. A primeira das circunstâncias é justamente a mudança na forma de se produzir obras escritas. Com invenção e difusão da imprensa no início do período moderno ficou fácil produzir e replicar em larga escala as publicações. Porém este não seria o único motivo que resultaria na expansão destes escritos, nem mesmo a imprensa seria a única “revolução” que estes estudos sofreriam.

Segundo Daston e Park<sup>238</sup>, este crescente interesse sobre obras relacionadas ao maravilhoso no início do período moderno se deu por uma conversão de fatores. O primeiro deles é a popularização da literatura de viagem desde os meados do século XIII, conforme mencionado. Porém, com as viagens de expansão marítima e o descobrimento das novas espécies de fauna e flora, assim como povos e territórios americanos por parte dos europeus, expandiram ainda mais o interesse por obras desta temática. Da mesma forma, durante o renascimento, as concepções sobre a natureza passaram por intensas reformas. A ciência prática, da qual devemos destacar principalmente a medicina e a farmácia, buscava através da experimentação desenvolver novos remédios e tratamentos. No mesmo contexto, a chamada

---

<sup>238</sup> DASTON, L. PARK, L. Op cit, P. 148.

filosofia natural, de caráter mais teórico e especulativo, também passava por um processo de valorização de uma observação e descrição mais padronizada, produzindo uma linguagem mais geral que poderia ser compreendida por diferentes estudiosos.

Conforme Paolo Rossi<sup>239</sup>, uma das principais pedras fundadoras da ciência moderna era a veracidade não mais assegurada somente pela credibilidade de quem escrevia. A comprovação se dava pela evidência experimental e a demonstração daquilo que se relatava. Portanto, para facilitar a comunicação destes experimentos e a socialização destas informações em diferentes espaços, como as academias de ciência por exemplo, houve a necessidade de se desenvolver uma nova linguagem descritiva que não fosse figurativa, como a presente na alquimia. Além disso, a magia havia como principal ponto o resultado, dando uma maior liberdade para que seu executor adequasse os métodos da prática para alcançar determinado. Por outro lado, o experimentalismo científico moderno, conforme sugeria Bacon, deveria focar em fazer desaparecer estas variações e diferenças de execução, o que também implicava na mudança da linguagem<sup>240</sup>. Sendo assim, a herança experimentalista da alquimia permanecia na visão filosófica da ciência moderna, porém em termos pragmáticos e de linguagem, era operada de maneira diferente.

Conforme mencionado, estas mudanças na forma de se descrever a filosofia natural deriva diretamente da forma de socializar estes conhecimentos. Se antes o saber era limitado a um grupo específico e regido por instituições ligadas a Igreja, sua linguagem tinha elementos mais figurativos, pois devia ser compreendida somente por aqueles que fossem versados ou formados no tema. Porém, no contexto a partir do século XVI, com a crescente valorização das ciências práticas, os cientistas práticos, representados não somente pelos alquimistas, mas também pelos mecânicos, filósofos naturalistas, cirurgiões e artesões, passaram a se organizar em sociedades independentes, como os Liceus, para discutir estas questões, assim como produzir conhecimento referente a estes temas sem interferência da epistemologia da igreja<sup>241</sup>.

Isso fez com que certos debates sobre a filosofia natural, ciências e os próprios monstros e maravilhas, saíssem de dentro do ambiente acadêmico e tornassem acessíveis a um público mais amplo, assim como promoveu mudanças na linguagem dos escritos sobre o tema<sup>242</sup>. O contínuo interesse no desconhecido e maravilhoso, assim como a mudança na linguagem e noção de veracidade de um relato, promoveu a criação da figura do chamado “Viajante

---

<sup>239</sup> ROSSI, P. Op cit, P. 56.

<sup>240</sup> Ibid., P. 56.

<sup>241</sup> Ibid., P. 55.

<sup>242</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P. 149.

Filósofo”. Segundo Jorge Canizares-Esguerra, com o passar do tempo os relatos baseados em testemunhos de “homens de confiança” e os escritos de viajantes no geral, passaram a gerar muita dúvida e desconfiança em relação ao valor da narração presente nestes testemunhos<sup>243</sup>. Como consequência, passou a se propor que as descrições de criaturas, locais e fenômenos, sobretudo os presentes nos recém-descoberto “Novo Mundo”, deveriam ser feitos em uma linguagem menos mística e figurativa, visando uma maior objetividade e até mesmo um certo nível de “padronização”, para facilitar a discussão das descobertas nas sociedades científicas<sup>244</sup>. A ideia de colocar um “filósofo” especialista para relatar o que podia ser observado em determinada localidade, era uma forma de tentar produzir um testemunho (ou até mesmo ilustração) mais fiel possível ao real, com o intuito de reproduzir na mente daqueles que lessem estas fontes uma experiência mais verossímil possível do que supostamente havia ocorrido<sup>245</sup>.

Na obra de Padilha, estes escritos não aparecem com tanta substância, com exceção de alguma ou outra menção a André Thevet por exemplo, importante cosmógrafo que viajou o mundo para compor seus livros. Porém isso não significa que esta linguagem não esteja presente em certos relatos. Se o “Viajante Filósofo” em si não é predominante, há uma grande quantidade de relatos que citam como fonte jornais de ciências ou anais produzidos pelas sociedades científicas europeias, demonstrando que o autor acessava em seus estudos estes escritos. Vejamos alguns exemplos de acontecimentos prodigiosos relatados por jornais científicos franceses:

No Journal des Scavans achamos o que se segue: Uma mulher de cinquenta anos, que nunca logrou saúde, lhe acharam o coração sem pericárdio. Uma rapariga da Cidade de Sens, que morreu em idade de oito anos, tinha dois corações; e o mesmo se achou em duas diversas pessoas mais. *História da Academia de França, ano de 1700, pag. 39*. O mesmo Journal des Scavans do primeiro de Março de 1677 diz, que no coração do Papa Urbano VIII fora achado um osso, e uma espécie de ovinhos no cérebro<sup>246</sup>.

Apesar do relato ser transcrito por Padilha, o que por consequência faz com que a forma que ele se apresenta seja alterada, podemos perceber notáveis mudanças na linguagem. Primeiramente pela utilização de termos como “pericárdio” vindos de uma linguagem científica já padronizada. Além disso, é perceptível a objetividade na narrativa, que descreve de forma direta o que foi observado fisicamente, sem chamar nenhum dos indivíduos por adjetivos mistificados como “monstro” ou “monstruoso”, ou promover qualquer tipo de julgamento moral sobre a causa de determinado desvio. Também devemos destacar que as observações que

---

<sup>243</sup> ESGUERRA, J. C. Op cit, P.30.

<sup>244</sup> Ibid., P.33.

<sup>245</sup> Ibid., P. 31-32.

<sup>246</sup> PADILHA, P. N. A. Op cit, 1759, P. 59, grifo do autor.

estão relatadas são frutos de experimentos, autópsias realizadas nos corpos, que provavelmente foram feitas sob um método específico estabelecido.

A existência de estudos independentes como estes, que analisavam “anomalias” supostamente observadas, assim como os monstros e maravilhas, acompanharam o desenvolvimento da ciência moderna. Desde o século XVII, com a expansão das sociedades científicas, houve um aumento na produção deste tipo de obra, proporcionando um aumento na difusão de tratados científicos e filosóficos sobre estes fenômenos em língua vernácula<sup>247</sup>. Além disso, os estudos sobre o maravilhoso foram parte importante no desenvolvimento da história e filosofia natural, pois a compreensão destas anomalias contribuiu para o entendimento do curso considerado “normal” da natureza<sup>248</sup>.

Para finalizar a discussão deste item devemos destacar um ponto de convergência de todas as fontes e formas de descrever o maravilhoso mencionadas, que é seu processo de formação. Ainda que, conforme apontado, haja uma pluralidade nos elementos que baseiam cada uma das abordagens, narrações e maneiras de difundir o conhecimento, estas condições são totalmente dependentes de seu contexto. Não se pode falar somente em uma dimensão epistemológica ou ontológica na produção de uma visão de mundo e aceitação de uma narrativa como verossímil. Afinal questões tecnológicas, como a invenção da imprensa que revolucionou a forma de se produzir escritos; econômicas, como o acúmulo de capital burguês durante o mercantilismo que proporcionou o mecenato; e sociais, como as instituições clericais e de estados, além das agremiações, liceus, academias e sociedades científicas, também influenciam em como a leitura natural é feita.

Estes impactos são percebidos em todas as etapas, desde a observação do suposto fato, até sua comunicação ou difusão, até a forma com que os leitores recebem e interpretam o relato, assim como nas possíveis implicações que isso pode gerar no âmbito ontológico e epistêmico. Os locais onde estas mudanças são mais perceptíveis, são principalmente a linguagem e a materialidade, pois são os principais veículos que estas informações são transportadas por assim dizer, assim como são os mais facilmente observados nas fontes históricas disponíveis. Estes são os principais pontos fortes da obra em estudo, afinal, a compilação produzida por Padilha nos dá a dimensão da diversidade que os escritos sobre o maravilhoso ou *raro* podem possuir. Tendo isso em mente, nos cabe agora uma breve reflexão sobre como podemos pensar o posicionamento do autor perante o tema, assim como pensar a relação entre obra e contexto.

---

<sup>247</sup> DASTON, L. PARK, K. Op cit, P.217-218.

<sup>248</sup> Ibid., P. 222.

#### **2.4.1 - As Raridades de Padilha: Como o autor pensa o “Raro”?**

Conforme descrevemos, a obra de Padilha não foi feita com o intuito de ser um estudo filosófico que buscava propor conceitos ou interpretações sob a temática do que o autor chama de “*raridade*”. Isto não significa que não possamos extrair desta compilação de relatos, estudos e experiências uma visão própria dele sobre os monstros, maravilhas, prodígios e assim por diante.

A perspectiva de Padilha sobre o assunto deriva sobretudo de suas fontes, ou seja, das referências utilizadas para compor a obra. Dado que o autor quis trazer todos os relatos de que “se tinha notícia”, há uma amplitude de discursos envolvidos na escrita, refletindo posicionamentos de diferentes contextos temporais e paradigmas de pensamento. O resultado é uma perspectiva marcada pela curiosidade de investigar estes fenômenos, que hora é explorada pelas lentes objetivas de uma ciência moderna ainda nascente no século XVIII, e em outros momentos tem uma influência direta de uma superstição e misticismo característicos do imaginário português. Portanto, o conceito de *raridades*, assim como a definição de maravilha que apontamos, não parece ter muita relação com a explicação de tal fenômeno. Mas sim é uma categoria que trata do sentimento de mistério, fascínio e desejo de busca por respostas, que é suscitado pela noção de que tais fenômenos ou criaturas existem no mundo.

Sobre a diversidade de ideias e fontes presentes, por mais que possa parecer contraditório o fato de tais posicionamentos tão distintos estarem combinados em um único estudo, o contexto intelectual lusitano da época nos mostra que este resultado é natural. Na medida que em Portugal no século XVIII, conhecimentos de distintas fontes circulavam dentro do reino, ao mesmo tempo que se estabelecia uma crescente valorização do estudo e da cultura escrita. Esta variedade de pensamentos disseminados entre a população nos faz ainda pensar se a compilação de uma ampla gama de discursos não teria sido uma estratégia do autor em atingir uma audiência maior. Visto que desde os mais conservadores letrados até os mais ilustrados, encontrariam no livro *As Raridades da Natureza e da Arte*, enunciados que corroborassem suas visões de mundo.

Sendo assim, para então podermos traçar os reais significados e repercussões desta obra neste contexto, devemos adentrar mais na explicação do contexto literário, intelectual e das disputas permeavam dentro deles, por conta das implicações sociais e políticas que estas ideias tiveram em Portugal no século XVIII, tema do próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – As pessoas, as ideias e as “raridades” em Portugal**

Conforme apresentamos no capítulo anterior, os conteúdos, perspectivas e descrições presentes na obra *As Raridades da Natureza e da Arte* são diversos, tendo como base diferentes formas de pensamento. Neste capítulo nosso objetivo é compreender com mais detalhes o que essa pluralidade representava no contexto português do século XVIII, em outras palavras, como o livro foi lido e quais as conclusões destes leitores? Em certa medida, esta investigação conclui a análise da obra, afinal, no primeiro capítulo tratamos sobre a produção do livro e sua materialidade, no segundo o resultado deste processo na forma do conteúdo e agora exploraremos a repercussão da obra.

Apesar do questionamento que guia esta etapa da pesquisa ser relativamente sucinto e direto ao ponto, não significa que a pergunta é facilmente respondida. Baseado em buscas em arquivos, se percebe que não existem escritos datados dos anos posteriores a publicação de Padilha que mencionem o livro, fazendo qualquer crítica ou elogio. Os únicos textos em que observamos a conclusão de terceiros sobre a obra são os já mencionados pareceres dos censores, que podem ser aproveitados para nossa investigação, entretanto são pautados em opiniões de grupos muito específicos, o que torna limitada a perspectiva de análise da repercussão.

Sendo assim, nosso foco é pensar na repercussão do livro em um “grande público” assim por dizer. Ou seja, nas leituras feitas fora dos parâmetros das instituições, mesmo que existisse uma influência destas na forma de pensar dos portugueses. Devido ao fato de não existirem fontes históricas que nos possam oferecer estas informações diretamente, tentaremos inferir possíveis interpretações tomando como base os diferentes leitores que existiam em Portugal no século XVIII. Para isso, traçaremos um breve retrato do contexto intelectual e epistemológico da época, levando em conta suas implicações práticas na política, assim como as disputas travadas neste meio.

A reconstrução deste contexto se dará em quatro etapas. Na primeira delas investigaremos o reinado de D. João V, sobretudo suas políticas e práticas ligadas a cultura escrita, as artes e o processo de “modernização” do reino português desenvolvido na primeira metade do século XVIII. Além disso, buscaremos analisar as heranças deixadas pelo monarca após sua morte, como a construção do palácio de Mafra, a expansão da biblioteca real e a organização de instituições importantes na cultura escrita portuguesa como a Academia Real de História.

O segundo tópico terá como tema a sociedade portuguesa em si, ou seja, compreender quem eram as pessoas do reino, suas sociabilidades, as formas de comunicação e transmissão

de ideias e informações. A questão que margeia toda esta etapa é: Quem eram os leitores portugueses? Pensando principalmente aspectos pragmáticos sobre quais grupos sociais possuíam hábito de leitura, tinham acesso a livros e seus interesses. O terceiro item tem uma relação muito próxima com o segundo, afinal o intuito é apresentar a cultura e as formas de pensar dos portugueses. Ou seja, levando em conta o fluxo de ideias no Reino Lusitano, traçaremos alguns dos principais paradigmas de pensamento existentes e disponíveis para as pessoas naquele contexto, assim como as ligações institucionais e sociais que cada um deles possui.

A última parte desta contextualização será compreender as implicações práticas desta amplitude de ideias e visões de mundo existente no Reino. Pensaremos como as pessoas, moldadas e incentivadas por sua posição social, institucional e sua forma de pensar, agem dentro da sociedade. Transformando assim o que antes era um debate teórico em disputas práticas entre grupos e classes sociais. Tomaremos como principal exemplo de estudo o reinado de D. José I, marcado por estas contendas, sobretudo durante o período pombalino e a instituição de um suposto “despotismo esclarecido”, assim como as diversas políticas desenvolvidas nesse período que impactaram de alguma forma o pensamento e cultura escrita em Portugal.

Concluída esta breve reconstrução da sociedade lusitana, abordaremos em um último tópico as possíveis leituras do livro de Padilha. Conforme mencionado, este item terá um caráter mais especulativo dada a ausência de fontes que abordem a questão. Portanto, as interpretações que serão propostas estarão pautadas na contextualização feita anteriormente, pensando quais indivíduos compunham o público principal do autor, os usos dados a obra e a possível repercussão e legado da publicação.

### **3.1 A herança de D. João V**

Após a morte de D. Pedro II no final de 1706, o trono português passou a ser ocupado por D. João V, oficialmente coroado no ano seguinte, 1707. Conforme mencionado no primeiro capítulo, durante o reinado do monarca, que durou até 1750, foram desenvolvidas várias práticas que buscavam modernizar culturalmente o reino lusitano. O crescente fluxo de riquezas advindo da exploração das minas brasileiras permitiu que a coroa investisse grandes quantias em aquisição de obras de arte, livros, objetos em geral. Assim como o patrocínio de políticas públicas para produção de obras escritas portuguesas e construções. Este período, é comumente chamado de “Luzes Joaninas”, visto que foi um dos primeiros momentos que os ideais iluministas se desenvolveram em Portugal, foi uma tentativa de amenizar ou até mesmo

extinguir o suposto atraso intelectual e cultural lusitano, que rendia o apelido de “Reino da Estupidez” a nação segundo alguns estrangeiros.

Devemos ainda ressaltar outro aspecto relacionado a este processo, a figura do próprio D. João V. Apesar da preocupação em relação a ideia de que Portugal era um reino “atrasado”, parte da motivação para estas políticas de estado tinha um caráter pessoal para o Rei e a corte. Afinal, como apontado por Marcos Aurélio Pereira Pereira, a cultura barroca que imperava no Reino, que detalharemos mais a frente, colocava a pompa e o cerimonial como principais traços de demonstração de poder e riqueza<sup>249</sup>. O sucesso econômico português por conta da exploração colonial não era o suficiente para tornar Portugal uma grande nação, havia a necessidade de um desenvolvimento cultural e artístico como o presente em outros reinos, principalmente no francês.

A França era vista como o berço das modas por assim dizer, era o local que possuía os objetos e práticas mais “atualizados”, que então eram adotados pelos demais reinos europeus. Por exemplo, em 1726 quando Francisco Mendes de Góis viajou a França a serviço da Coroa portuguesa, foi instruído a observar os modos que o monarca francês se comportava e os itens que utilizava durante as refeições. Detalhando como eram as práticas em diferentes ocasiões, como ao ser acompanhado pela rainha, na presença de visitantes ou em outros locais durante as viagens, além da baixela utilizada<sup>250</sup>. Este pedido tinha como intuito deixar a realeza a par das práticas de etiqueta consideradas mais modernas, bem como auxiliar na encomenda de novas baixelas e buffet para D. João V.

Assim como os costumes e utensílios, as roupas e joias da corte joanina também seguiam a moda francesa. Sobretudo nas indumentárias femininas. Eram exibidas muitas cores, bordados e pedras preciosas advindas das colônias<sup>251</sup>. Mesmo que nem todos os itens fossem importados, até mesmo as produções dos artesãos portugueses buscavam imitar o estilo observado na corte francesa. Este processo de atualização da corte portuguesa aos moldes da francesa reforça a ideia de que as políticas joaninas para a modernização do reino tinham como principal intuito mudar a imagem do reino no estrangeiro.

Para além da imagem da Coroa, certos investimentos feitos para trazer novidades a Portugal estavam relacionados com gostos e preferências pessoais de D. João V. Segundo o embaixador francês René de Mornay, o rei possuía um “desejo de aprender”<sup>252</sup>. Entre os

---

<sup>249</sup> PEREIRA, M. A. *Vivendo entre cafres: A trajetória do conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, P. 266.

<sup>250</sup> SILVA, M. B. N. D. João V. Lisboa: Temas e Debates, 2009, P. 90-91.

<sup>251</sup> Ibid., P. 134-135.

<sup>252</sup> Ibid., P. 128.

passatempos do monarca estavam as atividades científicas, como a astronomia e matemática, evidenciados pela quantidade de ferramentas como óculos, telescópios, barômetros, sextantes, entre outros, adquiridos pela coroa nesta época. Além disso, especula-se que D. João V teria patrocinado o projeto de Bartolomeu de Gusmão de construir uma “máquina voadora”, que além de não obter sucesso, foi alvo de muita ridicularização de seus contemporâneos<sup>253</sup>.

O “desejo de aprender” do rei também se manifestava no seu principal passatempo: a leitura. Relatos da época descrevem que D. João V passava grande parte de seu tempo livre lendo e estudando, o que fez com que o monarca gastasse significativas quantias na compra e produção de livros<sup>254</sup>. O principal símbolo deste investimento foi a Biblioteca Real que existia desde o século XIV, porém se encontrava em más condições. Sendo assim, parte importante da política joanina de modernização do reino foi justamente expandir e reformar a biblioteca real, que como resume Lilia Moritz Schwarcz, tinha vários objetivos e passou por diferentes etapas:

Seria, porém, d. João V (1706-1750), em tempos de paz e riqueza, que se dedicaria com mais afinco a sistematizá-la e aumentá-la. A promoção deste tipo de instituição representou, por um lado, questão de prestígio para a realeza, e era paralela ao mecenato que soberanos e nobres empreendiam nas cortes europeias. As monarquias se apresentavam a partir de suas livrarias, como se a cultura presente nesses acervos projetasse a própria imagem do soberano. Por outro lado, uma biblioteca respondia também a problemas concretos, como é o caso do desenvolvimento de estudos geográficos e cartográficos que se referiam ao conflito luso-espanhol nos domínios e limites da América do Sul. Com tantos incentivos, motivos e facilidades materiais, d. João trataria, em primeiro lugar, de reformar o local, mandando construir longas e resistentes estantes, que “se cruzavam como em ruas de quatro faces que podiam comportar 20000 volumes”. E a tarefa era de monta, pois, em 1712, tendo como auxiliar imediato o padre José Caetano de Souza, pouco restava da antiga coleção dos Bragança, espoliada nos tempos do domínio espanhol. A Biblioteca, até então em má situação, mudou-se para um novo local, cuja edificação se iniciara nesse mesmo ano de 1712 e acabou onze anos mais tarde, em 1723<sup>255</sup>.

Como fica evidente, além do interesse do rei pela prática da leitura, a Biblioteca Real também era dotada de um valor simbólico. Era parte da representação do poderio da Coroa perante outros reinos. Além dos livros, a biblioteca comportava coleções de obras de arte, tapetes, relógios, instrumentos matemáticos, entre outras peças<sup>256</sup>. A posse destes objetos raros eram também uma forma de obtenção de um “status”, portanto, também foram adquiridos pelo rei neste período como parte de seu projeto de modernização.

Da mesma forma que a aquisição de outros objetos e práticas eram influenciados pelas cortes estrangeiras, a escolha de livros também tomava como base as “modas” e tendências

---

<sup>253</sup> Ibid., P. 129.

<sup>254</sup> Ibid., P.125.

<sup>255</sup> SCHWARCZ, L. M. A longa viagem da biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, P. 71.

<sup>256</sup> FURTADO, J. F. Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, P.211.

observadas em outros reinos. Era parte do dever dos embaixadores portugueses enviar listas das obras mais vendidas nos locais que se encontravam, assim como visitar bibliotecas, para ver quais eram os títulos que compunham as coleções, além da disposição, organização dos volumes e decoração dos espaços, para então informar o rei e a corte<sup>257</sup>. Estas informações orientariam a Coroa em suas próximas compras de livros e nas reformas feitas nas bibliotecas.

Além disso, algumas encomendas eram feitas baseadas no gosto próprio do rei, buscando títulos e temas semelhantes aos livros que D. João V já havia lido e gostado. Segundo uma catalogação feita na época, os principais assuntos que compunham a biblioteca real eram: Bíblia e seus comentadores, Teologia, Direito Canônico e Civil, Filosofia, Medicina, Filologia, História, Matemática e “outras artes”<sup>258</sup>. Baseado nisso, pode-se dizer que os interesses temáticos do monarca eram um tanto quanto variados, abrangendo diferentes áreas do saber, assim como temáticas religiosas. Apesar de ser grande entusiasta das ciências, D. João V era famoso por sua grande devoção, demonstrada principalmente pelas cerimônias e doações feitas as entidades religiosas.

Do mesmo modo que a Coroa investiu grandes quantias na aquisição de livros, também foram patrocinadas inúmeras publicações de autores portugueses assim como traduções e versões de obras estrangeiras. Conforme aponta Mariza Beatriz Nizza da Silva, é difícil detalhar toda gama de obras patrocinadas pela coroa neste contexto, tanto pela quantidade e variedade de escritos, assim como diferentes tipos de mecenato (em alguns casos todo o custo de produção era bancado, em outros apenas uma parcela, e assim por diante)<sup>259</sup>. Porém, o que devemos destacar é uma importante instituição produtora de livros que tinha uma proximidade com D. João V, assim como um grande apoio financeiro da coroa, a Academia Real de História.

Criada em 1720, a Academia Real de História era uma instituição estatal, financiada pela coroa e em grande parte controlada por D. João V<sup>260</sup>. Antes de sua organização, já existiam em Portugal outras agremiações de estudiosos e leitores que debatiam e escreviam sobre história, filosofia, ciências, entre outros temas. Entretanto, apesar das atividades desta serem análogas as já desenvolvidas por outras instituições, o principal intuito era possuir uma organização que promovesse a escrita de livros e desenvolvimento cultural de acordo com os interesses e vontades do Rei, sendo esse seu principal diferencial<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> SILVA, M. B. N. Op cit, P. 126.

<sup>258</sup> Ibid., P. 127.

<sup>259</sup> Ibid., P. 127-128.

<sup>260</sup> FURTADO, J. F. Op cit,P. 71.

<sup>261</sup> MOTA, I. F. da. A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições Minerva, P. 34-35.

A academia foi composta por intelectuais portugueses da época escolhidos por D. João, que a partir de 1720 passaram se reunir e organizar a instituição. Dentre estes podemos destacar o Padre D. Manuel Caetano de Sousa, o Conde da Ericeira, o Conde de Vilarmaior, o Marquês de Alegrete e Matinho de Mendonça de Pina e de Proença. Além da ligação aristocrática, muitos destes indivíduos citados também faziam parte de outras academias lusitanas, implicando que a Academia Real de História foi edificada em cima de uma complexa rede de sociabilidade intelectual já existente em Portugal desde o século XVII<sup>262</sup>.

Como aponta Iris Kantor, o movimento de formação de academias que buscavam incentivar o estudo e a literatura nos moldes ao que ocorria em outros locais da Europa data desde o início do seiscentos. Como exemplo, a autora nos apresenta a Academia dos Generosos, instituída em 1647, que tinha como integrantes Rafael Blueteau, Luís da Cunha, e os condes da Ericeira, entre outros importantes letrados e pensadores portugueses da época<sup>263</sup>.

A principal atividade da instituição seria promover o desenvolvimento cultural, principalmente através da escrita e produção de livros, criando assim em Portugal uma “república das letras” aos moldes daquela que existia na França<sup>264</sup>. Conforme destacado, estas obras historiográficas escritas seguiriam os preceitos propostos por D. João V. Em linhas gerais, a ideia colocada era de construir uma memória baseada na “sacralidade do rei e da nação” e não tão ligada as temáticas mágico-religiosas<sup>265</sup>. Além da produção de livros, cabia a organização promover “academias”, que eram reuniões literárias que ocorriam no palácio real, bem como outros eventos artísticos como apresentações musicais<sup>266</sup>, demonstrando que as atribuições da instituição iam além da produção literária e historiográfica, se tornando um importante espaço de desenvolvimento cultural para a nobreza lusitana.

Apesar da Academia Real de História ter sofrido uma grande influência do Rei, na medida em que as obras atendiam uma visão específica da monarquia, o que por consequência “enviesou” parte do desenvolvimento intelectual lusitano, o empreendimento obteve sucesso. Segundo Júnia Ferreira Furtado, a instituição foi responsável por estabelecer uma importante sociabilidade entre intelectuais e Estado em Portugal, promovendo um movimento de pensamento ilustrado semelhante ao observados em outros reinos da Europa. Mesmo que houvesse diferenças nas ideias dos filósofos portugueses quando comparados aos demais

---

<sup>262</sup> Ibid., P. 35-36.

<sup>263</sup> KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 30.

<sup>264</sup> FURTADO, J. F. *Op cit*, P. 72.

<sup>265</sup> MOTA, I. F. *da Op cit*, P. 35.

<sup>266</sup> SILVA, M. B. N. *Op cit*, P. 141.

pensadores europeus, as indagações propostas, assim como as reflexões e estudos que resultaram destas, ocorreram de modo semelhante aos moldes de outros locais<sup>267</sup>.

A Academia Real de História desempenharia ainda um importante papel no desenvolvimento intelectual lusitano. Esta seria um espaço de reunião de vários letrados e ilustrados portugueses, que estabeleciam diálogos internacionais com outras academias europeias<sup>268</sup>. Possibilitando assim um trânsito de indivíduos e obras entre estas instituições, que por consequência, promovia a introdução de novos conhecimentos e ideias por meio do compartilhamento de escritos e diálogos entre os letrados<sup>269</sup>. Iris Kantor ainda destaca que os discursos historiográficos produzidos pela Academia Real de História, além de glorificar a figura do rei e da monarquia, legitimaram a nação portuguesa e suas conquistas territoriais em um cenário internacional<sup>270</sup>, que como vimos, era um de seus principais intuítos desde a concepção.

A última grande empreitada do reinado de D. João V que trataremos é a construção do Palácio de Mafra. Inicialmente, no ano de 1717, a ideia do rei era construir um convento e igreja na vila de Mafra, sendo uma obra que buscava demonstrar a devoção do monarca. Entretanto, mais tarde os planos mudaram, e decidiu-se que a obra seria uma construção híbrida, sendo não somente um convento e igreja, mas também se edificando um palácio real. Desta forma, além da representação religiosa, o palácio com toda sua opulência se tornaria um símbolo de poder e riqueza<sup>271</sup>.

Não cabe aqui destalhar toda a dimensão do edifício, segundo as observações de Marcos Aurélio Pereira, podemos apontar que sua construção durou mais do que vinte anos, custando enormes quantias a coroa portuguesa e mobilizando cerca de 13000 construtores e 7000 soldados por ano para a realização do empreendimento<sup>272</sup>. Além dos gastos com a grande quantidade de mão de obra necessária, houve um extenso investimento em materiais e mobílias trazidos de diferentes regiões da Europa. Vale ainda ressaltar que nem toda a aristocracia compartilhava do entusiasmo de D. João pelo local. Em muitas ocasiões, era comum que somente os camaristas acompanhassem o rei em sua ida ao local<sup>273</sup>, permanecendo toda a corte

---

<sup>267</sup> FURTADO, J. F. Op cit, P.75-76.

<sup>268</sup> KANTOR, I. Op cit, P. 42.

<sup>269</sup> Ibid., P. 43.

<sup>270</sup> Ibid., P. 45.

<sup>271</sup> SILVA, M. B. N. Op cit, P. 112-113.

<sup>272</sup> PEREIRA, Op cit, P. 270.

<sup>273</sup> SILVA, M. B. N. Op cit, P. 116.

em Lisboa, assim como seu herdeiro, o príncipe D. José, que “sempre preferiu ir à caça aos coelhos na real tapada de Alcântara”<sup>274</sup> ao invés de passar tempo nos campos de Mafra.

De certa forma, o exemplo do Palácio de Mafra é uma das melhores formas de representar o período das luzes joaninas. Assim como todas as políticas adotadas por D. João V no processo de “modernização” do reino, a principal preocupação era com o status, com a forma que isso contribuiria para a imagem do monarca e de sua corte. Além disso, se tratou de uma obra gigantesca, com um grande investimento de tempo e recursos, para seu desenvolvimento. E por fim, dentre tantos outros motivos, foi uma prática muito ligada as preferências pessoais do rei, refletindo seus gostos e interesse de se tornar um monarca à imagem do rei-sol<sup>275</sup>.

Ainda que o sucessor de D. João V, D. José I, não tenha continuado as práticas de seu pai com a mesma intensidade durante seu governo, não significa que elas não refletissem no contexto. O período joanino abriu Portugal para novas possibilidades de pensamento, trazendo novas perspectivas e práticas intelectuais para as terras lusitanas. Medidas como a criação da Academia Real de História, a expansão das bibliotecas públicas, assim como sua abertura a um público relativamente maior, intensificou o processo de desenvolvimento de uma classe intelectual portuguesa e de suas relações de sociabilidade.

Como veremos nos tópicos a seguir, este grupo de acadêmicos e letrados não pode ser tomado como uma classe homogênea, entretanto suas raízes sociais e institucionais são semelhantes, e remetem de uma forma ou outra a este processo empreendido pelo reinado joanino. Além disso, a própria figura contraditória de D. João V, que em certos momentos estava interessado nas mais atuais descobertas científicas, experimentos e invenções, e em outros frequentava assiduamente autos-de-fé e despendia grandes quantidades de dinheiro em doações para conventos e igrejas, é um ótimo exemplo e representação do posicionamento de muitos portugueses da época. Tornando assim imprescindível analisar o contexto da segunda metade do século XVIII sem levar em conta seus antecedentes.

### **3.2 Os leitores portugueses**

Todo o esforço de D. João V em expandir bibliotecas, aumentar a produção e compra de livros, bem como o desenvolvimento da Academia Real de História teria sido em vão se não houvesse de uma forma ou outra influenciado os leitores portugueses. O consumo da cultura escrita é parte fundamental do desenvolvimento intelectual, afinal, de que serviria o contínuo

---

<sup>274</sup> Ibid., P. 117.

<sup>275</sup> PEREIRA, Op cit, P 264.

incentivo na escrita e impressão de obras, assim como a abertura das bibliotecas para um público maior se isto não resultasse em um estímulo a leitura?

A expansão da produção e consumo de livros em Portugal não foi um mérito exclusivo de D. João V. Afinal como já tratamos, o condicionante mais importante para o aumento de circulação de escritos foi a invenção da imprensa, que permitiu a produção em uma escala maior e mais ágil, tornando textos mais acessíveis. A difusão desta tecnologia pela Europa fez com que ainda no século XV, sob o reinado de D. Afonso V, os livreiros portugueses já contassem com esta ferramenta. Além disso, estes comerciantes de livros e impressores recebiam benesses estatais, como por exemplo, a ausência de taxas e sisas, para justamente incentivar a produção e circulação de obras escritas<sup>276</sup>.

Portanto, em termos práticos, as políticas de modernização joaninas não alteraram os aspectos de produção de livros e da circulação de escritos. A real mudança pode ser percebida em outras questões, como na socialização de conhecimentos, através de espaços como as academias e bibliotecas, além da modernização dos temas e paradigmas, que indiscutivelmente trouxe, através das obras escritas importadas e dos portugueses “estrangeirados”, os ideais iluministas para o reino lusitano. Apesar deste cenário permeado por uma ideia de modernização das práticas e pensamento do reino, não podemos deixar de lado o fato que todo esse movimento foi acompanhado pelo rei. Isso significa que este processo de expansão de novas ideias, dado sua proximidade com a Coroa, foi sujeito a um controle estatal e institucional, especialmente através da censura e fiscalização. A partir destas considerações sobre as questões literárias em Portugal, tentaremos reconstruir, ainda que de forma breve o mercado literário português, assim como outras formas de sociabilidade de ideias e informações.

A primeira questão que devemos pensar é quem comprava livros neste contexto. Mesmo que a imprensa tivesse barateado o custo de produção, como vimos, a maioria dos impressos produzidos eram textos breves. Livros em si, principalmente os de grande extensão como *As Raridades da Natureza e da Arte* continuavam serem bens acessíveis a somente uma parcela da população. No primeiro capítulo, abordamos algumas questões sobre o processo de produção e venda de livros em Portugal, assim como questões relacionadas a circulação de obras estrangeiras, portanto nosso foco nesse momento será mais direto, pensando questões mais pragmáticas.

---

<sup>276</sup> SCHWARCZ, L. M. Op cit, P. 68-70.

Segundo os viajantes estrangeiros analisados por Cláudio DeNipoti, existiam muitos locais e formas de se adquirir livros em Portugal<sup>277</sup>, apesar de não nos caber um detalhamento desta prática, alguns aspectos listados nestes relatos devem ser destacados. Primeiramente, apesar das catástrofes e guerras terem destruído muitos exemplares e aumentado o preço das obras em Portugal nesse contexto, havia muitos livreiros, impressores e lojas, o que tornava relativamente fácil adquirir livros, tanto em edições portuguesas, quanto edições estrangeiras, das quais predominavam as francesas. Além disso, o comércio de livros usados não era tão comum, sendo encontrado em poucos locais e estabelecimentos. Outro ponto relacionado é a existência de comerciantes ambulantes nas praças lisboetas que exibiam poucos exemplares de livros velhos e baratos, para serem vendidos à “algum pobre-diabo que por preço irrisório deseja[va] dar-se ao luxo duma livraria”<sup>278</sup>.

Este último fato relatado nos traz uma interessante informação. Conforme apontado, livros não eram tão acessíveis na época, edições recém-lançadas obviamente tinham um preço mais elevado. Porém isso não significa que o acesso a obras escritas estivesse limitado as classes mais abastadas. É claro que a nascente burguesia e aristocracia portuguesa se dava o luxo de montar amplas bibliotecas e coleções, entretanto, o mesmo desejo imperava entre os menos favorecidos, que o faziam através da compra de livros mais simples, usados e velhos.

Isso nos diz muito sobre a cultura literária portuguesa, afinal, conforme alguns viajantes apontam, a leitura e a posse de livros tinham um valor muito mais simbólico do que prático. Como por exemplo, nos fins do século XVIII e início do XIX, é retratada uma moda entre os portugueses de ter à mão ou ao redor do pescoço os óculos de leitura, mesmo que a pessoa não precisasse deles para ler<sup>279</sup>. Por outro lado, outros relatos descrevem que entre as famílias “de primeira classe”, assim como a nobreza era comum a prática da leitura, assim como a abertura das bibliotecas e acervos aos viajantes. Na conclusão do artigo, DeNipoti sugere que neste contexto, o estudo e a leitura eram vistos como forma de aperfeiçoamento e desenvolvimento pessoal, que se relaciona diretamente com a ideia de civilização<sup>280</sup>.

Portanto, a prática literária, tanto da posse de obras, construção de bibliotecas, assim como o ato de leitura, tem um valor simbólico em Portugal. Por isso, era de suma importância para os indivíduos demonstrar que os livros e a leitura faziam parte de seu cotidiano. Sobretudo a questão das bibliotecas e coleções, que desde o período medieval eram compreendidas como

---

<sup>277</sup> DENIPOTI, C. Op cit, 2019, P. 51.

<sup>278</sup> Ibid., P. 52.

<sup>279</sup> Ibid., P. 46.

<sup>280</sup> Ibid., P. 60-61.

formas de demonstração de poder e riqueza. Para além disso, não devemos nos indagar se as políticas de D. João V não contribuíram para a adoção destas práticas por outras classes sociais, afinal, o monarca se mostrava um entusiasta dos livros e da leitura tanto em sua administração quanto em sua vida pessoal, incentivando seus súditos a “imitá-lo”.

Apesar deste valor simbólico da palavra escrita, não podemos assumir que todos os acervos eram meramente utilizados como uma forma de *status*, as bibliotecas também eram aproveitadas em sua função primordial. Em outras palavras, não se tratava somente de aparências, os portugueses também liam e estudavam. Mesmo que não existissem bibliotecas públicas amplamente abertas, e as particulares tinham o acesso limitado aos indivíduos próximos de seus proprietários, estes espaços eram locais frequentados por leitores. O primeiro exemplo que podemos citar é a biblioteca da Universidade de Coimbra, que segundo relatos era “muito visitada e utilizada pelos estudantes”<sup>281</sup>, fruto de uma política de D. João V que abriu o acervo ao público, ainda que esse se limitasse aos frequentadores da instituição. DeNipoti ainda traz várias descrições de biblioteca conventuais feitas por viajantes<sup>282</sup>, o que evidencia que em certa medida, estes acervos eram também acessíveis ao público externo, mesmo que ainda fosse um grupo seletivo.

Não devemos deixar de mencionar que a leitura neste contexto não era também só uma atividade particular. Além da sociabilidade suscitada pelas visitas as bibliotecas, era a comum que ocorressem leituras públicas. Segundo Ana Isabel Buescu, esta prática contribuía para a socialização dos escritos entre um público ainda maior, englobando até mesmo aqueles indivíduos que não eram alfabetizados<sup>283</sup>. A autora ainda destaca que, apesar de ter uma grande presença entre grupos pertencentes as classes inferiores onde o analfabetismo era mais comum, a leitura em voz alta e o ouvir ler, eram também parte dos costumes da elite portuguesa nos séculos XVII e XVIII<sup>284</sup>.

Para concluirmos esta breve caracterização do consumo e posse de livros em Portugal, é preciso também nos atentarmos a temática das obras que predominantemente compunham esses acervos, assim como os assuntos que mais interessavam os leitores portugueses. Novamente baseando-se nos relatos de viajantes sobre o contexto literário português, é destacado que circulavam livremente obras que fomentassem a “superstição”. Assim como existia pouco interesse do público em geral por obras científicas, ao ponto que os livreiros e

---

<sup>281</sup> Ibid., P. 57.

<sup>282</sup> Ibid., P. 58-59.

<sup>283</sup> BUESCU, A. I. Cultura Impressa e Cultura Manuscrita em Portugal na Época Moderna: Uma sondagem. *Penélope*, nº 21, PP. 11-32, 1999, P. 18.

<sup>284</sup> Ibid., P. 18.

impressores particulares geralmente não produziam este tipo de livro, visto que a baixa demanda resultava em menor lucro, ou até mesmo prejuízo<sup>285</sup>.

Sobre o conteúdo dos acervos das bibliotecas portuguesas, a temática era variada. Relatos do fim do século XVIII retratam coleções públicas, como as bibliotecas reais e de conventos, como sendo amplas, bem decoradas, com grande quantidade de exemplares. O destaque vai para livros com temáticas religiosas, como obras devocionais, histórias da vida de santos, sermões (tanto portugueses assim como italianos), estudos escolásticos e teológicos, entre outros<sup>286</sup>. Isto não causa nenhuma surpresa, afinal Portugal sempre teve uma proximidade muito grande com a Igreja Católica, até mesmo em aspectos institucionais.

Porém, além dos textos devocionais, eram encontrados muitos exemplares de literatura portuguesa e italiana, assim como obras francesas. Havia também estudos filosóficos, como escritos de Wolf e Brucker, e enciclopédias<sup>287</sup>. Devemos destacar o grande fluxo de obras estrangeiras em Portugal, especialmente italianas e francesas. A circulação destas obras em sua língua e edição original por vezes diminuía a demanda por traduções<sup>288</sup>, visto que significativo número de letrados portugueses conseguia ler nestes idiomas. Porém, isso não fazia com que as traduções não possuíssem espaço no contexto literário português, muito pelo contrário. DeNipoti destaca que na segunda metade do século XVIII o Estado Português passou a incentivar a tradução de obras estrangeiras através de políticas oficiais relacionadas ao processo de “modernização” do reino. Nas palavras do autor: “esse esforço tinha, como pano de fundo, a crença na tradução como meio de importar conhecimento e tecnologia e, ao fim e ao cabo, a disseminação das luzes da ciência”<sup>289</sup>. Isso tornou a publicação de traduções uma tarefa viável aos livreiros, assim como ampliou o acesso das obras estrangeiras a aqueles que não dominavam outros idiomas.

### 3.2.1 – O Terremoto de 1755 e o mercado editorial

Conforme já abordamos no primeiro capítulo, a tragédia que atingiu Lisboa em 1º de novembro de 1755 foi tema de diversos escritos, tanto em Portugal quanto em grande parte da Europa. Porém, junto do interesse em investigar as causas e significados do sismo se desenvolveu uma demanda por explicações de fenômenos naturais como um todo. Por

---

<sup>285</sup> DENIPOTI, C. Op cit, 2019, P. 53.

<sup>286</sup> Ibid., P. 57-59.

<sup>287</sup> Ibid., P. 56.

<sup>288</sup> Id.. Tragicomédia, tradução e percursos do livro em Portugal no final do século XVIII: A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 71, p. 475-498, mai/ago 2020, P. 487.

<sup>289</sup> Ibid., P. 481.

consequência, houve uma “onda”, por assim dizer, de publicações que tratavam sobre como a natureza estava organizada, sua composição e seus comportamentos nos anos seguintes. Como aponta Filomena Amador, o terremoto inspirou uma quantidade significativa de estudos sobre o tema feitos sob diferentes pontos de vista, impactando o cenário literário europeu da segunda metade do XVIII:

O testemunho de sua importância pode igualmente ser rastreado no vastíssimo e heterogêneo conjunto de textos produzidos na imprensa periódica ou na forma de folhetos e pequenos livros em formatos que vão do *in-quarto* ao *in-doze*. Pode-se mesmo afirmar que nunca antes deste acontecimento um cataclismo natural suscitara um tão grande interesse, o qual teve ainda a particularidade de persistir ao longo do tempo(...). A diversidade de estratégias argumentativas, adaptadas ao tipo de públicos a que se dirigiam e aos objetivos que pretendiam almejar, traduziram-se na produção de um conjunto variado de trabalhos<sup>290</sup>.

Em um primeiro momento, a maioria dos escritos deste contexto são textos que tratam especialmente no terremoto. Como o próprio Padilha fez sob pseudônimo na publicação datada do ano seguinte ao sismo, “*Carta que se mostra falsa a profecia do terremoto de primeiro de novembro de 1755*<sup>291</sup>”, analisada no primeiro capítulo. E como também é possível observar em outros impressos publicados no mesmo ano por outros autores como, por exemplo, “*Teatro lamentável, scena funesta: Relaçam Verdadeira do Terremoto de primeiro de novembro de 1755*<sup>292</sup>” e “*Nova, e Fiel Relação do Terremoto que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1. de Novembro de 1755*<sup>293</sup>”. Estes breves impressos investigavam causas e significados dos acontecimentos do ano anterior, pensando em questões físicas, naturais e místicas. Comunicando as conclusões de seus autores em folhetos de aproximadamente 20 páginas.

Porém, nos anos subsequentes, é possível perceber uma outra tendência. No sentido em que os escritos passaram a se tornar mais extensos e complexos. Assim como, exibem um raciocínio diferenciado, na medida que parecem iniciar com uma investigação das causas do sismo que logo evolui para estudos mais longos e aprofundados sobre a organização e funcionamento da natureza. Novamente lembramos aqui de Padilha, que escreveu nesta época a obra *Effeitos raros, e formidaveis dos quatro elementos* (1756). Esta publicação marca a mudança do interesse temático do autor de questões históricas e geográficas para estudos sobre a natureza. Lançando assim as bases para a escrita de *As Raridades da Natureza e da Arte*,

---

<sup>290</sup> AMADOR, F. Terramoto de Lisboa de 1755: colecções de textos do século XVIII. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol. 14, núm. 1, p. 285-323, janeiro-março, 2007, P. 286-287.

<sup>291</sup> ALEXANDRINO, E. Carta que se mostra falsa a profecia do terremoto de primeiro de novembro de 1755. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1756.

<sup>292</sup> A, D. J. F. M. Teatro Lamentável, Scena Funesta: Relaçam verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755(...). Coimbra: Oficina de Francisco de Oliveira, 1756.

<sup>293</sup> P, M. T. Nova e Fiel relação do Terremoto que experimentou Lisboa e todo Portugal no 1. de Novembro de 1755 (...). Lisboa: Oficina de Manuel Soares, 1756.

publicado em 1759 pelo mesmo autor. Porém, podemos encontrar ainda outros exemplos semelhantes.

Vejam os o caso da obra de António Nunes Ribeiro Sanches. Este era um notável acadêmico e ilustrado português, conforme detalharemos mais a frente, e publicou logo após o terremoto um texto tratando de explicar o acontecido. O escrito intitulado “*Considerações sobre os Terramotos, com a noticia dos mais consideraveis, de que faz menção a Historia, e deste ultimo, que se sentio na Europa no dia I de Novembro de 1755*” trazia a tese de que os sismos eram causados pelo enxofre e vapores que eram produzidos pelas plantas, animais, minerais e assim por diante<sup>294</sup>.

Porém, o autor ao mencionar esta teoria propõe que estas reações não só produzem terremotos, mas também os vulcões, a aurora boreal e as tempestades. Logo, apesar de ter como ponto de partida o interesse em explicar a catástrofe de 1755, o resultado é um escrito que acaba por abordando o funcionamento de diferentes fenômenos naturais. Além disso, Ribeiro Sanches apresenta formas de se prevenir outras tragédias semelhantes a ocorrida, como procedimentos de escolha de locais e construção de cidades<sup>295</sup>, mobilizando outras áreas do conhecimento como a geografia e a engenharia.

Outro interessante exemplo é o impresso “*Breve discurso sobre os cometas, em que se mostra a sua natureza, sua duração, seu movimento, sua influência e sua Região*”, publicado em 1757 sob autoria de Bento Morganti. Como o título sugere, a obra não tem intuito de explorar questões de fenômenos terrestres e sim explicar elementos astronômicos. Entretanto, logo no início do texto já é feita uma relação direta com o terremoto de 1755:

Por ocasião de ler uma nova Revelação de um Cometa, que se diz apparecera em África entre Mazagão, e Tangere, depois do Terremoto do primeiro de Novembro do ano passado de 1755, (ainda que na realidade não foi outra coisa mais, que um dos Fenômenos ordinários, que quase sempre se seguem aos Terremotos, como já mostrei tratando dos diversos Fenômenos, que apparecem no ar) se me excitou a espécie de ordenar este pequeno Discurso sobre os Cometas, fundado nas opiniões dos antigos, e modernos, para divertimento dos curiosos, que se quiserem instruir com facilidade no conhecimento destes Fenômenos, que julgo decente adorno, e louvável entretenimento do espirito, e que causa bastante gosto a quem deseja saber praticar sobre as diversas aparências, que nos mostra o Céu, ainda que estas não sejam as mais ordinárias, mas são as que muitas vezes ele nos deixa ver<sup>296</sup>.

Neste caso o movimento do raciocínio é inverso, na medida em que o esforço não se inicia em compreender as causas do terremoto, mas sim estudar os cometas e sua influência em

---

<sup>294</sup> AMADOR, F. Op cit, P. 291.

<sup>295</sup> Ibid., P. 291.

<sup>296</sup> MORGANTI, B. *Breve discurso sobre os cometas, em que se mostra a sua natureza, sua duração, seu movimento, sua influência e sua Região*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1757, P. 3-4.

acontecimentos terrenos. A análise destes efeitos então vai de encontro ao ocorrido de 1755, sendo este mais um exemplo do funcionamento e da natureza destes fenômenos celestes. A relação entre o sismo e o cometa é também o possível motivo que levou o autor a ler o relato mencionado que inspirou a escrita da presente publicação.

No trecho citado há ainda mais um elemento importante, que é a ideia do estudo de fenômenos naturais como uma forma de entretenimento. Como apontamos no primeiro capítulo, esta visão do “divertimento proveitoso” também é atribuída a leitura do livro *As Raridades da Natureza e da Arte* de Aucourt e Padilha. Mais à frente investigaremos com maior detalhe as raízes desta forma de compreender o estudo. Por enquanto, o ponto que queremos ressaltar é que este fator estava difundido no mercado literário português do século XVIII, interagindo com as formas de produção e consumo de livros.

A existência de uma literatura que tratasse de temas naturais em termos científicos destinada a um público “leigo”, ou seja, aqueles que não eram pesquisadores ou acadêmicos, porém se interessavam por estes assuntos, é também sugerida pelo trecho que finaliza o primeiro parágrafo do texto de Bento Morganti:

Não servirá este Discurso para fazer um homem nem bom, nem mal Matemático, ou Filósofo; porque para isto deve preceder o conhecimento de outros princípios, mais em número, e melhores em qualidade; mas poderá servir para qualquer pessoa se fazer bastante instruída nesta parte, que pertence ao conhecimento de alguns corpos celestes, que, sendo menos vezes vistos, causam uma estranha admiração a todos, que não professam a Astronomia<sup>297</sup>.

Neste excerto fica evidente que ao escreve o texto sobre os cometas, o autor tem um público-alvo muito específico, assim como o uso a ser dado a publicação. Esta não deveria ser utilizada como uma fonte de conhecimento “oficial” por assim dizer, mas sim apenas utilizadas para informar sobre certos aspectos dos fenômenos celestes. O próprio caráter breve do impresso, que possui um total de 24 páginas, também demonstra que este era uma leitura rápida e até mesmo acessível, visto que provavelmente o pequeno volume de folhas resultava em um custo menor de venda.

Outro texto interessante que merece destaque é o manuscrito de Manuel Thomaz Machado, intitulado “*Memorias Tragicas de todos os Terramotos, Naufragios, Tempestades, Pestes, E Eclipses, E Cometas Que Tem Havido Em Portugal*”<sup>298</sup>, composto em 1758. O livro é a compilação de oito ensaios produzidos por diversos autores portugueses e espanhóis que tratam de várias catástrofes e fenômenos naturais. Mesmo que o escrito possua uma

---

<sup>297</sup> Ibid., P. 4.

<sup>298</sup> MACHADO, M. T. *Memorias Tragicas de todos os Terramotos, Naufragios, Tempestades, Pestes, E Eclipses, E Cometas Que Tem Havido Em Portugal*. Manuscrito, 1758.

materialidade muito diferente dos exemplos apresentados anteriormente, sendo manuscrito e possuindo uma extensão maior, contando com aproximadamente 220 páginas, o raciocínio por trás de sua produção é o mesmo. Provavelmente o interesse pelo assunto foi provocado no autor por conta do terremoto de Lisboa, levando então a não só pesquisar sobre os sismos em si, mas também sobre outros acontecimentos de semelhante natureza e mistério.

Portanto, se pode dizer que, para além dos filósofos e cientistas, também existia uma curiosidade das “pessoas comuns” em saber mais sobre os eventos naturais, bem como o funcionamento do universo neste contexto. Sendo este interesse não só uma questão da cultura da época que estavam inseridos, conforme exploraremos mais a frente, mas também como resultado de todo sentimento e impacto causado pelo Terremoto de 1755.

Ainda que os exemplos abordados aqui sejam apenas uma pequena fração de todo o conjunto de escritos sobre o tema neste contexto, é possível perceber a diversidade de escritos suscitados pelo acontecimento. A pluralidade de formas que a escrita se manifesta, tanto nas linguagens, argumentos e até mesmo na materialidade dos textos, nos dá uma boa noção de quanto este interesse em investigar e explicar o natural estava em voga no contexto da segunda metade do século XVIII, impactando o mercado editorial.

### **3.2.2 – Livros e pessoas: comunicação e sociabilidade através dos escritos**

Esta análise feita anteriormente sobre o mercado literário, que se pauta principalmente no livro como objeto e produto, nos dá importantes informações sobre quem os adquiria e seus motivos. Entretanto, acima de tudo, livros são um meio de comunicação, carregam informações e ideias. Portanto, passamos agora para uma análise do papel das obras escritas na socialização e construção de conhecimentos e pensamentos dentro de Portugal. Para fins de melhor organizar nosso raciocínio, descreveremos dois grupos principais neste processo. O primeiro é composto por aqueles indivíduos mais “conservadores” nos saberes, geralmente ligados ou compostos por clérigos e jesuítas, que se mostravam contrários ao Iluminismo. E o segundo grupo formado pelos estrangeirados e ilustrados portugueses, que defendiam o processo de modernização do pensamento e adoção dos preceitos iluministas.

É preciso deixar claro que esta divisão aqui proposta é apenas uma forma simplificada de retratar o contexto intelectual português, visto que a ilustração em terras lusitanas possui muitas especificidades, assim como o fato de que estes grupos não eram homogêneos. Portanto a ideia dessa divisão é esquematizar em quais espaços e classes predominavam determinados paradigmas de pensamento. Além disso, é importante analisar como que estas pessoas

empregavam preceitos destas epistemologias de acordo com seus interesses, afinal, como veremos a frente, foi na prática, principalmente na política, que estes debates se desenvolveram com mais intensidade.

No século XVIII, Portugal mantinha-se religiosa, muitas instituições de ensino, como a Universidade de Coimbra por exemplo, eram administradas por Jesuítas, assim como outros grupos religiosos. Segundo Flávio Rey de Carvalho, o controle destes estabelecimentos foi dado à Companhia de Jesus durante o século XVII, como forma de limitar o desenvolvimento do protestantismo dentro do Reino através de um estudo pautado totalmente em preceitos católicos. As diretrizes para o ensino estavam organizadas em um documento chamado *Ratio Studiorum*, criado em 1599 e que vigorou até meados do século XVIII sem sofrer alterações<sup>299</sup>.

Carvalho ainda destaca o caráter imutável dos preceitos descritos no *Ratio Studiorum*, que impedia a introdução de novos saberes e metodologias de estudo. Que assim como a forte instabilidade política do reino no contexto da restauração portuguesa iniciada em 1640, foram questões que causaram a “estagnação” do desenvolvimento intelectual dos lusitanos<sup>300</sup>. Portanto, como descreve Villalta, no século XVIII imperava dentro do ensino lusitano um sentimento anticientificista, marcado por uma resistência na adoção de métodos de produção de conhecimento recém desenvolvidos e até mesmo não aceitação das recentes descobertas da ciência moderna como conhecimentos válidos, especialmente nas ciências exatas e naturais<sup>301</sup>.

O método de ensino utilizado pela Companhia de Jesus era especialmente pautado nos preceitos de Aristóteles e São Tomás Aquino, que regia desde os estudos relacionados as ciências até o direito e a política. Villalta ainda aponta que, principalmente nestes dois últimos temas, a forma que a aristotélica era aplicada acabava por priorizar um olhar pragmático e de “opiniões fixas”, deixando de lado o incentivo ao raciocínio e a ampliação dos pontos de vista<sup>302</sup>.

Este posicionamento contrário a novas formas de pensamento por parte dos jesuítas não era algo ocasionado pela ignorância e desconhecimento, pelo contrário. Os integrantes da Companhia de Jesus, estavam a par de muitas das obras e teorias desenvolvidas pelos iluministas e deliberadamente impediam o acesso da população a estas ideias através da não incorporação destes paradigmas nos currículos das universidades e pelo controle censório, que trataremos com mais detalhes adiante.

---

<sup>299</sup>CARVALHO, F. R. Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2007. P.8.

<sup>300</sup> Ibid., P. 9.

<sup>301</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P.47.

<sup>302</sup> Ibid., P. 48.

Estas políticas jesuítas de limitação do acesso a obras “atualizadas” eram motivadas por questões práticas. A adoção de preceitos iluministas e teorias da ciência moderna possivelmente enfraqueceria este grupo. Afinal, estes ideais, em grande parte, apontavam para um processo de secularização, que levaria transição do controle clerical de certas instituições para o controle estatal. Além disso, a interpretação da natureza menos sacral proposta por certas teorias da ciência moderna eram vistas como heréticas pelos jesuítas, pois incentivavam um olhar mais objetivo, menos simbólico e interpretativo do mundo, contrariando a ideia de que o universo deveria ser compreendido como uma forma metafórica das vontades de Deus. No geral, o esforço jesuíta de barrar os novos paradigmas de pensamento estava fortemente relacionado com seus interesses enquanto instituição.

Ainda que o anticientificismo se encontrasse difundido em Portugal, o que explicaria a baixa demanda por livros científicos no reino retratada pelos viajantes, existia um grupo significativo de portugueses que possuíam interesse no conhecimento e pensamento que se desenvolvia nos países vizinhos. Estes “ilustrados” ou “estrangeirados” eram em sua grande maioria nobres e membros da elite próximos ao rei. A denominação de “estrangeirado” tem a ver com o fato de que estes portugueses haviam tido contato com a cultura e pensamento de outros reinos europeus, principalmente pelo estudo no exterior, assim como durante o exercício dos cargos que ocupavam no governo. Especialmente os diplomatas, que como vimos, tiveram um papel de grande importância nas políticas de modernização desenvolvidas por D. João V, acompanhavam de perto os debates que aconteciam nos outros reinos durante suas estadias e então voltavam a Portugal com novas ideias e perspectivas, sem contar os vários livros e objetos que traziam na bagagem.

Todo este alinhamento com a cultura de outros países, especialmente a francesa, despertava nos portugueses estrangeirados um sentimento de não pertencimento aquela nação, pois seus valores e posicionamentos destoavam dos observados na sociedade lusitana<sup>303</sup>. Este desacordo com os costumes e práticas portuguesas fez com que muitos deles proferissem críticas ao reino. Segundo estes, seriam as práticas culturais que remontavam a velhas tradições, assim como instituições antiquadas como a inquisição que faziam com que Portugal continuasse “atrasada” e não conseguisse estar na primazia do desenvolvimento, como os vizinhos França e Inglaterra.

Flavio Rey de Carvalho ainda menciona que este descontentamento tinha uma grande relação com o status e prestígio de Portugal no cenário europeu da Época. O “complexo de

---

<sup>303</sup> PEREIRA, M. A. Op cit, P. 197.

inferioridade” dos lusitanos, conforme escreve o autor, era fruto do fato que nos fins do século XV e inícios do XVI, o Reino presenciou um momento de vanguarda no desenvolvimento por conta da exploração marítima e da conquista de novos territórios. Porém, nos séculos que se seguiram, houve uma perda deste espaço de destaque no contexto mundial, principalmente pelo fato de que os lusitanos optaram por resistir a reforma protestante, mantendo-se fortemente ligados ao catolicismo tradicional<sup>304</sup>.

No próximo tópico trataremos com mais detalhe o ponto de vista deste grupo e sua forma de pensar, por ora, a melhor forma de pensar os ilustrados é analisá-los como frutos de um processo cultural de transição entre o homem barroco para o que no século XIX se tornaria o homem liberal<sup>305</sup>.

Os estrangeirados podem ter sido os pioneiros no desenvolvimento do pensamento esclarecido em Portugal, mas não foram os únicos defensores deste ponto de vista. Já nas primeiras décadas do século XVIII, esta “primeira geração de ilustrados” por assim dizer, passou a organizar e frequentar espaços em que acontecia a difusão destes novos paradigmas. Antes mesmo da Academia Real de História ser criada em 1720, já ocorriam conferências literárias, cursos de filosofia natural, demonstrações públicas de experimentos, publicação de obras e traduções subsidiadas de recentes escritos no território lusitano<sup>306</sup>. Apesar do teor “público” destas práticas e locais, devemos ressaltar que estes espaços eram em sua grande maioria ocupados por homens relacionados ou descendentes da aristocracia.

Ainda no final do século XVII começaram a aparecer as primeiras academias em Portugal, financiadas por nobres e outros membros da elite, como por exemplo o Conde da Ericeira, patrocinador e integrante de diversas destas academias, como a Conferências Discretas e Eruditas, organizada em 1696, além de ter sido um dos fundadores da Academia Real de História<sup>307</sup>. Através destas instituições, estes ilustrados passaram a formar redes de sociabilidade que estabeleceram um grupo mais ou menos organizado, porém não homogêneo. Ainda que não possamos definir os esclarecidos portugueses como uma classe dentro da sociedade, devemos deixar claro que estas agremiações não se tratavam de apenas reuniões de indivíduos que meramente se juntavam para discutir e celebrar seus interesses intelectuais em comum. Havia por parte destas pessoas um real esforço e interesse em desenvolver o iluminismo em Portugal.

---

<sup>304</sup> CARVALHO, F. R. Op cit, p. 6-7.

<sup>305</sup> PEREIRA, M. A. Op cit, P. 197.

<sup>306</sup> ARAÚJO, A. C. A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, P. 34.

<sup>307</sup> MOTA, I. F. Op cit, P. 35.

Parte importante deste processo são as bibliotecas que pertenciam a estes ilustrados. Se por um lado, as coleções eram vistas como formas de demonstração de poder e riqueza, na mão dos acadêmicos as livrarias particulares se transformaram em gabinetes de leitura, abertos a seus colegas de pensamento. Se tornando assim importantes ferramentas na difusão do pensamento iluminista. Parte do papel fundamental das bibliotecas particulares se deu pelo fato de que estas eram espaços onde os acadêmicos poderiam encontrar obras proibidas pela censura, o que dificultava a compra destes livros da maneira usual, bem como espaços de debate e ensino sobre ciência, filosofia, literatura etc.

Devemos tratar aqui que apesar do aparato censório exercer um forte controle da produção, venda e circulação de livros, a existência de livros proibidos era comum em Portugal. Se levarmos em conta o testemunho do viajante sueco Ruders, o contrabando era uma forma muito comum de se obter livros em Lisboa, pois além de poder ter acesso a escritos censurados, o processo de compra era muito mais rápido e menos burocrático<sup>308</sup>. O viajante ainda destaca que vários livreiros possuíam uma seção de obras proibidas, que obviamente ficavam ocultas do grande público, provavelmente reservadas somente para os clientes mais importantes e confiáveis.

A chegada destes livros acontecia de diversas maneiras, desde a importação por livreiros portugueses, encomendas particulares a marinheiros e viajantes, assim como pelo intermédio de estrangeiros que habitavam em Portugal. Bibliotecas particulares de embaixadores e militares que estavam a serviço de suas nações no reino português eram locais onde facilmente se encontravam escritos proibidos pela censura<sup>309</sup>. Estes locais eram também gabinetes de leitura os quais pessoas próximas poderiam visitar e até mesmo emprestar exemplares da coleção, demonstrando novamente a importância das bibliotecas particulares na difusão do conhecimento.

Não seria incorreto inferir que provavelmente o fácil acesso a estas obras proibidas, assim como a sua presença em várias bibliotecas particulares de acadêmicos, militares e aristocratas, se dava pela posição social que estes possuíam. O aparato censório português, conforme apresentamos no primeiro capítulo, controlava tanto a produção das obras, na chamada censura prévia, assim como no processo de circulação, fiscalizando coleções e carregamentos de livros que passavam por Portugal. Porém, é provável que o status social, assim como os cargos ocupados por muitos destes indivíduos, dessem a eles facilidades, que

---

<sup>308</sup> DENIPOTI, C. Op cit, 2019, P. 52.

<sup>309</sup> RAMOS, L. A. de O. Da aquisição de Livros Proibidos nos fins do século XVIII: Casos Portugueses. Revista da Faculdade de Letras, Porto, V., N<sup>o</sup>, PP. 329-338, 1974, P. 332-333.

permitiam obter e possuir estas obras sem ter muitos problemas com a censura. Mesmo assim, na visão de muitos ilustrados, a censura era algo negativo, que atrapalhava o avanço do conhecimento e pensamento português.

O mesmo não pode ser dito sobre as obras destinadas ao “grande público”, por assim dizer. Conforme já mencionamos, havia um controle institucional sobre os livros, que servia principalmente aos interesses de cada uma das instituições responsáveis. A Coroa se preocupava com textos que possivelmente pudessem colocar em risco a organização política do Reino através de ideias sediciosas. Já as censuras clericais se preocupavam com obras que comprometeriam costumes e a força do catolicismo, bem como suas instituições. Ainda que este controle não fosse tão efetivo, dado o grande número de livros proibidos presentes em Portugal, os escritos que circulavam publicamente sofriam forte censura.

Devemos ressaltar que por mais que a literatura ilustrada não fosse tão acessível para o grande público, existiam outros escritos que difundiam estas ideias e influenciavam a opinião pública. Neste contexto, Portugal passou por um processo de expansão da publicação de periódicos, semelhante aos seus países vizinhos. Estes impressos, contavam com textos escritos por intelectuais esclarecidos que expunham suas críticas e opiniões, bem como disseminavam aos poucos os ideais iluministas aos portugueses, que não frequentavam as academias e gabinetes de leitura. Além disso, o tom direto, a pequena extensão destes escritos e a materialidade mais simples e barata, permitiam uma circulação rápida, sendo uma fonte de difusão de ideias e informações mais ágil e acessível do que os grandes livros, enciclopédias, tratados, e assim por diante<sup>310</sup>.

Sendo assim, delimitamos duas questões importantes sobre o mercado literário e os leitores os quais Padilha e sua obra tiveram contato. Primeiramente, no século XVIII houve uma crescente valorização do livro como produto dentro de Portugal. Quer fosse para o estudo, diversão, coleção ou meramente por status, os portugueses estavam cada vez mais comprando e consumindo obras escritas. Este entusiasmo pode ser percebido em quase todas as classes sociais, desde os mais humildes, comprando pequenos impressos ou livros velhos, até os setores mais privilegiados da sociedade, como a aristocracia e a elite que importavam obras, assim como patrocinavam escritores, impressores e tradutores.

Entretanto, a onda de consumo literário não é um processo simples. Quando se trata de obras escritas, não podemos pensar somente na questão do objeto de consumo. Livros e periódicos são meios de comunicação, logo, carregam em si ideias e informações. Isso nos leva

---

<sup>310</sup> ARAÚJO, A. C. Oo cit, P. 68-69.

a segunda questão importante em relação a esse processo, que é o controle do que está sendo difundido. Em um contexto como do século XVIII, no qual pensadores iluministas europeus estavam desenvolvendo novas filosofias e ciências, que buscavam uma mudança nas formas de compreensão do mundo, deixar estas ideias circularem livremente seria uma ameaça as sociedades baseadas na tradição, como era o caso do reino lusitano.

Portanto, se desenvolve dentro do meio literário uma disputa muito evidente entre grupos sociais pelo espaço e difusão de suas ideias. Ainda que os grupos não se mostrem muito concisos e homogêneos, podemos perceber que por um lado existia um esforço mais “conservador” por assim dizer, que detinha certa primazia nas pautas do debate, bem como controlava importantes instituições dentro de Portugal. Para estas pessoas, como os jesuítas por exemplo, a introdução de um pensamento esclarecido e ligado a ciência moderna colocava em risco seu poder, por isso, acirraram em estabelecer políticas para controlar e dificultar este processo.

Por outro lado, ilustrados e estrangeirados se incomodavam com o “atraso” português estabelecido por um paradigma de pensamento e práticas consideradas arcaicas. Estes indivíduos buscavam mais poder de ação dentro do reino, para poder implementar as medidas de “modernização”, assim como provavelmente atender outros interesses que possuíam. A organização das academias, criação dos gabinetes de leitura, o mecenato literário e os vários periódicos foram as alternativas utilizadas para difundir seus ideais, ao ponto que no reinado de D. José I, a principal figura da administração pública seria o Marquês de Pombal, um notório estrangeirado.

Porém, antes de investigarmos como estas disputas se converteriam em ações políticas práticas no período pombalino, devemos delimitar alguns pontos em relação ao pensamento português. Afinal, conforme mencionado, a divisão entre esclarecidos e não-ilustrados é apenas uma forma geral de se classificar os grupos de autores portugueses do século XVIII. Na realidade, apesar das disputas, não existia uma polarização tão acentuada. Ambas as ideologias influenciavam nos modos de pensar dos portugueses, incorporando pontos de vista diversificados.

### **3.3 O Pensamento Português no século XVIII**

Tratar do contexto intelectual português do século XVIII não é uma tarefa simples. Já deixamos claro nas páginas anteriores que existia uma pluralidade dentro dos movimentos culturais e letrados desta época. Como veremos a seguir, as características propostas dos

ilustrados e não-ilustrados são gerais, porém não representam totalmente os preceitos defendidos pelos grupos. Em outras palavras, os esclarecidos e estrangeirados portugueses, apesar de terem uma grande simpatia pelo movimento iluminista, não adotaram plenamente todos os pensamentos destes filósofos.

Da mesma forma que, como apontamos no primeiro capítulo, o anticientificismo jesuíta também não foi tão fechado as descobertas atualizadas que os cientistas modernos vinham desenvolvendo no século XVII e XVIII. Portanto, nosso objetivo neste item é compreender as principais características e preceitos trazidos pelo movimento ilustrado e pela ciência moderna para o contexto português, que influenciariam na leitura, escrita, pensamento e interpretação que estes fariam das obras, livros e do mundo.

É muito comum que historiadores se refiram ao iluminismo português como detentor de uma feição “mais católica”. Ou seja, mesmo que na segunda metade do século XVIII o empirismo, o experimentalismo e as noções sobre estado e educação inerentes ao pensamento ilustrado se expandissem, este movimento ocorria dentro de certas tradições portuguesas de pensamento que estavam já cimentadas e enraizadas. Luiz Carlos Villalta aponta para uma certa ambiguidade no contexto intelectual e epistemológico lusitano<sup>311</sup>. Segundo o autor, o realismo e o pragmatismo eram características notáveis nos portugueses barrocos, o que, como descreveremos mais a frente, contribuiu muito para a aceitação do empirismo e experimentalismo defendido pelos cientistas modernos. Facilitando assim a adoção e difusão de certos preceitos iluministas no reino.

Porém, a sociedade ainda era muito permeada pelos ideais escolásticos e pelo misticismo, além de outras crenças que os ilustrados consideravam “frutos da ignorância”. Devemos lembrar que neste contexto, anterior as reformas pombalinas, as instituições de ensino estavam sob o controle dos jesuítas que limitavam o acesso e se recusavam a incorporar novas descobertas no ensino. O resultado mais prático era, por exemplo, o notável “atraso” da medicina portuguesa, especialmente a ensinada nas universidades, que ainda era permeada pelo curandeirismo<sup>312</sup>.

Portanto, para Ana Cristina Araújo, os ilustrados portugueses, especialmente no início do século XVIII, limitaram-se a fazer críticas meramente retóricas aos preceitos tradicionais da epistemologia tradicional portuguesa. Isto é, a maioria das opiniões públicas que estes letrados portugueses sustentavam, não contrariavam totalmente nem confrontavam a chamada “cultura

---

<sup>311</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 125.

<sup>312</sup> Ibid., P. 126.

oficial”. Mesmo que os métodos iluministas apontassem para conclusões onde a vontade e poder divino perdessem o protagonismo, estes indivíduos não se opunham diretamente aos pensadores e cientistas portugueses que eram fiéis aos preceitos escolásticos<sup>313</sup>.

Em termos práticos, parte desta limitação da crítica ilustrada em um primeiro momento, pode ser atribuída a força institucional que estes grupos eclesiais possuíam, como a censura e a inquisição, que possivelmente poderia resultar em uma perseguição e repressão dos esclarecidos em Portugal. Entretanto, devemos lembrar que por mais que estes indivíduos estivessem a par dos modernos escritos filosóficos e dos métodos científicos experimentais, ainda se tratava de pessoas que foram criadas e educadas dentro de uma sociedade barroca, que também gerava implicações na forma em que se relacionavam com o iluminismo. Antes de expor com mais detalhes, precisamos definir melhor as características do barroco e seu desenvolvimento no reino lusitano neste contexto.

A cultura barroca teve seu início durante o século XVII. O período renascentista que precedeu este movimento, foi um contexto em que a organização medieval, fragmentada em feudos e de caráter rural, dava lugar a uma nova forma de arranjo das paisagens. Após este processo de urbanização das cidades, que se iniciou nos seiscentos, houve uma centralização da administração dos territórios sob um único Estado, que na maioria das vezes se traduzia em um monarca absolutista e sua corte<sup>314</sup>. A vida no ambiente urbano, junto com os desafios enfrentados pelas nações agora unificadas por um Estado, criou uma atmosfera de sofrimento, por assim dizer, que acarretou uma perspectiva na qual os indivíduos se viam dentro de um “mundo louco”<sup>315</sup>. O resultado em termos culturais, para além da arte, foram uma redução na “busca pela felicidade” e um aumento nas aspirações sociais<sup>316</sup>, ou seja, uma busca por status e prestígio social, que se traduziriam em uma constante valorização da práxis e de seu simbolismo.

Um importante traço da cultura barroca é a retórica, uma peça-chave na comunicação de todos os níveis. As produções artísticas, literárias entre outras tinham como principal intuito provocar a verossimilhança através de recursos retóricos como a alegoria por exemplo, para então formar grupos que compartilhassem de uma certa solidariedade, estabelecendo uma unificação dos indivíduos<sup>317</sup>. Da mesma forma que os territórios foram agrupados sob um

---

<sup>313</sup> ARAÚJO, A. C. Op cit, P. 26.

<sup>314</sup> ARGAN, J. C. Imagem e Persuasão: Ensaios sobre o barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, P. 71-73.

<sup>315</sup> MARAVALL, J. A. A cultura do Barroco. São Paulo: EDUSP, 2009, P. 248-249.

<sup>316</sup> Ibid., P. 251.

<sup>317</sup> ARGAN, J. C. Op cit, P. 71.

mesmo governo, era necessário organizar as pessoas dentro de uma sociedade, de forma que se percebessem pertencentes aquele Reino. Legitimando todo o processo de construção do Estado, composto vários indivíduos inseridos em um espaço característico (cidade) e dentro de uma cultura e tradição própria. Este processo, por vezes acaba fazendo com que estes cidadãos deixem de lado ímpetos e costumes particulares em detrimento de práticas pautadas socialmente<sup>318</sup>.

O processo de unificação também trazia consigo a necessidade de regulamentar as condutas. A crescente concentração de indivíduos em um único espaço, a cidade, e a estrutura administrativa que abrangia um grande território, fez com que se desenvolvessem parâmetros específicos para ditar os limites das ações das pessoas. Portanto, outra característica do barroco é sua preocupação com a *práxis*, para justamente tratar desta demanda por uma “padronização”, por assim dizer, da prática. Esta mudança no foco é notável se pensarmos nas instituições católicas, que neste contexto deixam de ter como principal foco a questão ontológica, e passam a exercer um papel de caráter disciplinar, ditando e ensinando condutas consideradas corretas, ao mesmo tempo que remediava as práticas desviantes<sup>319</sup>.

A valorização da *práxis* também se manifesta no estabelecimento de certas tradições, modos de agir, quase ritualísticos, que distinguem determinadas classes e grupos. Um bom exemplo disso é a criação de uma cultura cortesã, que definiria não só as condutas da aristocracia, mas também em uma espetacularização de toda a vida naquele ambiente<sup>320</sup>. Devemos ressaltar que este processo, dado o fato de que seu principal intuito é legitimar uma nova organização política e social, traz ao cotidiano um tom teatralizado. Onde cada ação carrega um significado e ao ser performada representa uma intenção ou mensagem específica<sup>321</sup>.

Após 1640, até o século XVIII, durante o período de restauração do reino português, a nobreza recorreria a cultura barroca para legitimar o Estado e a monarquia que estava se consolidando. De maneira artificializada, tradições seriam criadas e operacionalizadas como ferramentas neste processo, aumentando ainda mais o caráter teatral de toda a *práxis*<sup>322</sup>. Esta maneira utilitarista de lidar com as tradições, inerente a esta mentalidade barroca<sup>323</sup> que emergia

---

<sup>318</sup> Ibid., P. 69-70.

<sup>319</sup> Ibid., P. 49.

<sup>320</sup> BEBIANO, R. D. João V: poder e espetáculo. Aveiro: Livraria ESTANTE, 1987, P. 48.

<sup>321</sup> Ibid., P. 44-45.

<sup>322</sup> FILHO, R. B. Tradição e Artificio: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, P.340-342.

<sup>323</sup> Neste estudo compreendemos o termo “mentalidade” como sinônimo de cultura e de práticas adotadas pelos indivíduos de uma época, podendo variar e se apresentar de formas distintas nas ações e pensamentos dos agentes

em Portugal, influenciaria diretamente a forma com que o iluminismo e a ciência moderna seriam tratados dentro do Reino. Conforme detalharemos a frente, as experiências e ferramentas científicas se tornariam símbolos de poder e status, enquanto os preceitos iluministas seriam incorporados na cultura e organização do Estado de forma pragmática, com o intuito de reforçar as figuras absolutistas na política.

A mentalidade barroca, marcada pela retórica e pela persuasão fez com que os ilustrados portugueses construíssem em suas cabeças uma imagem que possuía traços ilusórios. Estes indivíduos pensavam suas iniciativas como um caminho para o progresso. Eram agentes em busca de um futuro idealizado onde aquela cultura portuguesa considerada antiquada e retrógrada seria extinta, dando lugar a novas formas de pensar baseadas em escritos iluministas<sup>324</sup>. O movimento intelectual acaba se desenvolvendo dentro de uma crença e fé em um pensamento quase que épico, em que os estrangeirados eram a “voz do futuro”, uma força que combateria o atraso português através da difusão e aplicação destes ideais no processo de mudança da sociedade<sup>325</sup>.

Além desta característica poética, a perspectiva barroca era também responsável pelo valor simbólico que as coleções e bibliotecas possuíam, bem como no caráter de espetáculo atribuído as demonstrações de experiências científicas da época. Este entusiasmo pelos experimentos seria fator importante na disseminação do paradigma científico moderno. Era considerado pelos contemporâneos como um “divertimento proveitoso”<sup>326</sup>, pois da mesma forma que gerava entretenimento, era uma forma de instruir os espectadores sobre comportamentos e funcionamentos da natureza, da física, entre outros.

Esta sensibilidade barroca é muito evidente, por exemplo, se analisarmos as políticas régias desenvolvidas dentro do período das “luzes joaninas”. O espetáculo científico, a valorização da escrita, o mecenato literário, bem como as obras públicas, foram práticas desenvolvidas por D. João V que eram visivelmente alinhadas a essa mentalidade. Sem dúvida o rei era um homem de sua época, então não nos admira que também repercutisse esta forma de pensamento. Entretanto, nos cabe uma breve especulação, se esta aproximação das práticas ilustradas com a sensibilidade barroca a partir das ações da coroa e da elite não era uma forma de tentar controlar o iluminismo em Portugal.

---

históricos, diferente da ideia de “mentalidade” proposta pela perspectiva da “História das Mentalidades”, que compreendia as formas de sentir e pensar de determinada época de forma mais geral.

<sup>324</sup> ARAÚJO, A. C. Op cit, P. 18.

<sup>325</sup> Ibid., P. 21.

<sup>326</sup> Ibid., P. 40.

Afinal, mesmo que os estrangeirados tecessem críticas as estruturas e instituições portuguesas, a visão era puramente reformista. Como descreveremos a frente, eles não desejavam uma ruptura total, apenas mudanças consideradas “modernizadoras”. Logo, uma disseminação incontrolada das ideologias iluministas poderia levar a um movimento de contestação mais “radical”<sup>327</sup>, por assim dizer, do que aquele promovido pelos estrangeirados, que de forma ou outra ainda eram muito próximos a coroa.

Como já afirmado várias vezes, no geral a insatisfação dos ilustrados estava relacionada ao “atraso” português, bem como a maneira que o reino estava organizado. Sendo assim, além da modernização, desejavam um desenvolvimento de um novo império integrado e unificado. Segundo Villalta, o descontentamento era expresso em críticas as certas instituições do Antigo Regime, das quais o autor destaca “o absolutismo arbitrário, certos privilégios estamentais, o fanatismo da Inquisição, a preeminência dos jesuítas no ensino e o “atraso cultural” português”<sup>328</sup>.

Mesmo que os ilustrados gozassem de certo privilégio dentro da sociedade, por conta de sua posição social que geralmente era mais elevada, as críticas eram recebidas com resistência, o que acarretou a repressão dos insatisfeitos. Havia aqueles que para fugir da amordaça buscaram refúgio e fizeram sua trajetória no exterior. Dentre estes devemos destacar Luiz Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), dois importantes estrangeirados portugueses que tiveram como principal foco a crítica em relação ao sistema de ensino português<sup>329</sup>, que mais tarde influenciariam as mudanças na educação pública feitas pelo Marquês de Pombal.

Examinando o exemplo de Verney, segundo Eduardo Teixeira Carvalho Júnior, nas cartas que compõe a obra *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), o autor português que viveu em Roma como emissário da coroa na Santa Sé até 1760<sup>330</sup> criticava o modelo jesuíta de ensino. Para este estrangeirado, para atingir a modernização do pensamento português, era necessário mudar as formas de estudo ensinadas, formando “homens úteis à república e a religião”<sup>331</sup>. O modelo proposto por Verney, entre outras questões, defendia que cada uma das ciências ou áreas do saber deveria ser regida por um método próprio, que atingisse a especificidades do tema em questão<sup>332</sup>. Além disso, a experiência deveria tomar o protagonismo do processo de produção

---

<sup>327</sup> Esta preocupação se intensificaria no final do XVIII por conta da Revolução Francesa.

<sup>328</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 128.

<sup>329</sup> Ibid., P. 129.

<sup>330</sup> JUNIOR, E. T. C. Verney e a questão do Iluminismo em Portugal. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, P. 35.

<sup>331</sup> Ibid., P. 36.

<sup>332</sup> Ibid., P. 38.

do conhecimento, deixando de lado o silogismo em detrimento da razão experimental<sup>333</sup>. Esta oposição à paradigmas enraizados no pensamento português e institucionalizados na sociedade portuguesa, bem como a defesa aberta de ideais considerados heréticos, foram as justificativas para a perseguição do autor em solo lusitano.

Se em termos filosóficos e políticos o pensamento iluminista português era “limitado”, na questão metodológica a ciência moderna teve um espaço relativamente maior dentro do Reino. A espetacularização inerente a mentalidade barroca, assim como o realismo e pragmatismo característico português foram importantes fatores que contribuíram para a disseminação do paradigma experimentalista e da perspectiva empírica. O interesse e popularidade de demonstrações físicas de experimentos, assim como o caráter inovador e revolucionário de certas construções da filosofia prática, como ao exemplo da “passarola” de Gusmão já mencionada, contribuíram para a construção de uma imagem fantástica da ciência<sup>334</sup>.

Este crescente deslumbre em relação a prática de experimentos sensoriais que evidenciavam certas propriedades, acarretou no aparecimento de cursos sobre as filosofias práticas em Portugal. Grande parte desta “formação” nas ciências, por assim dizer, era financiada por acadêmicos e aristocratas, que traziam não somente obras escritas do exterior, mas também objetos e máquinas utilizadas nestas demonstrações<sup>335</sup>.

O mesmo tema aparece em obras escritas, como vimos no capítulo anterior, independente das explicações ou descrições, a obra *As Raridades da Natureza e da Arte*, de Pedro Norberto Aucourt e Padilha, é permeada por esse fascínio pela natureza, pela física e suas propriedades. Até mesmo a Máquina Elétrica, uma das maiores novidades para os acadêmicos portugueses na época, é referenciada e tratada com muito entusiasmo nesta obra, evidenciando a disseminação deste interesse.

Mesmo que o experimentalismo de Newton e o empirismo de Bacon tivessem muitos adeptos em Portugal, como por exemplo o dicionarista Bluteau, notadamente newtoniano<sup>336</sup>, e as recorrentes referências de escritos destes autores em textos portugueses relacionados a temática<sup>337</sup>, suas teorias e preceitos não foram amplamente assimilados. A prática e o gosto pelas demonstrações científicas conviviam com uma constante censura de escritos feitos pelos cientistas modernos, especialmente nas universidades, onde os mestres se opunham à estudos

---

<sup>333</sup> Ibid., P. 39.

<sup>334</sup> ARAÚJO, A. C. Op cit, P. 41.

<sup>335</sup> Ibid., P. 42.

<sup>336</sup> Ibid., P. 37.

<sup>337</sup> Sendo as obras de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha incluídas neste grupo.

pautados no experimentalismo e pelo empirismo, consideradas ideias degeneradas e torpes<sup>338</sup>. Portanto, a ideia da ciência moderna e seus métodos práticos continuava muito mais atrelada ao espetáculo, ao divertimento, as instruções e cursos promovidas nas academias particulares e a curiosidade dos gabinetes de maravilhas e coleções, remontando a já tratada visão barroca.

Mesmo fora das universidades, os ilustrados, não só os portugueses, mas os ibéricos como um todo, aderiam com certas ressalvas aos escritos de Bacon, Locke, Newton, Descartes, entre outros pensadores. Vejamos o caso de Benito Feijóo, importante ilustrado espanhol que tratou da questão da natureza e da física em seus estudos, sendo talvez a principal referência de Pedro Norberto Aucourt e Padilha em seus estudos, dado as várias menções deste na obra *Raridades da Natureza e da Arte*<sup>339</sup>.

Além da importância central deste autor na composição obra principal do presente estudo, Feijóo foi responsável por suscitar debates acerca da filosofia e ciência na península ibérica. O escrito Teatro Crítico e Universal, publicado entre os anos de 1726 e 1739, foi objeto de muitas críticas e comentários feitos por importantes pensadores ibéricos, como por exemplo o Conde da Ericeira<sup>340</sup>. No geral, o posicionamento do beneditino foi sintetizado por Ana Cristina Araújo, a qual descreve que:

Feijóo declara-se abertamente a favor do empirismo de Bacon, mas não alarga as premissas do método experimental a todos os campos do saber porque desconfia dos progressos da ciência. Homem de fé mas sem certezas, Feijóo procura com suas inquietações e interrogações, abalar verdades, crenças e superstições geralmente aceites. O seu ponto de partida não é cartesiano, embora não ignore Descartes. Mas seu ponto de chegada também não é newtoniano, por prudência e, acima de tudo, por inflexibilidade de pensamento<sup>341</sup>.

Nesse sentido, o empirismo e experimentalismo de Feijóo está muito mais ligado a um ceticismo do que propriamente as questões metodológicas colocadas pelos cientistas modernos. Ele critica e alerta para a “desconfiança” das formas de conhecimento já estabelecidas, dando um grande valor as experiências e observações do indivíduo. Porém, não advoga que os experimentos sejam uma forma de imputar maior autoridade em certa conclusão ou estudo feito por um terceiro. Ainda que os escritos de Feijóo em parte disseminassem uma desconfiança sobre as fontes de conhecimento, as ideias se relacionaram muito bem com o realismo e pragmatismo português vigentes, assim como seriam ligadas ao processo de crítica da “cultura oficial” do reino lusitano.

---

<sup>338</sup> ARAÚJO, A. C. Op cit, P. 33.

<sup>339</sup> Padilha menciona diretamente Feijóo mais de 60 vezes durante o texto, ora concordando, ora discordando, e por vezes somente como exemplo, demonstrando a importância deste pensador espanhol para os estudos do fidalgo português.

<sup>340</sup> ARAÚJO, A. C. Op cit, P. 45.

<sup>341</sup> Ibid., P. 46.

Levando em conta todas as breves considerações aqui colocadas em relação a ilustração portuguesa, devemos ressaltar alguns pontos importantes. Conforme mencionamos no item anterior, os barrocos esclarecidos seriam a primeira “geração”, por assim dizer, em um processo que resultaria no “homem liberal” do século XIX. Porém, como o próprio termo ressalta, estes indivíduos ainda eram “barrocos”, ou seja, a sua crítica a cultura oficial da época e o favorecimento de sua “modernização”, estavam sujeitas a ocorrerem dentro das possibilidades promovidas pela sensibilidade e mentalidade que possuíam. Isto moldaria as formas que as luzes seriam compreendidas e difundidas por estes. Por isso as críticas possuíam um caráter puramente reformista, assim como a ciência moderna, em um primeiro momento, estaria limitada a ser discutida, ensinada e demonstrada em espaços particulares ou com um público seletivo.

Da mesma forma, o realismo presente na forma de pensar dos portugueses seria uma base importante para a difusão do empirismo e experimentalismo. Mesmo que a questão do método científico como ferramenta de estudo não fosse amplamente aceito, o entusiasmo e curiosidade dos portugueses em entender de forma prática o funcionamento da natureza. Isso acarretou a popularização da temática, seja em cursos ou em obras escritas.

### **3.4 As disputas teóricas e práticas do pensamento**

Como último tópico de nossa breve contextualização devemos analisar as questões mais práticas em relação aos debates e embates ocorridos em Portugal no século XVIII. Conforme apresentamos, as disputas não se limitavam a ocorrer no âmbito intelectual e teórico, as diferentes visões de mundo traziam consigo diferentes formas de organização, ação e administração do governo, das instituições e da sociedade como um todo. Nas próximas páginas, apresentaremos e investigaremos brevemente o período pombalino (1750-1777), no qual o império lusitano, sob o reinado de D. José I e pela administração do ministro Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, sofreu diversas reformas.

Em 1750, com a morte de D. João V, o trono de Portugal foi passado para seu filho, D. José I. O novo rei, como de praxe, logo começou a organizar sua administração, atribuindo cargos, estipulando políticas, entre outras medidas. Sebastião José de Carvalho Melo, mais tarde titulado Marquês de Pombal<sup>342</sup>, já era nesta época um importante funcionário da coroa portuguesa, atuando em diferentes cargos, dentre eles como diplomata nas cortes de Londres e

---

<sup>342</sup> Mesmo que Sebastião José de Carvalho Melo não possuísse tal título no contexto que estamos tratando, utilizaremos com frequência a designação “Marquês de Pombal” e variantes no texto, visto que esta é uma forma mais direta e prática de se referir a essa pessoa, sendo comumente utilizada na historiografia.

Viena. Dado o reconhecimento e confiança que era atribuído a Pombal pela coroa, o futuro marquês recebeu o cargo de ministro de Estado, passando a ocupar um espaço privilegiado na administração do reino.

O protagonismo de Pombal na política foi de tamanha dimensão que o próprio rei D. José I ficou ofuscado. Como aponta Nuno Gonçalo Monteiro, mesmo que possamos encontrar outros exemplos em que monarcas ficaram em segundo plano nas decisões em detrimento de seus ministros, o caso de D. José I é singular. Pois o líder coroado é muitas vezes descrito apenas como um peão na mão do valido, visto como uma figura passiva dentro da administração portuguesa, ao ponto que o próprio ministro receberia uma biografia antes do monarca<sup>343</sup>.

Por conta de seu trânsito entre cortes internacionais, sua ligação com a corte joanina, assim como o diálogo com as elites lusitanas e até mesmo a Academia Real de História, Pombal era considerado um estrangeirado. Com o desejo de modernizar Portugal em mente por conta de seus ideais, e com o grande poder sobre a organização do estado conferido a ele pelo cargo que ocupava, o novo ministro tinha os elementos necessários para promover as políticas de reforma e mudança que os ilustrados portugueses desejavam.

As “metas” por assim dizer, do governo de Pombal estavam alinhadas as críticas e preocupações de grande parte de seus contemporâneos ilustrados, aristocratas e funcionários da coroa. Havia primeiramente a questão do pensamento e da educação, como estrangeirado, ele percebia o suposto “atraso” português nestes quesitos. Além disso, o ministro compartilhava com outros administradores do reino anteriores a preocupação e indagação de como fortalecer o império lusitano, impondo os interesses nacionais no contexto internacional, de forma a estreitar os laços com aliados e colônias, bem como se proteger dos inimigos<sup>344</sup>.

Em relação a questão filosófica e da educação, a perspectiva de Pombal estava alinhada a proposições de Verney e Ribeiro Sanches. No geral, estes autores defendiam o ensino da lógica, matemática, gramática e das ciências práticas, incorporando as descobertas e métodos da ciência moderna. Além disso, no mesmo viés iluminista, eram favoráveis a secularização das instituições de ensino. Estas ideias culminariam em uma forte oposição do governo de Pombal para com a Companhia de Jesus, que detinham o controle das escolas e universidades<sup>345</sup>. Os jesuítas eram considerados culpados pelo atraso epistemológico português, dada a noção que

---

<sup>343</sup> MONTEIRO, N. G. *D. José I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, P. 263.

<sup>344</sup> MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, P.10.

<sup>345</sup> *Ibid.*, P. 12.

estes se opunham totalmente as ideias modernas e “atualizadas”, o que não era totalmente verdade<sup>346</sup>.

Já no âmbito das relações internacionais e da economia, o principal “problema” a ser resolvido por Pombal era a “fraqueza” da economia portuguesa, especialmente na questão manufatureira e na exploração que a nação sofria por conta de tratados firmados com a Grã-Bretanha. Além disso, os críticos destacavam a dependência de Portugal das colônias, principalmente do Brasil, ao ponto que certos pensadores chegaram a prever a transferência da sede do governo para a América. Esta dependência colonial, trouxe a necessidade de um fortalecimento da estrutura do império ultramarino, pois a garantia da manutenção da soberania nos territórios além-mar era primordial para a existência do império<sup>347</sup>.

Através do “despotismo esclarecido” instaurado em Portugal, que deu poderes absolutistas a Pombal, o ministro passou a desenvolver as reformas necessárias para garantir que estas questões fossem resolvidas. No âmbito econômico, criaram-se empresas manufatureiras mantidas pelo Estado, mercadores portugueses foram apoiados em disputas contra os intermediários estrangeiros, se instituíram companhias de comércio que monopolizavam regiões produtivas brasileiras e fortaleceu-se a produção vinícola portuguesa<sup>348</sup>. Em termos sociais, o ministro reorganizou a nobreza e a administração, incentivando aristocratas a exercer atividades econômicas mercantilistas, e incorporando mercadores e burgueses em cargos públicos. Também suprimiu o *puritanismo*, prática que visava manter a pureza de sangue de certos clãs, assim como instaurou políticas que acarretaram a abolição da escravidão na metrópole, porém mantendo a prática nas colônias<sup>349</sup>.

Os jesuítas foram elevados de opositores a inimigos do estado, sendo perseguidos sumariamente já na década de 1750. A Companhia de Jesus não era vista somente como um problema para a modernização epistemológica. Tanto o reino lusitano quanto o espanhol, temiam que o crescimento da influência e poder dos jesuítas na América colocasse em risco a soberania destes territórios. Sendo assim, as coroas reuniram forças e organizaram expedições militares contra as missões instauradas no Rio da Prata<sup>350</sup>. Enquanto isso na metrópole, em 1759, foi colocada em vigor a lei que extinguiu o ensino gratuito da Companhia de Jesus, o que muitas vezes é referenciado como o marco da expulsão dos jesuítas de Portugal.

---

<sup>346</sup> Ibid., P. 13.

<sup>347</sup> MAXWELL, K. Op cit, P. 16.

<sup>348</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 133.

<sup>349</sup> Ibid., P. 133.

<sup>350</sup> MAXWELL, K. Op cit, P. 20.

Além desta medida, várias das reformas “modernizadoras” que operadas por Pombal nas décadas seguintes que detalharemos mais a frente, como a reorganização do aparato censório, reestruturação do Santo Ofício e mudanças nas escolas e universidades também tinham como objetivo acabar com os últimos resíduos da ideologia jesuíta nas instituições portuguesas<sup>351</sup>. Todo esse processo foi acompanhado de uma intensa propaganda anti-jesuítica empreendida por Pombal na Europa, que culminaria em medidas semelhantes em outros países, assim como a própria dissolução da instituição, feita em 1773 pelo papa Clemente XIV.

Apesar destas políticas pombalinas estarem relacionadas com muitas das discussões e embates do contexto intelectual português, talvez o episódio mais infame e que melhor representa todo o contexto tenha sido o Terremoto de Lisboa de 1755. Já descrevemos anteriormente, no primeiro capítulo, a pluralidade de interpretações e significados dados por diferentes grupos no contexto pós-sismo. O que nos interessa investigar agora, são quais foram as políticas que o estrangeirado Sebastião José de Carvalho Melo colocou em prática para reconstruir a capital e o império após a catástrofe.

Enquanto muitos tentavam desvendar o simbolismo do acontecimento, compreender as forças que o causaram ou desmentir supostas premonições sobre o sismo, como fez Padilha, ou sofriam os terrores da experiência traumática dos acontecimentos, como o próprio rei D. José I<sup>352</sup>, a reação de Pombal foi puramente pragmática. Resumida na famosa frase “enterrar os mortos e alimentar os vivos”<sup>353</sup>, que a história atribuiu a ele, porém foi proferida pelo 1º Marquês de Alorna<sup>354</sup>. O ministro não se interessou publicamente em compreender ou entender a catástrofe, focou em lidar com suas consequências, conforme aponta Kenneth Maxwell:

Ele [Pombal] agiu de modo rápido, eficaz e impiedoso para estabilizar a situação. Os saqueadores foram enforcados sem a menos cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente e, com a permissão do patriarca de Lisboa, levados ao mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para as novas construções<sup>355</sup>.

Mesmo que possuísse ideais ilustrados, Pombal enquanto administrador se ateve ao seu ponto de vista pragmático. O terremoto seria abordado por vários filósofos iluministas europeus, tais como Voltaire, Montesquieu, Rousseau e até mesmo Kant, que se proporia a investigar as causas naturais do sismo. Porém para o ministro, as questões práticas eram a

---

<sup>351</sup> AZEVEDO, J. L. O Marquês de Pombal e sua época. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004, P.295.

<sup>352</sup> MONTEIRO, N. G. Op cit, P. 105.

<sup>353</sup> NEIMAN, S. O mal no pensamento moderno. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2003, P.243.

<sup>354</sup> MONTEIRO, N. G. Op cit, P. 108.

<sup>355</sup> MAXWELL, K. Op cit, P. 24.

principal preocupação. Possivelmente isso se deu por conta de seu cargo, que colocava nas mãos dele a responsabilidade de lidar com os problemas trazidos pela catástrofe. Porém não devemos nos indagar se esta visão não derivava do ponto de vista realista e pragmático que as luzes e os ilustrados exibiam em Portugal, conforme descrevemos no item anterior.

O mesmo pragmatismo pode ser observado nos engenheiros incumbidos de planejar a reconstrução da cidade, que focaram em padronizar as dimensões das ruas, além de as organizar em linhas, com cruzamentos de ângulos retos. Isto tinha como intuito fortalecer as redes de comércio que utilizavam estas vias, ou seja, privilegiavam a utilitarismo na urbanização como forma de incentivar os empreendimentos dos mercadores<sup>356</sup>. Da mesma forma, as técnicas de construção e da arquitetura foram empregadas de forma pragmática, fazendo usos de pré-fabricados para acelerar o processo de reconstrução. Assim como a criação e utilização da “gaiola”, uma estrutura que buscava tornar os novos prédios mais resistentes a movimentações da terra<sup>357</sup>, caso um sismo semelhante ao de 1755 viesse a ocorrer novamente.

O projeto de reconstrução de Lisboa se tornaria um modelo que seria repetido na reforma de outras cidades portuguesas. Não tanto em termos arquitetônicos, mas sim em sua filosofia de adequar o espaço urbano as atividades desenvolvidas nestes locais e a questões estratégicas que a cidade possuía para o reino. Dentre essas podemos ressaltar a cidade de Porto, a criação de Vila Real de Santo Antônio no Algarve e nos novos prédios da Universidade de Coimbra, construídos em 1770<sup>358</sup>.

Na Universidade de Coimbra não foram somente as estruturas físicas que foram modernizadas. Como parte das políticas pombalinas, houve várias mudanças na organização e administração das instituições de ensino, que nesse momento passaram do controle dos jesuítas para a tutela do Estado. As reformas estavam focadas na secularização e na atualização dos conteúdos e práticas de ensino:

Pombal instituiu um sistema público de ensino antes mesmo da França, fundou o Colégio dos Nobres, em 1761, e reformou a Universidade de Coimbra, entre 1770 e 1772, imprimindo-lhe uma orientação que privilegiava as ciências naturais e a experimentação, procurando com isso criar uma nova elite cultural, mais aberta a um pensamento racional e empírico, e disseminar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa, europeizando-a.<sup>359</sup>

As mudanças nos currículos e nas formas de ensinar, muito mais voltadas para a ciência moderna e para a prática experimental assim como a secularização eram pautas defendidas por

---

<sup>356</sup> Ibid., P. 24.

<sup>357</sup> Ibid., P. 26.

<sup>358</sup> Ibid., P. 26.

<sup>359</sup> VILLALTA, L. C. Op cit, P. 134.

ilustrados em sua crítica a educação portuguesa, vide os posicionamentos de Ribeiro Sanches e Verney mencionados anteriormente. O processo de secularização não seria apenas operado nos estabelecimentos de ensino, outras importantes instituições portuguesas como a inquisição e o controle censório, também deixariam de ser controladas pelo clero e se tornariam subordinadas ao Estado.

Isso nos demonstra o caráter reformista da ilustração portuguesa. Afinal, a inquisição e a censura sempre foram objeto de crítica por parte dos estrangeirados, sendo referidas como antiquadas e em certa medida responsáveis pelo suposto atraso do país. Porém, sob a administração de Pombal, um esclarecido que buscou “modernizar” o reino, estas instituições não foram abolidas, apenas reformadas, sendo colocadas direta ou indiretamente sob a tutela dos ilustrados. Ao exemplo da censura que em 1768 deixaria de ser tríplice, antes composta pelos tribunais Papal, Episcopal e do Desembargo do Paço, se tornando uma única instância, a Real Mesa Censória, subordinada ao controle e interesse da Coroa<sup>360</sup>. É a esta manutenção de aparatos controladores, agora comandados somente pelo poder régio, e por consequência, por Pombal, que dá ao ministro a imagem paradoxal de um déspota esclarecido. Por mais que se identificasse como um ilustrado, o futuro Marquês manteve forte as instituições do Antigo Regime para colocar em prática uma administração absolutista e até mesmo tirana, vide a perseguição implacável aos jesuítas.

Por isso que apresentamos a questão da ilustração portuguesa como uma disputa por uma primazia de controle e poder social. As disputas e debates em relação as formas de ver o mundo, que foram travados em Portugal no século XVIII, se referem muito mais a um conflito de interesses entre os envolvidos do que uma real preocupação filosófica ou de renovação cultural.

Para além disso, os interesses pragmáticos se mostrariam a principal força motriz das reformas ilustradas em Portugal. Como apontado por Isabel Drumond Braga, mesmo que em um primeiro momento o desenvolvimento das luzes em Portugal teve relação com a curiosidade, com um movimento de expansão do conhecimento, na segunda metade do século XVIII, as medidas iluministas teriam sido empregadas por um olhar utilitarista<sup>361</sup>. O trabalho dos cientistas, a construção de jardins botânicos e o ensino, visavam acima de tudo fortalecer o desenvolvimento econômico. A busca pelo saber e o desenvolvimento da cultura das luzes não era visto somente como uma forma de modernizar ou aperfeiçoar a sociedade bem como saciar

---

<sup>360</sup> Ibid., P. 180.

<sup>361</sup> BRAGA, I. D. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. Tempo (Niterói, online), Vol. 22, n. 41, p.551-565, set-dez, 2016, P. 563.

a sede e curiosidade relacionadas ao entendimento do mundo, mas sim ferramentas para ampliar os lucros e o poder de um grupo específico.

Ainda que breve, o principal intuito desta descrição que apresentamos da administração pombalina não é demonstrar a complexidade da figura do Marquês ou elencar as reformas e suas repercussões. Mas sim concluir uma análise que busca compreender um pouco de como ao ilustrados, assim como outros indivíduos da época, percebiam a questão científica e do conhecimento. De modo geral, tanto os esclarecidos, quanto jesuítas, bem como os portugueses pareciam privilegiar o pragmatismo. Os livros eram ferramentas tanto para o exercício do poder, práticas econômicas, e questões sociais, como o estabelecimento de redes de sociabilidade, espaços de diálogo e até mesmo demonstrações simbólicas de status, como no caso das coleções e bibliotecas. Com isso em mente, partimos para o item final do capítulo, que se resume em um esforço de compreender como a obra *Raridades da Natureza e da Arte* se encaixa dentro deste contexto.

### **3.5 As “Raridades” lidas e compreendidas**

Se pensarmos nas questões práticas do mercado literário português, percebemos que *As Raridades da Natureza e da Arte* se alinha a muito ao contexto. Na medida em que seu conteúdo trata de questões que os leitores portugueses se interessavam, como a compreensão da natureza, leitura de mundo, da ciência, da mesma forma que também se relaciona com a “superstição” características dos livros lusitanos na época. Devemos lembrar que esta ideia de “superstição” aparece no olhar de um estrangeiro, que talvez tenha tido esta visão ao se deparar com a sensibilidade barroca dos portugueses.

Ainda tratando da “mentalidade barroca”, o livro de Padilha expressa muito bem a questão da curiosidade e de espetáculo da ciência. Os casos de “raridades” da natureza sempre agrupam relatos dignos de peças que poderiam compor um gabinete de curiosidades. Da mesma forma que a arte, ou seja, tudo aquilo construído pelo engenho humano, que é destacado no texto, não tem tanto a ver com o pragmatismo ou utilitarismo que os ilustrados aderiram na segunda metade do século XVIII. As construções e objetos descritos, em sua maioria são vistos com um olhar entusiasmado e pautado no entretenimento, não explorando como aquela tecnologia poderia beneficiar ou mudar a sociedade.

Além do tema da obra acompanhar as tendências e preferências dos portugueses da época, o próprio livro em si tinha um apelo e desejo dentro o mercado editorial. Conforme colocado, o consumo literário era popular e estava difundido na sociedade, sendo os livros e as

bibliotecas objeto de desejo dos portugueses. Se levarmos em conta que a publicação da obra se deu após o Terremoto de 1755, que destruiu muitas destas coleções, o escrito começou a circular em um contexto que as bibliotecas públicas e particulares estavam sendo recompostas, o que possivelmente também contribuiu para que as pessoas tivessem interesse em comprar a obra. Porém esta afirmação se pauta apenas na especulação a partir do contexto, afinal não foi possível achar inventários que mencionassem a posse de exemplares em bibliotecas públicas e particulares. O caráter compilatório da obra também tem seu valor neste raciocínio. Afinal, como Padilha teve como um dos propósitos tratar de “todas as raridades que se tem notícia”, o escrito seria uma ótima leitura, bem como um ótimo exemplar na biblioteca de qualquer um que tivesse interesse no tema. Especialmente se este tivesse perdido parte de sua antiga coleção no terremoto.

Ainda tratando da catástrofe de 1755, o próprio testemunho de Padilha no prólogo, falando como a atividade literária fora sua forma de consolação, pode ter também provocado uma empatia em seus leitores, o que influenciaria no interesse. Isto está demonstrado em uma inscrição feita a mão por Francisco Augusto Sampais na folha de rosto do exemplar digitalizado que usamos como referência, que fala: “Este livro pertence a Francisco Augusto Sampais. Lisboa 30 de Junho de 1775 (no mesmo anno da terrível catástrofe do Terramoto)”.

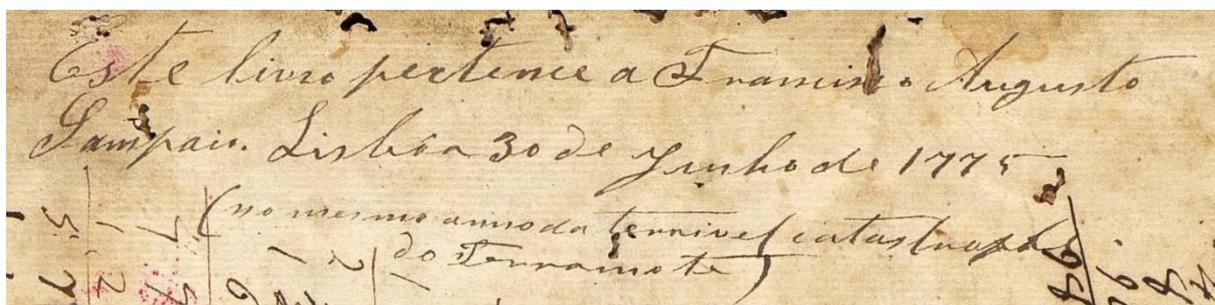


Figura 6 - Inscrição feita por Francisco Augusto Sampais na folha de rosto

Não é possível afirmar o que o proprietário do exemplar quis dizer com sua inscrição além de atestar a posse do livro, visto que o último trecho parece confuso ou incompleto. Porém a forma de se referir ao terremoto demonstra que este indivíduo teve em alguma medida contato com os horrores e a destruição do episódio, assim como, relacionou a obra de Padilha ao acontecido.

Passando agora para um pensamento de como as ideias de Padilha seriam recebidas por seus leitores, devemos pensar como o raciocínio do autor se pauta dentro do contexto

intelectual. Começando pelos ilustrados, Padilha está alinhado com o posicionamento dos estrangeirados, na medida em que incorpora fontes recentes de conhecimentos como jornais das academias de ciências e referências a iluministas como Francis Bacon. Entretanto a incorporação desta filosofia não é plena, na medida em que o teórico que Padilha mais “concorda” por assim dizer é Benito Feijóo, que como vimos, incorpora em seus escritos o empirismo, porém não advoga totalmente a favor do método científico moderno.

Em termos contextuais, este posicionamento já era previsível de um letrado português da época, o que faz com que o livro apresente um conteúdo considerado adequado e interessante pelo grande público, incluindo aqueles considerados “mais ilustrados”. Obviamente o escrito não é um manual de ciências ou um livro filosófico, é uma obra com o principal intuito de informar nos moldes da curiosidade. Portanto, a despreocupação metodológica, no sentido de detalhar o método de estudo de cada uma das teses, explicações e interpretações de cada uma das “raridades” não parece ser um problema, visto que este não era o propósito.

O caráter de curiosidade e entretenimento proposto, e a linguagem o formato de escrita que deriva disto é também um fator que provavelmente contribuiu para os pareceres positivos na censura. Conforme apresentado no primeiro capítulo, os principais argumentos favoráveis à impressão gravitavam ao redor da noção que o livro era uma forma importante de conhecimento e de diversão, alinhada aquela visão barroca do “entretenimento proveitoso”. Na obra não há uma crítica as formas de saber, métodos de estudos, ou questionamentos e postulados amplamente aceitos por instituições da época, como no caso da relação da vontade divina com a natureza, defendida pelos clérigos, com destaque para os jesuítas.

Sendo assim, ambos os “extremos”, por assim dizer, do espectro do contexto intelectual português se mostravam inclinados a concordar, ao menos em partes, com o pensamento de Padilha. Desse modo, talvez a forma de melhor expressar a repercussão do livro é pensar que mesmo que a concordância ocorresse de forma parcial, não haveria um esforço de oposição e crítica total ao livro. Até porque o ponto de Padilha não parece ter sido construir um argumento próprio e conciso, como fez Feijóo, Verney e tantos outros autores da época. Sua obra aproximava-se muito mais de escritos focados na difusão de acontecimentos maravilhosos, como por exemplo os folhetos sobre monstros citados no segundo capítulo.

Partindo de toda a contextualização, infere-se que Padilha fora um letrado que tinha grande interesse na atividade literária o qual o posicionamento remete muito o contexto de disputas intelectuais portuguesas do século XVIII. Dotado de uma mentalidade e sensibilidade barroca, buscou estudar e compilar relatos maravilhosos como forma de saciar sua curiosidade.

Ao mesmo tempo, aprimorava seus argumentos e opiniões através da leitura de textos de filósofos antigos e contemporâneos que tivesse acesso. Isso trouxe para seu escrito a valorização do empirismo, da observação objetiva, da experiência, bem como a incorporação de escritos científicos, muito mais acessíveis por conta da imprensa e da popularização das academias. Por outro lado, Padilha é um homem de seu tempo, demonstra devoção e subordinação ao rei, o que limita seu nível de “ilustração” e de criticar mais profundamente certos preceitos e instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos durante este trabalho, a visão historiográfica perante o *maravilhoso* se pauta em uma reflexão que engloba uma pluralidade de aspectos. Se por um lado evidenciamos que há uma “paixão” ou curiosidade em relação a questões misteriosas do nosso mundo e universo, que se manifesta em diferentes épocas, a forma a qual esta atividade se desenvolve é historicamente definida, produzindo resultados próprios de cada contexto.

No caso deste trabalho, para compreender a visão apresentada na obra “*As Raridades da Natureza e da Arte*”, primeiramente situamos seu autor no contexto histórico. A posição social de Pedro Norberto Aucourt e Padilha, seu papel enquanto súdito e funcionário do Reino português e toda a rede de sociabilidade que ele desenvolveu durante sua trajetória foram fatores que o fizeram escritor. Resultando na autoria de quatro livros, *Memorias historicas geograficas e politicas observadas de Pariz a Lisboa* (1746), *Memorias da serenissima senhora D. Isabel Luiza Jozefa* (1748), *Effeitos raros, e formidaveis dos quatro elementos* (1756) e *Raridades da natureza, e da arte, divididas pelos quatro elementos*(1759) e o folheto *Carta em que se mostra falsa a profecia do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755* (1756). Mesmo que o gosto pelas letras seja uma característica da persona de Padilha, tal exercício, e principalmente o ato de publicar, derivaram de toda uma cultura que o autor e seus interlocutores compartilhavam em seu contexto.

Conforme tratamos, a cultura literária era um traço importante das práticas e da mentalidade do barroco lusitano setecentista, tanto como forma de aprimoramento, quanto como uma forma de distinção dentro da sociedade. Sem falar que, segundo os paratextos que analisamos, houve um estímulo de terceiros para que Padilha ingressasse na república das letras, evidenciando mais uma vez o caráter social do processo de construção deste enquanto autor.

As escolhas temáticas também são em partes resultantes disso, pois as fontes para a escrita da história de D. Isabel Luiza Josefa foram conseguidas através de relações do autor e sua família com importantes personalidades. Assim como a viagem de Lisboa a Paris, que lhe serviu de base para o outro escrito, também foi possibilitada pela estadia em residências de importantes personalidades. Além do inerente prestígio social do significado e possibilidades de ser reconhecido como escritor e como forma de distinção e valorização dos pares

Entretanto, o contexto social não impacta somente de forma direta na construção de uma obra. Afinal, como ressaltamos em vários momentos, há uma relação muito grande entre a produção do livro *As Raridades da Natureza e da Arte* com os eventos do Terremoto de 1755. Ainda que obras sobre o *maravilhoso* não fossem uma novidade no século XVIII, pois há toda

uma historicidade da literatura fantástica que aponta para a relevância do tema desde a antiguidade, o grande impacto, e até mesmo trauma, que adveio por conta do sismo trouxe à tona a questão natural e dos prodígios.

Mesmo que este tenha sido um evento natural, a reação que a tragédia de 1755 suscitou assume nitidamente tons sociais. Toda a sociabilidade portuguesa foi afetada pelo sismo de forma e de outra, acirraram-se debates já existentes no Reino. Assim como há uma notável disputa de grupos por poder e primazia, que floresce no século XVIII e terá no contexto do pós-terremoto uma intensificação, que buscava não somente impor sua visão de mundo perante os acontecimentos, mas também conquistar um certo protagonismo naquela nova Portugal que se reconstruía. Apesar da reflexão intelectual destas disputas ser de extrema importância para compreender este episódio, o fator central é a sociabilização. Pois as ideias por si não representam muita coisa se não as relacionarmos com a forma de transmissão de informações entre diferentes indivíduos e as consequências práticas que cada visão de mundo provoca.

Voltando a obra de Padilha, ele não é nada mais que um comunicador, que enquanto parte desta sociedade, percebeu as inquietações levantadas por seus contemporâneos e as aproveitou para dar continuidade em seus estudos e produção literária. O resultado é a mudança da temática do autor, que após o sismo, se preocupa primeiro em refutar uma premonição do acontecimento, e nos tempos seguintes, se dedica a investigar questões relacionadas a fenômenos naturais. Além disso, no escrito de 1759, o autor até mesmo se coloca como peça na reconstrução do conhecimento perdido na destruição das bibliotecas, visto que sua obra de compilação de *raridades* também tinha uma intenção de organizar em um escrito somente “todos os relatos que se teve notícia” sobre o tema.

O resultado foi uma obra que demonstra bem o contexto português na época do Terremoto de Lisboa. Com evidentes traços barrocos, o autor nos apresenta um livro que valoriza o estudo e a leitura como virtude e forma de status. Ao mesmo tempo, exhibe a ciência moderna como um grande espetáculo, que junto a outras visões menos objetivas e mais mistificadas sobre o maravilhoso, forma um texto que tem como principal intuito entreter seu público. Para tal fim, utilizando mais uma vez elementos da cultura barroca, Padilha explorou a noção de curiosidade e do chamado “divertimento proveitoso”, bem como o valor simbólico do exercício literário, características inerentes aos seus contemporâneos, para produzir uma obra que despertaria interesse de um amplo público de pessoas.

Os discursos apresentados, apesar de trazerem informações e argumentos científicos, eram empregados acima de tudo para gerar interesse e entreter os leitores. Não há uma pretensão

de suscitar debates, propor questionamentos filosóficos ou disseminar alguma epistemologia, visão de mundo ou paradigma, apenas instigar, desenvolver e saciar a curiosidade.

A combinação de uma amplitude de argumentos, com uma temática que suscita enorme fascínio e curiosidade sob a ótica barroca do “entretenimento proveitoso”, apontam que a obra possivelmente teve um apelo muito grande em seu contexto. Ainda que não consigamos realmente evidenciar tal repercussão, uma vez que não há indícios que nos afirmem isso, o estudo do contexto e do ambiente literário, nos permitem inferir que o livro teria sido interessante para um grupo significativo de portugueses do século XVIII. Assim, o *maravilhoso*, pelo olhar e pela pena de Pedro Norberto Aucourt e Padilha serve ao historiador como um objeto que lhe permite não só explorar as visões que aquela sociedade possuía sobre o desconhecido, mas também toda a visão ontológica que aquelas pessoas compartilhavam.

Mesmo que o objeto de estudo sejam os monstros e maravilhas, quando falamos das narrativas produzidas em relação a estas entidades e fenômenos, nos deparamos com uma apresentação da visão de mundo que estes indivíduos possuíam. Por isso estabelecemos paralelos entre estes escritos com a cultura, misticismo e ciência da época. Se há escritores e leitores preocupados com esta temática, fica claro a importância que o maravilhoso desempenha na mentalidade destas pessoas. Não se trata apenas de histórias fictícias ou fantasiosas, são questões reais na compreensão de mundo destas sociedades, resultando na pluralidade de visões sobre o tema

O que queremos deixar claro é que, ao analisarmos a forma com que Padilha e outros autores do maravilhoso se propuseram a pensar, estudar e escrever sobre este tema, não nos interessa somente as conclusões propostas, mas sim o raciocínio e a forma que foram formuladas. Na medida em que os caminhos e paradigmas de pensamento envolvidos neste processo refletem muito mais as formas de estudo e visões de mundo destes indivíduos, do que propriamente a questão do maravilhoso ou monstruoso.

Poderíamos talvez perceber estes mesmos aspectos em um estudo sobre obras relacionadas a política, economia, religião entre outros temas que fossem produzidas neste contexto. Entretanto, nos interessa explorar as narrativas sobre as maravilhas, visto que esta categoria opera inerentemente no mistério. Por mais verossímil que seja o relato, sempre haverá uma lacuna para a especulação, que é preenchida pelo engenho e eloquência dos autores do maravilhoso. Afinal, neste tema não há provas concretas, apenas boas narrativas que buscam convencer o maior número de leitores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Corpus Documental

ALEXANDRINO, E. *Carta que se mostra falsa a profecia do terremoto de primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1756.

AUTOR DESCONHECIDO. *Monstro Prodigioso que apareceu no Reino do Chile*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1751, P. 1. Disponível em: <<http://purl.pt/21763>>.

AUTOR DESCONHECIDO. *Relação de um horrível e formidável monstro que apareceu no Império da Turquia*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1735, P. 6. Disponível em: <[http://www.rhinosourcecenter.com/index.php?s=11050f4d55d8217636dfd63efc42d13f&act=refs&CODE=ref\\_detail&id=1165240210](http://www.rhinosourcecenter.com/index.php?s=11050f4d55d8217636dfd63efc42d13f&act=refs&CODE=ref_detail&id=1165240210)>.

BLUTEAU, R. SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico(...)*: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

PADILHA, P. N. A. de. *As Raridades da Natureza e da Arte*, divididas pelos quatro Elementos. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759.

\_\_\_\_\_. *Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa*, que foi jurada Princesa destes Reinos de Portugal. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1748.

\_\_\_\_\_. *Memórias Históricas, Geográficas e Políticas, observadas de Paris a Lisboa*. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1746.

SEVILLA, San Isidoro de. *Etimologías*: Edición Bilingüe. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

### Bibliografia

ALMEIDA, F. P. O ritual do batismo em Portugal na Baixa Idade Média e nos inícios do século XVI. *Medievalista* [Online], nº 16, 2014.

ÁLVAREZ, F. B. Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Nº 9-10, Outono 2001/Primavera 2002, PP. 63-95.

AMADOR, F. O Terramoto de Lisboa de 1755: colecções de textos do século XVIII. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol. 14, núm. 1, p. 285-323, janeiro-março, 2007.

ARAÚJO, A. C. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARISTÓTELES. *Física I e II*. Trad. Lucas Angioni. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.

ARGAN, J. C. *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZEVEDO, J. L. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004.  
BEBIANO, R. D. João V: poder e espetáculo. Aveiro: Livraria ESTANTE, 1987.

BRAGA, I. D. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Tempo* (Niterói, online), Vol. 22, n. 41, p.551-565, set-dez, 2016.

BUESCU, A. I. Cultura Impressa e Cultura Manuscrita em Portugal na Época Moderna: Uma sondagem. *Penélope*, nº 21, PP. 11-32, 1999.

CARDIM, P. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARVALHO, F. R. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do Editor*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAVES, C. B. (trad. e org.). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

CUNHA, N. F. *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CURTO, D. R. A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Nº 9-10, Outono 2001/Primavera 2002, PP. 13-61.

DARNTON, R. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. What is the history of books? *Daedalus*, 111(3): 65-83, 1982.

\_\_\_\_\_. "What is the history of books" revisited. *Modern Intellectual History*, 4(3), PP. 495-508, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pirataria e Publicação: O comércio de livros na era do Iluminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

DASTON, L. PARK, K. *Wonders and the Order of Nature: 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998.

DENIPOTI, C. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou Quando os Ingleses atiraram livros ao mar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n° 56, p. 431-448, 2008.

\_\_\_\_\_. Tragicomédia, tradução e percursos do livro em Portugal no final do século XVIII: A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 71, p. 475-498, mai/ago 2020.

\_\_\_\_\_. Viajantes e livros; leitura, posse e comércio de livros em Portugal no século XVIII. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, V. 25, Nº1, P. 37-61, 2019.

ESGUERRA, J. C. *Como Escrever a História do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 2011.

FILHO, R. B. *Tradição e Artificio: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FRIEDMAN, J. B. *The Monstruous Races in Medieval Art and Thought*. Syracuse: Syracuse University Press, 2000.

FURTADO, J. F. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GENETTE, G. *Paratextos Editoriais*. Cotia(SP): Ateliê Editorial, 2009.

HESPANHA, A. M. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Anablume, 2010.

JUNIOR, E. T. C. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KAPPLER, C. *Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MACEDO, J. B. *Estrangeirados: um conceito a rever*. Lisboa: Edições Templo, 1979

MARAVALL, J. A. *A cultura do Barroco*. São Paulo: EDUSP, 2009.

- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y Sociología de los textos*. Madrid: Ediciones AKAL, 2005.
- MONTEIRO, N. G. D. *José I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- MOTA, I. F. da. *A academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- NEIMAN, S. *O Mal no Pensamento Moderno*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2003.
- OLIVEIRA, L. da S. P. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.
- PEREIRA, M. A. *Vivendo entre cafres: A trajetória do conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo: EDUSP, 2003.
- RAMOS, L. A. de O. Da aquisição de Livros Proibidos nos fins do século XVIII: Casos Portugueses. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, V., Nº, PP. 329-338, 1974.
- RODRIGUES, G. A. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SILVA, I. F. da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 6, 1862.
- SILVA, M. B. N. D. *João V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- SUBTIL, J. *O Terramoto Político (1755-1759)*. Lisboa: EDIUAL, 2006.
- VILLALTA, L. C. *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censuras e Contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.